**Lei Complementar Nº 278/2021**

**De 06 de janeiro de 2021.**

**Atualiza o Código Tributário Municipal, as Normas do Processo Administrativo Fiscal e dá providências correlatas.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta Lei atualiza o Código Tributário do Município, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a administração tributária, obedecendo os mandamentos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar 116/2003 e demais leis nos limites da suas respectivas competências.

**Art. 2º.** O Código Tributário é constituído de 04 (quatro) livros, assim distribuídos:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

# LIVRO I
# DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

## TÍTULO I
## DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

### Capítulo I
### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### SEÇÃO I - Das Disposições Preliminares

**Art. 3º.** Este Livro estabelece normas aplicáveis a todos os impostos, taxas, e contribuições de melhoria devidos ao Município de Santana do São Francisco, sendo considerados, como complementares do mesmo, os títulos legais especiais. Aplicam-se às relações entre a Fazenda Municipal e aos contribuintes as normas gerais de direito tributário constantes deste Código e do Código Tributário Nacional.

**§1º**. Microempresas e empresas de pequeno porte, assim caracterizadas por legislacão pertinente Federal e Estadual, obedecerão a regime tributário específico.

**§2º.** Incentivos financeiros e tributários, genericamente considerados, em atendimento ao parágrafo 6, do Inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, só poderão ser concedidos mediante lei específica, fazendo parte do cenário institucional tributário do município.

#### SEÇÃO II - Das Leis, Decretos e Normas Complementares

**Art. 4º.** A Legislação Tributária Municipal compreende as Leis, os Decretos e Normas Complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência municipal.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único** - São normas complementares das Leis e dos Decretos:

I - as Portarias, as Instruções, Avisos, Ordens de Serviços e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos competentes das instâncias administrativas;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os Convênios que o Município celebrar com autoridades da administração direta ou indireta da União, Estado ou Municípios;

## Capítulo II
## DO CAMPO DE APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 5º.** A relação jurídico-tributária será regida, em princípio, pela legislação vigente no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição expressa em contrário.

# TÍTULO II
# DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

## Capítulo I
## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 6º.** A obrigação tributária é principal ou acessória.

**§1º.** A obrigação principal surge em decorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

**§2º.** A obrigação acessória, decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nelas previstas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§3º.** A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

## Capítulo II

## DO FATO GERADOR

**Art. 7º.** Fato gerador da obrigação é a situação definida em Lei como necessária e suficiente a sua ocorrência.

**Art. 8º.** Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**Art. 9º.** Salvo disposição de Lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável;

**Parágrafo único** - A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

**Art. 10.** Para os efeitos do Inciso II, do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento do seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio;

**Art. 11.** A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos, efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo III

## DO SUJEITO ATIVO

**Art. 12.** Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público interno titular da competência para exigir o seu cumprimento.

## Capitulo IV
## DO SUJEITO PASSIVO

### SEÇÃO I – Das Disposições Gerais

**Art. 13.** Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributos ou penalidades pecuniária.

**Parágrafo único** - O sujeito passivo da obrigação principal, diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei;

**Art. 14.** Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituem o seu objeto.

**Art. 15.** Salvo disposição de lei em contrário às convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributo, não podem ser opostas a Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

### SEÇÃO II - Da solidariedade

**Art. 16.** São solidariamente obrigadas:

I – as pessoas que tenham interesse com a situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II – as pessoas que concorram para a prática de atos que possam configurar Crime Contra a Ordem Tributária;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

II – as pessoas expressamente designadas por lei.

**Parágrafo único** - A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

**Art. 17.** Salvo disposição de lei em contrário, são os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

## SEÇÃO III - Da capacidade tributária

**Art. 18.** A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de se achar a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar à pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

## SEÇÃO IV - Do domicílio tributário

**Art. 19.** Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou sendo essa incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou as firmas individuais, o lugar da sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

**§1º.** Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte, ou responsável, o lugar da situação dos bens, da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§2º.** A autoridade administrativa pode recusar o domicilio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

## Capítulo V

## DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

### SEÇÃO I - Das disposições gerais

**Art. 20.** Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

### SEÇÃO II - Da responsabilidade dos sucessores

**Art. 21.** Os créditos tributários relativos ao imposto predial e territorial urbano, as taxas pela prestação de serviços referentes a tais imóveis ou as contribuições de melhoria sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

**Parágrafo único** - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

**Art. 22.** São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.

**Art. 23.** A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data dos atos praticados pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único -** O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

**Art. 24.** A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

**§1º.** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

I - em processo de falência;

II - de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

**§2º.** Não se aplica o disposto no parágrafo 1º deste artigo quando o adquirente for:

I - sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor ou em recuperação judicial;

II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consangüíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios;

III - identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

**§3º.** Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada, permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data da alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extra concursais ou de créditos que preferem ao tributário.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## SEÇÃO III - Da responsabilidade de terceiros

**Art. 25.** Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que foram responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

**Art. 26.** São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes as obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior;

II – os mandatários, prepostos e empregados;

III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

## SEÇÃO IV - Da responsabilidade por infrações

**Art. 27.** Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, bem como da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 28.** A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) as pessoas referidas no artigo 25, contra aqueles por quem respondem;
b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

**Art. 29.** A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

**Parágrafo único -** Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionada com a infração.

## TÍTULO III

## DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Capítulo I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 30.** O Crédito Tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**Art. 31.** As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributaria que lhe deu origem.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 32.** O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

## Capítulo II
## DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I - Do Lançamento

**Art. 33.** Compete privativamente à autoridade administrativa, constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

**Parágrafo único –** A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 34.** O crédito tributário não pode ter o seu nascimento obstado nem os seus elementos modificados por declaração de vontade que não emane do poder competente.

**Art. 35.** É ineficaz, em relação ao Fisco, a cessão de obrigação de pagar qualquer crédito tributário, decorrente de acordo entre pessoas físicas ou jurídicas.

### SEÇÃO II - Das Modalidades de Lançamento

**Art. 36.** O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 38.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 37.** O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento por declaração - quando for efetuado pelo Fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato indispensável a sua efetivação;

II - lançamento direto – quando for efetuado unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção do contribuinte;

III - lançamento por homologação – quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

**§1º.** O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso III deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

**§2º.** Na hipótese do inciso III deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou na sua graduação.

**§3º.** São de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso III deste artigo, sendo que, expirado esse prazo, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**§4º.** Nas hipóteses dos incisos I e III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando visar reduzir ou excluir o tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

**§5º.** Os erros contidos na declaração a que se referem os incisos I e III deste artigo, apurados quando do seu exame, serão ratificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

**Art. 38.** O lançamento deverá ser efetuado e revisto de ofício pela autoridade competente, nos seguintes casos:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

I - quando a lei assim o determinar;

II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse a prestá-lo, ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quando a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecúniaria;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro, em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que afetou, ou omissão, pela autoridade de ato ou formalidade essencial.

**Art. 39.** Poderá a administração tributária atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade competente.

**§1º.** O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo, extingue-se o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

**§2º.** Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores á homologação praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando a extinção total ou parcial do crédito.

**§3º.** Os atos a que se refere o parágrafo anterior, serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

**SEÇÃO III - Da notificação**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 40.** O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes, mediante notificação direta, com a indicação do prazo de até 08 (oito) dias para o respectivo pagamento.

**Art. 41.** A notificação será feita em formulário próprio e conterá os seguintes elementos essenciais:

1 - nome do notificado;

2 - descrição do fato tributável;

3 - valor do tributo e penalidades se houver;

4 - assinatura do notificante.

**Art. 42.** A notificação será feita por edital, afixado em lugar próprio da repartição fiscal competente, ou publicado num jornal de circulação, quando não for localizado o contribuinte.

## CAPÍTULO III
## DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I - Das disposições gerais

**Art. 43.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos do processo administrativo tributário;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI - o parcelamento.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único -** O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

**Art. 44.** O parcelamento a que se refere o inciso VI do artigo anterior será concedido na forma e condição estabelecidas no artigo 54 desta lei.

**§1º**. Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros, multas e atualizações monetárias;

**§2º.** Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento, as disposições deste Código, relativas à moratória.

## SEÇÃO II – Da moratória

**Art. 45.** A moratória somente pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa.

**§1º.** Na hipótese do inciso II, a concessão da moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora com imposição da penalidade cabível nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele, dispensada a imposição de penalidade nos demais casos.

**§2º.** Imposta a penalidade nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele, o tempo decorrido entre a concessão de moratória e sua revogação não será computado para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

**§3º.** Nos casos em que não ocorra a imposição de penalidade, a revogação somente poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

**Art. 46.** A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;
b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual.
c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

**Art. 47.** Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

**Parágrafo único.** A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

**Art. 48.** O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecida em lei específica.

**§1º.** Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros, multas e atualização monetária;

**§2º.** Aplica-se, subsidiariamente, ao parcelamento, as disposições desta lei, relativa à moratória;

**§3º.** Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial;

**§4º.** Nos casos de inexistência de Lei específica que discipline o parcelamento, serão aplicáveis as normas contidas neste código.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo IV

## DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I – Das Modalidades

**Art. 49.** Extinguem o credito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão de depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 37, inciso III, e seu parágrafo 3º;

VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X – a decisão judicial passada em julgado;

XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

### SEÇÃO II - Do Pagamento

**Art. 50.** Os créditos tributários devem ser solvidos em moeda corrente do País, salvo as exceções previstas em lei especial.

**Parágrafo único** - O Poder Executivo estabelecerá, em ato normativo, o pagamento do crédito tributário em cheques, carnês , promissórias, ou processo eletrônico, porém o crédito tributário somente será extinto com o resgate deste pelo sacado.

**Art. 51.** O pagamento dos tributos deve ser feito nas instituições financeiras devidamente autorizadas.

**Parágrafo único** - A praxe de remessa de guias de pagamento ao contribuinte não o desobriga de procurá-las na repartição competente, caso não as receba no



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

prazo normal, desde que tenham sido feitas publicações, na mídia em geral , dando ciência ao público da emissão das citadas guias.

**Art. 52.** O pagamento não importa em quitação de crédito tributário, valendo somente como prova de recolhimento da importância referida na guia e, em consequência, não exonerando o contribuinte de qualquer diferença que venha a ser apurada de acordo com o disposto na lei.

**Art. 53.** O conhecimento do pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento de créditos anteriores, bem como de outros referentes a tributos diversos.

**Art. 54.** O Secretário Municipal de Finanças poderá permitir, em caráter excepcional, o pagamento parcelado de créditos tributários já vencidos, tendo em vista a situação econômico-financeira do sujeito passivo, não se excluindo em caso algum, o pagamento de juros, multas e atualização monetária, quando couber.

**§1º.** Somente é concedido o parcelamento para débitos vencidos há mais de 60 (sessenta) dias cabendo a iniciativa do pedido do contribuinte, mediante requerimento.

**§2º.** O parcelamento não será superior a 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas acrescendo-se o juro de 1% ao mês sobre o total do crédito.

**§3º.** o atraso no pagamento de três prestações sucessivas, obriga a inscrição imediata do restante do débito em dívida ativa, ficando proibido outro parcelamento para o mesmo débito.

**§4º.** o parcelamento será requerido através de requerimento, com especificação do tributo pelo interessado, após o pagamento do valor correspondente a no mínimo, 30% (trinta por cento) do montante do débito apurado à data do requerimento, que não poderá ser inferior ao valor da prestação mensal.

**§5º.** O valor da prestação mensal não poderá, sob nenhum pretexto, ser inferior a 50,00 (cinquenta reais).

**§6º.** Não poderá ser concedido novo parcelamento ao contribuinte que não liquidar o parcelamento anteriormente efetuado.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§7º.** As prestações mensais resultantes do parcelamento, sofrerão atualização monetária na forma da lei, até a data do pagamento.

**Art. 55.** O recolhimento dos tributos, far-se-á pela forma e nos prazos fixados nesta Lei, podendo ser alterada, mediante regulamento da mesma.

**Art. 56.** Quando não recolhido na época determinada, o débito ficará sujeito aos seguintes acréscimos:

I - multa de mora;

II - atualização monetária;

III - Juros depois de 30 (trinta) dias;

**§1º.** Terminado o prazo para pagamento do tributo e desde que o faça espontâneamente, fica o contribuinte sujeito a acréscimos moratórios, após o vencimento e nas seguintes condições:

a - multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia até o limite máximo de 10% ao mês, até trinta dias

b – acima de 30 dias, 20% (vinte por cento)

c - juros de 1 % (um por cento) ao mês, depois de decorridos 30 (trinta) dias;

**§2º.** A atualização monetária, fixada pelo Secretário Municipal de Finanças com base em índices oficiais, será devida a partir do mês seguinte ao em que o recolhimento do tributo e multas fiscais deveria ter sido efetuado, e a estas acrescidas por todos os efeitos legais;

**§3º.** A multa por infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão que importe a inobservância as disposições das legislações tributárias;

**§4º.** A multa de mora, juros e a atualização monetária serão cobradas independentemente do procedimento fiscal.

**Art. 57.** Excetuado os casos de autorização legislativa ou mandado judicial, é vedado ao funcionário receber tributos com descontos ou dispensa de obrigação tributária principal ou acessórias.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§1º.** A inobservância ao disposto neste artigo sujeita ao infrator, sem prejuízo das penalidades que forem aplicáveis, a indenizar o Município em quantia igual a que deixou de receber;

**§2º.** Se a infração decorrer de ordem superior e hierárquica, ficará este solidariamente responsável com o infrator.

## SEÇÃO III - Do Pagamento Indevido

**Art. 58.** O sujeito passivo terá direito, independente, de prévio protesto a restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I – Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – Erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no calculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória;

**Art. 59.** A restituição, total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes a infração de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

**§1º.** O direito de pleitear a restituição total ou parcial de tributo, extingue-se com o decurso no prazo de 05 (cinco) anos.

**§2º.** As importâncias decorrentes de erros nos procedimentos fiscais, objetos de restituição, serão atualizadas monetariamente com base nos mesmos índices utilizados para débitos fiscais.

**§3º.** A incidência de atualização monetária observará com termo inicial, para fins de cálculos, a data de ingresso do pedido de restituição na Secretária Municipal de Finanças.

**Art. 60.** As restituições dependerão do requerimento da parte interessada, dirigido a instância singular, cabendo recursos para o Conselho Municipal de Contribuintes.

**Parágrafo único** - Para os efeitos dos dispostos neste artigo serão anexados ao requerimento os comprovantes de pagamento efetuados.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 61.** Atendendo a natureza e ao montante de tributo a ser restituído, poderá o Secretário Municipal de Finanças determinar que a restituição se processe na forma de compensação de crédito.

**Parágrafo único** – Comprovando o pagamento indevido, a restituição deverá ser feita, no máximo em 30 (trinta) dias.

**Art. 62.** Quando a dívida estiver sendo paga em prestações parceladas, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o constituinte ao pagamento das parcelas restantes, a partir da data da decisão definitiva, na esfera administrativa.

## SEÇÃO IV - Da Compensação

**Art. 63.** O Secretário Municipal de Finanças poderá autorizar a compensação de créditos tributários concretos, líquidos e certo, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal.

## SEÇÃO V - Da Transação

**Art. 64.** É facultada a celebração entre o Município e o sujeito passivo da obrigação tributária, de transação para o término do litígio e consequente extinção tributária, mediante concessão mútua.

**§1º.** Competente para realizar a transação é o Chefe do Executivo, que poderá delegar essa competência ao Procurador do Município quando a ação estiver na esfera judicial, e ao Secretário Municipal de Finanças quando a ação estiver em nível administrativo.

**§2°.** As concessões de que trata o “caput” desse artigo tem o seu limite, por parte do município de ate 100% (cem por cento) dos juros e/ou das multas do debito tributário.

## SEÇÃO VI - Da Remissão



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 65.** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, a remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo as seguintes condições:

I - a situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - à consideração de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - às condições peculiares à determinada região do território da entidade tributante.

**Parágrafo único** - A concessão da remissão referida neste artigo, não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, cobrando-se o crédito acrescido de juros, multa e atualização monetária.

## SEÇÃO VII – Da Prescrição e Decadência

**Art. 66.** O direito de Finanças Pública Municipal de constituir o crédito tributário, extingue-se após 05 (cinco) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

**Parágrafo único** - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciado a constituição do crédito tributário pela notificação ao sujeito passivo, em qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**Art. 67.** A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

**Parágrafo único** - A prescrição se interrompe:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

## Capítulo V
## DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
### SEÇÃO I - Das Disposições Gerais

**Art. 68.** Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

**Parágrafo único** - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.

### SEÇÃO II - Da Isenção

**Art. 69.** Ressalvadas as hipóteses expressamente prescritas nesta lei, a isenção deverá ser solicitada, anualmente, mediante requerimento devidamente instruído com prova quanto ao atendimento dos requisitos ou condições.

**Art. 70.** A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

**Art. 71.** A documentação do primeiro pedido de isenção poderá servir para os exercícios fiscais subseqüentes, devendo o contribuinte no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior, e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

**Art. 72.** A solicitação de isenção ou a sua renovação para o exercício seguinte, deverá ser encaminhada ao Secretário Municipal de Finanças, até o último dia util do mês de junho do ano corrente.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 73.** A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

I - verificada a inobservância dos requisitos para a sua concessão;

II - desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

## SEÇÃO III - Da Anistia

**Art. 74.** A anistia abrange, exclusivamente, as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceda, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em beneficio daquele.

II - salvo disposição em contrário às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**Parágrafo único** - Qualquer anistia só poderá ser concedida através de lei municipal.

## SEÇÃO IV - Da Imunidade

**Art. 75.** São imunes dos tributos municipais:

I – o patrimônio, renda ou os serviços da União, dos Estados e respectivas autarquias, cujos serviços sejam vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes;

II – os templos de qualquer culto;

III – o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos do artigo 76;

IV – livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

**§1º.** O disposto no inciso I deste artigo é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder público, no que se referem ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculadas as suas finalidades essenciais e delas decorrentes.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§2º.** O disposto no inciso I deste artigo não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação, ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exime o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

**§3º.** A lei poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento do imposto ou contribuição, cujo fato gerador leva ocorrer posteriormente, assegurado a mediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

**Art. 76.** O disposto no inciso III do artigo 75 subordina-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuirem, direta ou indiretamente, qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a titulo de lucro ou de participação no seu resultado;

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas de livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**§1º.** Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

**§2º.** Os serviços a que se refere o inciso III do artigo 75 são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

**§3º.** A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, salvo as de ter livros fiscais e emitir documentos fiscais, sujeitando-se a sua desobediência a aplicação de cominações ou penalidades.

**§4º**. O disposto neste artigo abrange, também, a prática de ato, previsto em lei, que assegure o cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

## TÍTULO IV

## DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo I

## DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL

**Art. 77.** Toda pessoa física ou jurídica sujeita às obrigações tributárias, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal do Município, de acordo com as formalidades exigidas nesta Lei ou em regulamento.

**§1º.** Far-se-á a inscrição:

I - por declaração do contribuinte ou de seu representante com Procuração, através de petição,com preenchimento de ficha ou formulário modelo;

II - de ofício.

**§2º.** Apurada a qualquer tempo a inexatidão dos elementos declarados, proceder-se-á de ofício a alteração, aplicando-se as penalidades cabíveis.

**§3º.** servirão de base à inscrição de ofício os elementos constantes do auto de infração e outros que dispuser a Secretaria Municipal de Finanças.

**§4°.** Em nenhum caso será concedida inscrição no Cadastro Mobiliário do Município a:

I - contribuintes, pessoas físicas, que possuam quaisquer débitos para com a Fazenda Municipal, inclusive na qualidade de sócio de pessoas jurídicas;

II - contribuintes, pessoas jurídicas, bem como seus sócios, possuam quaisquer débitos para com a Fazenda Municipal.

III – contribuintes pessoa jurídica que não conste em seu cartão de CNPJ o endereço do seu estabelecimento no município de Santana do São Francisco.

**Art. 78.** Os pedidos de alteração ou baixa de inscrição serão feitos pelo contribuinte dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do ato ou fato que os motivaram, e somente serão deferidos após informação do órgão fiscalizador.

**§1º.** Ao contribuinte em débito não será concedido a alteração e/ou baixa ficando a administração obrigada a inscrever a importância em Dívida Ativa.

**§2º.** O titular da repartição, a quem estiver jurisdicionado o contribuinte, poderá inscrevê-lo como inativo, se comprovar a paralização de sua atividade.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§3º.** Ao contribuinte que promover a sua inscrição após o inicio do exercício, os tributos devidos serão cobrados na base de 1/12 (um doze avos) por mês de atividade.

**Art. 79.** O Cadastro Fiscal do Município compreende o conjunto de dados cadastrais referentes aos contribuintes de todos os tributos, podendo merecer denominação e tratamento especifico, quando assim o requeira a natureza peculiar de cada tributo.

## Capítulo II

## DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 80.** Compete à unidade administrativa da fazenda pública municipal a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

**Art. 81.** A fiscalização dos tributos será exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não que estiverem obrigados ao cumprimento de disposições da legislação dos tributos, bem como em relação aos que gozarem de imunidade ou de isenção.

**Art. 82.** Quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessário a efetivação de medidas acauteladoras do interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido como crime, os agentes fiscalizadores, diretamente ou por intermédio das repartições a que pertencerem, poderão requisitar auxílio das autoridades policiais.

**Art. 83.** Os regimes especiais concedidos ao contribuinte para o cumprimento de suas obrigações poderão ser cassados, se os beneficiários procederem em desacordo com as normas fixadas para sua concessão.

**Art. 84.** O Secretario Municipal de Fazenda estabelecerá criterios para o sistema especial de fiscalização sempre que forem julgados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos, livros fiscais e comerciais, ou que viole a legislação tributária.

**Art. 85.** Cabe ao Município o direito de pesquisar, de forma mais ampla e por todos os meios cabíveis, os elementos necessários à liquidação do crédito tributário, ficando em conseqüência, toda e qualquer pessoa, contribuinte ou não, obrigada a prestar esclarecimentos e informações solicitadas pelos funcionários do Grupo



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

Ocupacional Fisco, e a exibir aos mesmos, os livros, documentos, bens móveis ou imóveis, inclusive mercadorias, no seu estabelecimento, quando por estes assim forem considerados necessários à fiscalização.

## Capítulo III
## DA UNIDADE FISCAL

**Art. 86.** Fica instituida a Unidade Fiscal do Município – UFM, que servirá de base para a fixação de importâncias correspondentes a tributos e penalidades previstas nesta legislação.

**Parágrafo único –** Cada Unidade Fiscal do Município corresponderá a **R$ 1,30** (um real e trinta centavos), tendo vigência para o exercício de 2020, que será corrigida anualmente de acordo com os artigos 87 e 88 desta lei.

**Art. 87.** A atualização monetária dos valores expressos em Unidade Fiscal do Município – UFM, será realizada anualmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial IPCA-E, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

**§1º.** Em caso de extinção do IPCA-E a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituiu ou, em não havendo substituto, por índice instituído por lei federal.

**§2º.**Todo e qualquer valor decorrente da legislação municipal será convertido em moeda corrente.

**Art. 88.** Será fixado anualmente através de Decreto do Executivo Municipal, o índice divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE para atualização da Unidade Fiscal do Município – UFM.

## Capítulo IV
## DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**SEÇÃO I - Das Disposições Gerais**

**Art. 89.** Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na Lei tributária.

**Parágrafo único** - A responsabilidade por infrações da Legislação Tributária, salvo exceções, independe da intenção do agente, ou do terceiro, e da efetividade, natureza e extensão das conseqüências do ato.

**Art. 90.** Reincidência é a nova infração violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo sujeito passivo dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

**Art. 91.** Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

**Art. 92.** O contribuinte, o responsável ou demais pessoas envolvidas em infrações poderão apresentar denúncia espontânea de infração de obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis ou depositada a Importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depende da apuração.

**§1º.** Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o inicio de procedimento tributário, de lavratura de termo de inicio de fiscalização ou de termo de apreensão de bens móveis.

**§2º.** A apresentação de documentos obrigatórios á administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do imposto neste artigo.

**Art. 93.** Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 94.** Apurando-se no mesmo processo, infração de mais de uma disposição pelo mesmo contribuinte, será aplicada, em relação a cada tributo, a pena correspondente á infração mais grave.

**Art. 95.** A Lei Tributária que define infração ou comine penalidade, aplica-se a fatos anteriores a sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

I - exclua a definição do fato como infração;

II - comine penalidade menos severa que anteriormente prevista para o fato.

**Art. 96.** Aos contribuintes e responsáveis pela prática das infrações de que se trata esta seção, aplicar-se-á, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - Multa;

II - Sujeição a Regime Especial de Fiscalização;

III - Suspensão ou perda definitiva de benefícios fiscais.

## SEÇÃO II - Das Multas

**Art. 97.** São passíveis de multas por infração, para todo e qualquer tributo deste Código, quando não prevista em capítulo próprio, multa de 20% (vinte por cento) do valor do tributo.

**Art. 98.** A reincidência da infração será punida com multa em dobro e a cada reincidência subsequente aplicar-se-á a multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor.

**Parágrafo único** - o contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

## SEÇÃO III - Das Proibições

**Art. 99.** Os contribuintes em débito com o Município não poderão:

I - receber qualquer crédito;

II - participar em qualquer modalidade de licitação, concorrência ou coleta de preços;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

III - celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos da administração indireta;

IV - fazer transação, a qualquer título, com o Município, bem como gozar de quaisquer benefícios fiscais.

## Capítulo V

## DA DÍVIDA ATIVA

**Art. 100.** Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

**Art. 101.** A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

**§1º.** A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.

**§2º.** A fluência de juros de mora e a aplicação dos índices de correção monetária não excluem a liquidez do crédito.

**§3º.** Os créditos tributários e não-tributários inscritos em dívida ativa sofrerão a correção monetária com a aplicação dos índices apurados pelo Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E) e a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 102.** O termo de inscrição da divida ativa autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicilio ou a residência de um ou de outros;

II – o valor originário da dívida bem como a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data e o número de inscrição no registro de dívida ativa;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

V - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, de que se originar o crédito.

**Parágrafo único** - A certidão conterá além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

**Art. 103.** Por determinação do Executivo Municipal, através do Procurador do Município serão administrativamente cancelados os débitos:

I - prescritos;

II - de contribuintes que hajam falecido deixando bens que por força da lei, sejam insuscetíveis de execução;

III - que por seu ínfimo valor, tornem a cobrança ou execução notoriamente anti-econômica.

**Art. 104.** A cobrança da dívida tributária do município será procedida:

I – por via amigável – quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

a) vencido o prazo para pagamento da obrigação tributária, será notificado via administrativa para a liquidação do débito em 30 (trinta) dias;

II – por via judicial – quando processada pelos órgãos judiciários.

a) Concernente a esse procedimento judiciário, vencido o prazo da cobrança amigável como disposto no inciso I, a repartição administrativa emitirá o Termo de Inscrição em Dívida Ativa, em conformidade com as disposições do artigo 102, que dispõe sobre a inscrição de créditos em Dívida Ativa.

**§1º.** Os dois incisos que se referem este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

**§2º.** Os créditos de Natureza Tributária e Não-Tributária da Fazenda Municipal serão inscritos em Dívida Ativa pelo seu valor expresso em real e corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial(IPCA-E), acumulado no ano, ou por outro índice estabelecido pelo Governo Federal que vier a substituí-lo.

**§3º.** Sobre os créditos inscritos na forma do parágrafo 2º incidirão juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês e multa de 20% do montante corrigido.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 105.** As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou conseqüentes, serão reunidas em um só processo (Certidão).

**Art. 106.** Cessa a competência da Secretaria Municipal de Finanças para cobrança do débito com o encaminhamento da certidão da dívida ativa para a cobrança judicial.

**Art. 107.** O recebimento de débitos fiscais, constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva será feito exclusivamente á vista de guia, com visto do órgão jurídico do Município, incumbido da cobrança judicial da dívida.

**Parágrafo único** - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a sub-rogação da Divida Ativa através de instituição financeira regularmente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, podendo efetuar cobrança administrativa bancária e/ou judicial dos débitos sub-rogados, inscritos em Dívida Ativa.

## Capítulo VI

## DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

**Art. 108.** A lei poderá exigir que a prova de quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias a sua identificação, domícilio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido.

**Parágrafo único** - A certidão negativa será expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis da data da entrada do requerimento na repartição e com validade de 60 (sessenta) dias.

**Art. 109.** A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Administração exigir, a qualquer tempo, os créditos tributários que venham a ser apurados.

**Art. 110.** Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

**Art. 111.** A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

**Parágrafo único** - O disposto deste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 112.** Sem prova, por certidão da repartição fiscal, de isenção ou de quitação dos tributos ou de quaisquer outros ônus relativos ao imóvel, até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliães e oficiais de registro, não poderão lavrar, inscrever ou transcrever atos relativos a imóveis.

**Parágrafo único** - A certidão será obrigatoriamente referida nos atos a que se refere este artigo.

**Art. 113.** Por solicitação do requerente, através de petição, poderá ser fornecida a certidão negativa com validade de 60(sessenta) dias e a certidão positiva com efeito negativa com validade de 30(trinta) dias.

## LIVRO II

## DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

## TÍTULO I

## DOS TRIBUTOS

### Capítulo I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 114.** Tributo é toda prestação pecuniária compulsória. em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Art. 115.** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto de sua arrecadação.

**Art. 116.** Os tributos são: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

### Capítulo II

### DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 117.** O Município, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional, da lei complementar e as da sua lei orgânica e deste código, tem competência legislativa plena, quanto à incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

**Art. 118.** A competência tributária é indelegável, salvo atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição.

**§1º.** A atribuição compreende garantias e os privilégios processuais que competem a pessoa jurídica de direito público que a conferir.

**§2º.** A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

**§3º.** Não constitui delegação o cometimento à pessoa de direito privado, do encargo da função de arrecadar tributos.

## Capítulo III

## DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

**Art. 119.** Sem prejuízos de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a - em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b- no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

VI - instituir impostos sobre:

a - patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b - templos de qualquer culto;

c- patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d - livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

**§1º.** A vedação do inciso VI. “a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

**§2º.** As vedações do Inciso VI "a" do parágrafo anterior, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente do bem imóvel.

**§3º.** As vedações expressas no Inciso VI "b", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

**§4º.** Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária, só poderá ser concedida através de lei específica municipal.

**Art. 120.** Considera-se imunidade condicionada, a não incidência tributária suscetível de prova quanto ao atendimento dos requisitos da Lei.

**Art. 121.** A imunidade condicionada será reconhecida mediante requerimento, comprovada a condição da pessoa, de seu patrimônio ou serviços.

## TÍTULO II

## DOS IMPOSTOS



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo I

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 122.** São impostos de competência do Município:

I - Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

II - Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

III - Sobre a Transmissão "*Inter-Vivos*" a qualquer titulo, por ato oneroso, de bens imóveis - ITBI;

## Capítulo II

## DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

### Seção I - Do Fato Gerador e da Incidência

**Art. 123.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços constantes da lista abaixo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

**§1º**. O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

**§2º.** Ressalvadas as exceções expressas na lista, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadoria.

**§3º.** O imposto de que trata este Código incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

**§4º.** A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

**§5º.** O imposto incide sobre os atos não cooperativos praticados pela sociedade cooperativa, e os que tenham por objeto a prestação, a pessoas ou entes não associados, de serviços relacionados na lista abaixo:

### LISTA DE SERVIÇOS



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**1 – Serviços de informática e congêneres:**

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas;
1.02 - Programação;
1.03 - Processamento de dados e congêneres;
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos;
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
1.06 - Assessoria e consultoria em informática;
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados;
1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

**2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza:**

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

**3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres:**

3.01 – (suprimido em razão do veto presidencial)
3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda;
3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza;
3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza;
3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

**4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres:**
4.01 - Medicina e biomedicina;
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres;
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres;
4.04 - Instrumentação cirúrgica;
4.05 - Acupuntura;
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares;
4.07 - Serviços farmacêuticos;


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia;

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental;

4.10 - Nutrição;

4.11 - Obstetrícia;

4.12 - Odontologia;

4.13 - Ortopedia;

4.14 - Próteses sob encomenda;

4.15 - Psicanálise;

4.16 - Psicologia;

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres;

4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres;

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie;

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres;

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

**5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres:**

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia;

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária;

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária;

5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres;

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie;

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres;

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres;

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

**6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres:**

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres;

6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres;

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres;

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas;

6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

**7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres:**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres;

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

7.04 - Demolição;

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço;

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação;

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores;

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres;

7.14 - (suprimido em razão do veto presidencial)

7.15 - (suprimido em razão do veto presidencial)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres;

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres;

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres;

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais;

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza:**

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior;

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços);

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres;

9.03 - Guias de turismo.

**10 – Serviços de intermediação e congêneres:**

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada;

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer;

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária;

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring);

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios;

10.06 - Agenciamento marítimo;

10.07 - Agenciamento de notícias;

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios;

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial;

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

**11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres:**

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações;

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas;

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**12 – Serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres:**

12.01 - Espetáculos teatrais;

12.02 - Exibições cinematográficas;

12.03 - Espetáculos circenses;

12.04 - Programas de auditório;

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres;

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres;

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres;

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não;

12.10 - Corridas e competições de animais;

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador;

12.12 - Execução de música;

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo;

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres;

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres;

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

**13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia:**

13.01 - (suprimido em razão do veto presidencial)

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres;

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres;

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização;

13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

**14 – Serviços relativos a bens de terceiros.**

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS);

14.02 - Assistência técnica;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS);

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus;

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer;

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido;

14.07 - Colocação de molduras e congêneres;

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento;

14.10 - Tinturaria e lavanderia;

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral;

14.12 - Funilaria e lanternagem;

14.13 - Carpintaria e serralheria.

**15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito:**

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres;

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas;

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral;

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres;

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais;

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia;

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo;

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins;

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing);

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral;

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados;

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários;

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio;

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres;

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento;

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral;

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão;

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

**16 – Serviços de transporte de natureza municipal:**

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

**17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres:**

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres;

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra;

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários;

17.07 – (suprimido em razão do veto presidencial);

17.08 - Franquia (franchising);

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS);

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros;

17.13 - Leilão e congêneres;

17.14 – Advocacia;

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica;

17.16 – Auditoria;

17.17 - Análise de Organização e Métodos;

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza;

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares;

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira;

17.21 – Estatística;

17.22 - Cobrança em geral;

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring);

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

**18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres:**

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

**19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres:**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

**20 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários:**

20.01 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

**21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais:**

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

**22 – Serviços de exploração de rodovia:**

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

**23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres:**

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

**24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

**25 - Serviços funerários.**

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de Salgado; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres;

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos;

25.03 - Planos ou convênio funerários;

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

**26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.**

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**27 – Serviços de assistência social.**
27.01 – Serviços de assistência social.

**28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

**29 – Serviços de biblioteconomia.**
29.01 – Serviços de biblioteconomia.

**30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.**
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

**31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

**32 – Serviços de desenhos técnicos.**
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

**33 – Serviços de comissários, despachantes e congêneres.**
33.01 - Serviços de comissários, despachantes e congêneres.

**34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

**35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

**36 – Serviços de meteorologia.**
36.01 – Serviços de meteorologia.

**37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

**38 – Serviços de museologia.**
38.01 – Serviços de museologia.

**39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.**
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

**Art. 124**. A incidência do imposto independe:

a- da existência do estabelecimento fixo;

b- do resultado financeiro ou do efetivo exercício da atividade;

c- do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d- da destinação do serviço.

**Art. 125.** Para efeitos deste imposto, entende-se:

I - por empresa:

a - toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive, sociedade civil ou de fato que exercer atividade prestadora de serviços;

b - a firma individual da mesma natureza.

II - por profissional autônomo:

a - o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realize trabalho ou ocupação intelectual (científica,técnica ou artística) de nível universitário ou a este equiparado;

b - o profissional não liberal, compreendendo todo aquele que, não sendo portador de diploma de curso universitário ou a este equiparado, desenvolva uma atividade autônoma.

**Parágrafo único** - Equipara-se a empresa, o profissional autônomo que utilizar mais de 02 empregados, a qualquer título, na execução direta dos serviços por eles prestados.

## SEÇÃO II - Da não incidência

**Art. 126.** O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único** - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

## SEÇÃO III - Do Local da Prestação

**Art. 127.** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único**. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

**Art. 128.** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (suprimido em razão do veto presidencial);

XI - (suprimido em razão do veto presidencial);

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XX - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

**Art. 129.** Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§1º.** Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para prestação de serviço, sendo irrelevante a sua denominação ou a sua categoria, bem como a circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente, em outro local.

**§2º.** A existência de estabelecimento prestador é indicada pela configuração parcial ou total dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação, como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais e municipais;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de prestação de serviços exteriorizada através da indicação do endereço em impressos e formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade, fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

Art. 130º Incide sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços constante nesta a regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata, cujo período de apuração esteja compreendido entre a data de publicação desta Lei Complementar e o último dia do exercício financeiro de 2022; e dá outras providências.

Art. 131º O ISSQN devido em razão dos serviços referidos no art. 1º será apurado pelo contribuinte e declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional.

§ 1º O sistema eletrônico de padrão unificado de que trata o **caput** será desenvolvido pelo contribuinte, individualmente ou em conjunto com outros contribuintes sujeitos às disposições desta Lei Complementar, e seguirá leiautes e padrões definidos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA), nos termos dos arts. 9º a 11 Lei Complementar Nº 175 de 2020.

§ 2º O contribuinte deverá franquear aos Municípios e ao Distrito Federal acesso mensal e gratuito ao sistema eletrônico de padrão unificado utilizado para cumprimento da obrigação acessória padronizada.

§ 3º Quando o sistema eletrônico de padrão unificado for desenvolvido em conjunto por mais de um contribuinte, cada contribuinte acessará o sistema exclusivamente em relação às suas próprias informações.

§ 4º O Municípios acessará o sistema eletrônico de padrão unificado dos contribuintes exclusivamente em relação às informações de suas respectivas competências.

Art. 132º O contribuinte do ISSQN declarará as informações objeto da obrigação acessória de que trata esta Lei de forma padronizada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de que trata o art. 2º, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao de ocorrência dos fatos geradores.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

Parágrafo único. A falta da declaração, na forma do **caput**, das informações relativas ao Município sujeitará o contribuinte às disposições da respectiva legislação.

Art. 133º Cabe ao Município fornecer as seguintes informações diretamente no sistema eletrônico do contribuinte, conforme definições do CGOA:

I - alíquotas, conforme o período de vigência, aplicadas aos serviços referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II - arquivos da legislação vigente no Município que versem sobre os serviços referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

III - dados do domicílio bancário para recebimento do ISSQN.

§ 3º É de responsabilidade do Município a higidez dos dados que esses prestarem no sistema previsto no **caput**, sendo vedada a imposição de penalidades ao contribuinte em caso de omissão, de inconsistência ou de inexatidão de tais dados.

Art. 134º Ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei Complementar, é vedada ao Municípios a imposição a contribuintes não estabelecidos em seu território de qualquer outra obrigação acessória com relação aos serviços referidos no art. 1º, inclusive a exigência de inscrição nos cadastros municipais ou de licenças e alvarás de abertura de estabelecimentos no respectivo Município.

Art. 135º A emissão, pelo contribuinte, de notas fiscais de serviços referidos no art. 1º pode será obrigatória, nos termos desta legislação, exceto para os serviços descritos nos subitens 15.01 e 15.09, que são dispensados da emissão de notas fiscais.

Art. 136º O ISSQN de que trata esta Lei Complementar será pago até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, exclusivamente por meio de transferência bancária, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), ao domicílio bancário informado pelo Município, nos termos do inciso III do art. 4º.

§ 1º Quando não houver expediente bancário no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, o vencimento do ISSQN será antecipado para o 1º (primeiro) dia anterior com expediente bancário.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

§ 2º O comprovante da transferência bancária emitido segundo as regras do SPB é documento hábil para comprovar o pagamento do ISSQN.

XXV - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09.

§ 5º Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do **caput** deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 6º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§ 7º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo.

§ 8º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços expressa nesta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 9º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

§ 10. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§ 11. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 12. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.” (NR)

Art. 137. O produto da arrecadação do ISSQN relativo aos serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa a esta lei, cujo período de apuração esteja compreendido entre a data de publicação e o último dia do exercício financeiro de 2022 será partilhado entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador desses serviços, da seguinte forma:

I - relativamente aos períodos de apuração ocorridos no exercício de 2021, 33,5% (trinta e três inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e 66,5% (sessenta e seis inteiros e cinco décimos por cento), ao Município do domicílio do tomador;

II - relativamente aos períodos de apuração ocorridos no exercício de 2022, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e 85% (oitenta e cinco por cento), ao Município do domicílio do tomador;

III - relativamente aos períodos de apuração ocorridos a partir do exercício de 2023, 100% (cem por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do domicílio do tomador.

§ 1º Na ausência de convênio, ajuste ou protocolo firmado entre os Municípios interessados ou entre esses e o CGOA para regulamentação do disposto no **caput** deste artigo, o Município do domicílio do tomador do serviço deverá transferir ao Município do local do estabelecimento prestador a parcela do imposto que lhe cabe até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao seu recolhimento.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

§ 2º O Município do domicílio do tomador do serviço poderá atribuir às instituições financeiras arrecadadoras a obrigação de reter e de transferir ao Município do estabelecimento prestador do serviço os valores correspondentes à respectiva participação no produto da arrecadação do ISSQN.

## SEÇÃO IV - Dos Contribuintes e Responsáveis

**Art. 138.** Contribuinte é o prestador do serviço.

**Parágrafo Único** - O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas na lista ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

**Art. 139.** O tomador do serviço é responsável pelo recolhimento do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, quando o prestador do serviço, não emitir nota fiscal ou outro documento permitido pela legislação tributária ou, quando desobrigado, não fornecer recibo no qual esteja expresso o número de sua inscrição no Cadastro Tributário do Município.

**§1º**. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, são responsáveis**:**

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista.

III – os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.05, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista.

IV – incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista.

**§2º.** As Pessoas Físicas e Jurídicas referidas no caput deste artigo e nos incisos I a IV do § 1º, deverão repassar, ao Tesouro Municipal, o valor do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente a retenção.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§3º.** O tomador do serviço fica obrigado a informar ao setor de arrecadação, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente em que fora realizado o serviço, a relação dos prestadores de serviços que fora efetuada a retenção na fonte, bem como daqueles que prestaram serviços e apresentaram nota fiscal ou inscrição cadastral municipal, de acordo com o modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças na forma prevista pelo CTN, no seu artigo 197.

**Art. 140.** O recolhimento do imposto descontado na fonte, far-se-á em nome do responsável pela retenção.

**Parágrafo único** - Considera-se apropriação indébita a retenção do usuário do serviço, por prazo superior a 30 dias contados da data em que deveria ter sido efetuado o recolhimento do tributo descontado na fonte.

## SEÇÃO V - Da Alíquota e Base de Cálculo

**Art. 141.** O imposto será calculado de acordo com as alíquotas e os valores fixados na Tabela I, anexa a esta lei.

**Art. 142.** A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

**§1º**. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 e 22.01 da lista constante no art. 123 forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

**§ 2º** - A base de cálculo do imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), é o custo integral do serviço;

**§3º** - Para os itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, poderão ser deduzidos os materiais empregados na obra até o limite de 40% (quarenta por cento), do total da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, que deverá ser declarado o percentual de dedução no corpo da mesma, tendo validade através da comprovação das respectivas Notas Fiscais dos materiais adquiridos, bem como, contrato e medição da obra dos serviços contratados e executados. A inobservância do disposto deste Parágrafo será aplicada a redação que dispõe o §2º, do art. 134, desta Lei Complementar.

**§4º.** Considera-se preço de serviço, para efeito de cálculo do imposto,a receita bruta mensal, recebida ou não, devida pela prestação de serviços, inclusive, reajustamento ou dispendio de qualquer natureza.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§5º.** Constituem parte integrante do preço do serviço:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.

II - o ônus relativo à concessão de crédito, ainda que cobrado em separado, na hipótese de prestação de serviço a prazo, sob qualquer modalidade;

III – o montante do imposto transferido ao tomador do serviço

**Art. 143.** O valor de serviço, para efeito de apuração da base de cálculo será obtido:

I- pela receita mensal do contribuinte, quando se tratar de prestação de serviço em caráter permanente;

II - pelo preço cobrado, quando se tratar de prestação de serviços de caráter eventual, seja descontínua ou isolada.

**Parágrafo único** - A caracterização de serviço, em função de sua permanente execução ou eventual prestação, apurar-se-á, a critério da autoridade administrativa, levando-se em consideração a habitualidade com que o prestador desempenhar a atividade.

**Art. 144.** Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal próprio do contribuinte, o imposto será calculado com relação a cada profisional habilitado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importancia paga a título de remuneração do próprio trabalho.

**Art. 145.** Quando os serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13,4.14, 4.16, 5.01, 7,01, 17.14, 17.16, 17.19 e 27.01,da lista constante do artigo 123 forem prestados por Sociedades Civis de Profissionais, o imposto será devido pela sociedade mensalmente, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

**Art. 146.** O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade administrativa:

I - por arbitramento, nos casos especificamente previstos;

II - mediante estimativa, quando a base de cálculo não oferecer condições de apuração pelos critérios normais de fiscalização.

## SEÇÃO VI - Do Arbitramento



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 147.** A autoridade fiscal competente fixará por despacho o arbitramento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Único**- Procede-se ao arbitramento para apuração da base de cálculo do imposto nos seguinte casos:

I - não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive, nos casos de perdas, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

II – ocorrer recusa da apresentação da documentação solicitada.

III – ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis a apuração do imposto;

IV – sejam omissas ou não mereçam fé, as declarações, os esclarecimentos prestados ou falta de emissão de notas fiscais.

**Art. 148.** No arbitramento será determinada a receita da prestação de serviços em relação a atividade exercida pelo contribuinte e não poderá, em caso algum, ser inferior às despesas do período, acrescido de 30% (trinta por cento), calculados pela soma das seguintes parcelas;

I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados;

II - folha de salários pagos, adicionada de todos os encargos sociais e trabalhistas, inclusive, honorários de diretores, retirada de sócios e gerentes;

III - despesas de aluguel do imóvel ou 0,5% (cinco décimos por cento) do valor venal do mesmo por mês;

IV - despesas do aluguel do equipamento(s) utilizado(s) ou 0,5% (cinco décimos por cento) do valor venal do mesmo por mês;

V - despesas com fornecimento de água, luz, telefone, encargos obrigatórios ou demais despesas do contribuinte, tais como financeiras e tributárias em que a empresa normalmente incorre no desempenho das suas atividades.

**Parágrafo único**- Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida neste artigo, apurar-se-á o preço do serviço com base em um dos critérios abaixo:

a - no faturamento de empresa de mesmo porte e de mesma atividade, ou semelhante;

b - na receita lançada pelo contribuinte em anos anteriores, corrigida monetariamente;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

c - no caso de empresas construtoras, no valor estimado do preço de serviços de obras, ou no valor do metro quadrado da construção;

d - outros elementos indicadores de receita ou presunção de ganho.

## SEÇÃO VII - Da Estimativa

**Art. 149.** O valor do imposto poderá ser fixado, pela autoridade fiscal competente, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade de caráter provisório ou eventual;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização:

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes, cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal especifico.

**§1°.** No caso do Inciso I deste artigo, consideram-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja da natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

**§2°.** A hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente e não poderá o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento sob pena de interdição do local, independente de qualquer formalidade.

**§3°.** Quando a estimativa tiver fundamento no inciso IV deste artigo, o contribuinte poderá requerer o pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

**§4°.** Os contribuintes, abrangidos pelo regime de estimativa, poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação do ato ou da ciência do respectivo despacho, apresentar revisão contra o valor estimado, á autoridade que a determinar.

**§5°.** A revisão não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

**§6°.** Julgada procedente a revisão, total ou parcialmente, a diferença a maior, recolhida na pendência de decisão, será compensada nos recolhimentos futuros ou, se for o caso, restituída ao contribuinte.

**§7°.** A autoridade competente poderá, a seu critério, revisar, suspender a qualquer tempo, a aplicação do regime de estimativa, de modo geral,



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

individualmente, ou quando à qualquer categoria de estabelecimento ou grupo de atividades.

**Art. 150.** A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:

I - o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade

II - o preço corrente dos serviços;

III - o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade.

IV - a localização do estabelecimento.

**Parágrafo único** - O valor da base de cálculo estimada será expressa em Unidade Fiscal do Município – UFM e atualizada anualmente de acordo com o artigo 87 desta lei**.**

**Art. 151.** Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, a critério da autoridade competente.

## SEÇÃO VIII - Do Lançamento e do Recolhimento

**Art. 152.** O lançamento será feito com base nos dados constantes do Cadastro Mobiliário e das declarações e guias de recolhimento.

**Parágrafo único** - O lançamento será feito:

I - de ofício:

a - através de auto de infração;

b - na hipótese de atividades sujeita a taxação fixa.

II - por homologação, para os demais contribuintes não inclusos no Inciso I.

**Art. 153.** Ressalvada as hipóteses expressamente previstas nesta Lei, o recolhimento do imposto ocorrerá no dia 10 (dez) de cada mês:

I - mensalmente,

. a-para os contribuintes de lançamento feito por homologação, desde que dentro do mês subsequente ao em que ocorrer o fato gerador;

b -para os tomadores de serviço, responsável pela retenção na fonte.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

c -sociedades civis de profissionais.

II - anualmente, para os profissionais autônomos.

**§1º.** Independentemente dos critérios estabelecidos neste artigo, poderá a autoridade administrativa, atendendo a peculiaridade de cada atividade e conveniência do fisco e do contribuinte, adotar modalidades de recolhimento, inclusive em caráter de substituição.

**§2º.** mesmo que não ocorra o fato gerador de que trata o inciso I, o contribuinte fica obrigado a apresentação do carnês do ISSQN "Sem Movimento" nos mesmos prazos fixados para o pagamento do imposto.

**Art. 154.** As guias de recolhimento, declaração e quaisquer outros documentos necessários ao recolhimento do imposto, neste capítulo, obedecerão aos modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Finanças.

## SEÇÃO IX - Da Escrita e Documentário Fiscal

**Art. 155.** O contribuinte fica obrigado a manter, em cada um de seus estabelecimentos sujeitos a inscrição, escrita fiscal e registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

**§1°.** O documentário fiscal, compreende: Livro de Registro do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, a nota fiscal de prestação de serviços,a nota fiscal fatura de prestação de serviço e demais documentos manuais ou eletrônicos que se relacionem com operações tributárias;

I – O Município poderá estabelecer a Declaração Eletrônica de Serviços – DES, de adoção obrigatória aos contribuintes sujeitos ao imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN);

**§2°.** O Secretário Municipal de Finanças estabelecerá em Regulamento, os modelos de livros fiscais e das notas fiscais, a forma, os prazos e as condições para a sua escrituração, podendo ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção do documentário fiscal, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade do contribuinte;

**§3°.** ao documentário fiscal de que se trata o parágrafo anterior tem obrigatória a sua autenticação na Secretaria Municipal de Finanças;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§4°.** Ressalvada a hipótese de início de atividades, o documentário fiscal somente será autenticado, mediante apresentação dos correspondentes a serem encerrados.

**Art. 156.** Em nenhuma hipótese, poderá o contribuinte atrasar a escrituração do documentário fiscal por mais de 30 (trinta) dias.

**§1°.** A Nota Fiscal que for cancelada, conservará todas as suas vias no bloco, com declaração dos motivos que determinaram o cancelamento e referenciará, se for o caso, ao novo documento emitido.

**§2°.** Os blocos de Notas Fiscais serão usadas pela ordem crescente de numeração dos documentos, sendo vedado utilizar um bloco sem que já tenham sido usados os de numeração anterior.

**Art. 157**. O documentário fiscal não poderá ser retirado do estabelecimento sob pretexto algum, salvo para a apresentação à repartição fiscal.

**Parágrafo único** - A retirada do documentário fiscal poderá implicar em arbitramento da base de cálculo, conforme esta legislação.

**Art. 158.** O documentário fiscal é de exibição obrigatória ao agente fiscal, devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador, mesmo para os que já encerraram a atividade tributária.

**Parágrafo único** - As informações individualizadas sobre serviços prestados a terceiros, necessários à comprovação dos fatos geradores citados no Item 15 da lista de serviços, serão prestados até o dia 5 (cinco) do mês subsequente pelas instituições financeiras, na forma prevista pelo Código Tributário Nacional, no seu artigo 197.

## DOCUMENTAÇÃO FISCAL

### SEÇÃO I - Disposições Gerais

**Art. 159**. A Documentação Fiscal do Município compreende:

I – Livros Fiscais

II – Notas Fiscais



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único** – Os incisos I e II só poderão ser por meio eletrônico.

### Subseção I – Dos Livros Fiscais

**Art. 160.** Obrigam-se aos contribuintes do imposto a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos a inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

**Art. 161**. Por regulamento o município poderá estabelecer os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda, dispor sobre a dispensa ou obrigatoriedade da manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou a atividade econômica explorada nos respectivos estabelecimentos.

**Art. 162.** Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, sob nenhum pretexto, excetuados os casos em que estejam sob responsabilidade de profissional encarregado da contabilidade ou hajam sido solicitados, apreendidos pelo Fisco de qualquer nível de Governo. Presume-se fora do estabelecimento, o livro que não for exibido, quando solicitado pelo Agente Fazendário Municipal, em prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas.

**Art. 163.** Os Agentes do Fisco Municipal apreenderão mediante expedição do respectivo termo, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento, e os devolverão ao contribuinte, após lavratura do Auto de Infração cabível.

**Art. 164**. Os livros fiscais, que observarão modelos próprios e serão impressos com folhas tipograficamente numeradas, só poderão ser usados, depois de visados pela repartição fazendária competente, mediante “termo de abertura”.

**Art. 165**. Os livros novos, somente serão autenticados pela Fazenda Municipal, mediante apresentação dos livros correspondentes, prestes a ser encerradas, ressalvada as hipóteses de início de atividade e extravio do(s) livro(s) em uso, esta última, condicionada ao cumprimento das formalidades legais pertinentes.

**Art. 166.** Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados pelo prazo de 05(cinco) anos, por quem tiver feito uso, contados da comunicação oficial do encerramento da atividade econômica.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 167.** Para os efeitos deste artigo, não tem aplicação quaisquer disposições legais, excludentes ou limitativas dos direitos do Fisco, de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e feitos comerciais e fiscais dos prestadores de serviços.

**Subseção II – Do Livro de Registro de Prestação de Serviço**

**Art. 168.** O Livro de Registro de Prestação de Serviço:

I – são de uso obrigatório para os contribuintes pessoa jurídica que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de:

a- sociedade de profissional liberal;

b - pessoa jurídica;

II – são de uso facultativo para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte;

III – são de uso dispensado para os seguintes contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de pessoa jurídica:

a - repartição pública;
b - autarquias
c - fundações instituídas e mantidas pelo poder público
d - empresas públicas
e - delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;

IV – será impresso em folhas numeradas, em ordem crescente;

V – destina-se a registrar;

a - os totais de preços dos serviços prestados, tomados e retidos, diariamente, com os números dos respectivos Documentos Fiscais.

b - os totais de preços dos serviços prestados, tomados e retidos, mensalmente, com os valores das respectivas Receitas Tributáveis;

c - os valores dos impostos devidos pelos serviços prestados, tomados e retidos, acompanhados pelas respectivas alíquotas aplicáveis;

d - as datas de pagamento do imposto, com o nome do respectivo banco;

e - as observações e as anotações diversas;

VI – terá o seu modelo instituído através de portaria pelo responsável da Administração da Fazenda Pública Municipal.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Subseção III – Das Disposições Finais**

**Art. 169.** Os LIFs – Livros Fiscais:

I – deverão ser conservados no próprio estabelecimento do prestador de serviço pelo prazo de 10(dez) anos, contados da data de escrituração do último lançamento;

II – ficarão, no próprio estabelecimento do prestador de serviço, à disposição da Autoridade Fiscal;

III – apenas poderão ser retirados, do próprio estabelecimento do prestador de serviço, para atender à requisição da justiça ou da Autoridade Fiscal;

IV – são de exibição obrigatória à Autoridade Fiscal;

V – para prestadores de serviços com mais de um estabelecimento, deverão ser escriturados, em separado, individualmente, de forma distinta, para cada um dos estabelecimentos.

**Art. 170.** O regime constitucional da imunidade tributária e a benesse municipal da isenção fiscal não dispensam a autenticação, o uso, a escrituração, a exibição e a conservação de Livros Fiscais.

**Subseção IV – Das Notas Fiscais**

**Art. 171.** As Notas Fiscais:

I – são de uso obrigatório para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de:

a) sociedade de profissional liberal;

b) pessoa jurídica;

II – são de uso facultativo para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte;

III – são de uso dispensado para os seguintes contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de pessoa jurídica:

a) repartições públicas;
b) autarquias;
c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
d) empresas públicas;
e) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Subseção V – Dos Tipos de Notas Fiscais**

**Art. 172.** O responsável pela Administração da fazenda Pública Municipal poderá autorizar, de oficio ou a requerimento do interessado a emissão dos tipos de Notas Fiscais conforme abaixo:

I – de computação eletrônica de dados;

III – simultâneo de ICMS e ISSQN;

IV – outro indicado pela Autoridade Fiscal

**Subseção VI – Da obrigatoriedade para Emissão de Nota Fiscal Eletrônica**

**Art. 173.** A emissão da Nota Fiscal Eletrônica deverá ser obrigatória e autorizada pela Repartição Fiscal competente, desde que o contribuinte esteja adimplente com o fisco municipal.

**Subseção VII – Da Emissão de Nota Fiscal Eletrônica**

**Art. 174.** Nota Fiscal Eletrônica deve ser emitida:

I – sempre que o prestador de serviço:

a) prestar serviço;

b) receber adiantamento ou sinal de serviços a ser prestado;

**Parágrafo único** – Quando ocorrer nota fiscal emitida incorretamente, o contribuinte solicitará a cancelamento via sistema, que será:

I – cancelada contendo a exposição de motivo que determinou o cancelamento;

II – substituída e retificada por outra Nota Fiscal.

**Subseção VIII - Da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviço**

**Art. 175.** A NFS-e – Nota Fiscal de Serviços - eletrônica;

I – é de uso obrigatório para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob a forma de:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

a) sociedade de profissional liberal;

b) pessoa jurídica desde que diferente de:

1 – repartições públicas;
2 – aurtarquias;
3 – fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
4 – empresas públicas;
5 – delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;
6 – registros públicos, cartorários e notariais;
7 – instituições financeiras;

II – não será inferior a 20cmx27cm com sua configuração na horizontal;

III – será emitida em 03(três) vias com as seguintes destinações:

a) a primeira via para o tomador do serviço:
b) a segunda via para o prestador do serviço;
c) a terceira via, presa ao bloco, será conservada pelo prestador de serviço para exibição à Autoridade Fiscal.

**Subseção IX – Do Extravio e Inutilização de Nota Fiscal**

**Art. 176.** O extravio ou a inutilização de Notas Fiscais devem ser comunicados, por escrito, à Repartição Fiscal competente, no prazo máximo de até 10(dez)dias, contados da data de ocorrência.

**§ 1°**. A comunicação deverá:

I – mencionar as circunstâncias de fato;
II – anexar ao requerimento o boletim de ocorrência policial-BO;

III – identificar as notas fiscais que foram extraviadas ou inutilizadas;

IV – informar a existência de débitos fiscais;

V – dizer da possibilidade de reconstituição da escrita, que deverá ser efetuada no prazo máximo de 60(sessenta) dias contados da data da ocorrência, sob pena de arbitramento por parte da Autoridade Fiscal;

VI – publicar edital sobre o fato, em jornal oficial ou no jornal de maior circulação no município;

**§2°.** A autorização fica condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas no §1° deste artigo.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Subseção X – Das Disposições Finais**

**Art. 177.** Notas Fiscais:

I – deverão ser conservadas, no próprio estabelecimento do prestador de serviço, pelo prazo de 10(dez) anos, contados da data de emissão;

II – ficarão, no próprio estabelecimento do prestador de serviço, à disposição da Autoridade Fiscal;

III – apenas poderão ser retiradas, do próprio estabelecimento do prestador de serviço, para atender à requisição da justiça ou da Autoridade Fiscal;

IV – são de exibição obrigatória à Autoridade Fiscal;

V – para prestadores de serviço com mais de um estabelecimento, deverão ser emitidas, em separado, individualmente, de forma distinta, para cada um dos estabelecimentos.

**Art. 178.** Os contribuintes obrigados à emissão de Notas Fiscais deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao setor de recebimento ou aonde o Fisco vier a indicar, mensagem com o seguinte teor: “ESTE ESTABELECIMENTO É OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL”.

**Parágrafo único** - A mensagem será escrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 20cm x 30cm.

**Art. 179.** O regime constitucional da imunidade tributária e a benesse municipal da isenção fiscal não dispensam o uso, a emissão e a escrituração de notas fiscais.

**Parágrafo único**: Quando a prestação de serviço estiver alcançada pelo regime constitucional da imunidade tributária e a benesse municipal da isenção fiscal, essa circunstância, bem como os dispositivos legais pertinentes, deverá ser mencionada na Nota Fiscal.

**Art. 180.** A Nota Fiscal será considerada inidônea, independentemente de formalidades e de atos administrativos da Fazenda Pública Municipal, fazendo prova, apenas, a favor do Fisco, quando não atender e nem obedecer às normas estabelecidas.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## SEÇÃO X - Das Isenções

**Art. 181.** É considerado inidôneo, para efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do fisco, sem prejuízo das penalidades cabíveis, o documento que:

I - omita indicações exigidas ou contenha declarações inexatas;

II - esteja preenchido de forma legível ou apresente emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza;

III - não observe outros requisitos previstos em regulamento.

**Art. 182.** São isentos do imposto:

I - o artista, artífice ou artesão que exerça a atividade na própria residência sem auxilio de terceiros e sem propaganda de qualquer espécie;

II - apresentações teatrais e circenses, radiofônicas e de TV, ao vivo, com quadros culturais, assim considerados por entidades filantrópicas reconhecidas;

## SEÇÃO XI - Das Infrações e Penalidades

**Art. 183**. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - relativamente ao pagamento do imposto (obrigação principal);

**1** - falta de pagamento, total ou parcial, através do procedimento fiscal, quando as operações estiveram regularmente escrituradas:

**Multa: 20% (vinte por cento) sobre o imposto devido;**

**2** - falta de pagamento, quando houver:

a) operações tributárias escrituradas como isentas ou como não tributáveis;

b) deduções não comprovadas por documentos hábeis;

c) erro na identificação da alíquota aplicável;

d) erro na determinação da base de cálculo;

e) erro de cálculo na apuração do imposto a ser pago;

f) falta de retenção, se obrigatória, nos pagamentos dos serviços de terceiros;

g) documentos fiscais que consignaram a obrigação e forem regularmente emitidos, não escriturados nos livros próprios;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

h) atividades tributáveis por importâncias fixas e omissos ou inexatos os elementos informativos necessários ao lançamento ou a sua conferência;

i) lançamento do imposto por arbitramento sobre sujeito passivo regularmente inscrito no órgão competente;

**Multa: 100% (cem por cento) sobre o imposto apurado.**

**3** - Falta de pagamento causado por:

a) omissão de receitas;

b) não emissão de documento fiscal;

c) inicio de atividade antes de inscrição junto ao órgão competente;

d) deduções irregulares nos casos de utilização de documentos viciados ou falsos;

**Multa: 100% (cem por cento) sobre o imposto apurado.**

**4** - Falta de pagamento do imposto retido de terceiros.

**Multa:200% (duzentos por cento) sobre o imposto retido e não recolhido.**

II - relativamente às obrigações acessórias;

**1** - notas fiscais:

a) a sua inexistência:

**Multa: 25(vinte e cinco) UFM por cada nota fiscal do modelo exigível;**

b) emissão que consigne declaração falsa ou evidencie quaisquer outras irregularidades, tais corno duplicidade de numeração, preços diferentes nas vias de mesmo número, preço abaixo do valor real da operação ou subfaturamento:

**Multa: 100(cem) UFM por emissão;**

c) emissão em desacordo com os requisitos regulamentares :

**Multa: 50(cinquenta) UFM por espécie de Infração.**

d) impressão em desacordo com o modelo aprovado:

**Multa: 150(cento e cinquenta) UFM aplicáveis ao impressor e 150(cento e cinquenta) UFM aplicáveis ao emitente.**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

e) inutilização, extravio, perda ou não conservação por 05 (cinco) anos

**Multa: 22,5(vinte e dois virgula cinco) UFM por documento (por NF);**

f) permanência fora dos locais autorizados:

**Multa: 22,5(vinte e dois virgula cinco) UFM por documento (por NF)**

g) impressão sem autorização prévia:

**Multa: 175(cento e setenta e cinco) UFM aplicáveis ao impressor e de 175 (cento e setenta e cinco) UFM aplicáveis ao usuário;**

h) impressão, fornecimento, posse ou guarda, quando falsos:

**Multa: 175 (cento e setenta e cinco) UFM aplicáveis a cada infrator:**

i) emissão de documento inidôneo:

**Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor da operação;**

**2** - Livros Fiscais:

a) permanência fora dos locais autorizados:

**Multa: 75(setenta e cinco) UFM por livro;**

b) sua inexistência:

**Multa: 100 (cem) UFM por modelo ilegível, por mês ou fração, a partir da obrigatoriedade**

c) falta de registro de documento relativo a serviço prestado, inclusive, se isento de imposto:

**Multa: 100 (cem) UFM por documento não registrado.**

d) falta de autenticação ou escrituração atrasada:

**Multa: 75 (setenta e cinco) UFM por livro;**

e) escrituração em desacordo com os requisitos regulamentares:

**Multa: 100 (cem) UFM por espécie de infração**;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

f) inutilização, extravio, perda ou não conservação por 05 (cinco) anos:

**Multa: 100 (cem) UFM por livro;**

g) registro indevido de documentos que gerem deduções no pagamento do imposto:

**Multa: 100% (cem por cento) do imposto devido;**

h) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração do crédito fiscal:

**Multa: 100(cem) UFM pro cada infração;**

**Parágrafo único** - por documento fiscal subtende-se:

I – cada livro, um documento fiscal;

II – notas fiscais, cada número um documento.

**3** - Inscrição junto a Fazenda Municipal e alterações cadastrais:

a) inexistência de inscrição:

**Multa: 25 (vinte e cinco) UFM por mês, se pessoa física, ou 50 (cinquenta) UFM por mês, se pessoa jurídica, contada do inicio da atividade;**

b) falta de comunicação do encerramento da atividade:

**Multa: 25 (vinte e cinco) UFM por mês;**

c) falta de comunicação após 30 (trinta) dias de quaisquer modificações ocorridas, em face dos dados constantes do formulário de inscrição, inclusive "mudança de endereço:

**Multa: 100 (cem) UFM.**

**4** - Apresentações de informações econômico-fiscais de interesse da administração tributária e guias de pagamento do imposto:

a) falta de emissão ou indicação incorreta de informações ou de dados necessários ao controle do pagamento do imposto seja em formulários próprios, guias ou resposta a intimação:

**Multa: 50 (cinquenta) UFM por formulário, por guia ou por informação;**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

b) falta de entrega de informações exigidas pela legislação na forma e prazo legais ou regulamentares:

**Multa: 100 (cem) UFM;**

c) embaraçar e/ou iludir a ação fiscal ou oferecer vantagens ao Agente Fiscal:

**Multa: 1.000 (um mil) UFM;**

d) falta de apresentação mensal de DAM (documento de arrecadação municipal), sem movimento:

**Multa: 25 (vinte e cinco).**

**§1º.** A aplicação das multas previstas no inciso II deste artigo, será feito sem prejuízo de exigência do imposto porventura devido ou de outras penalidades de caráter geral fixados nesta lei.

**§2º.** o pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que a houverem determinado.

**§3º.** poderão ser apreendidos os livros, documentos ou quaisquer outros papeis que constituam prova de infração a dispositivos legais ou regulamentares mediante a lavratura do termo de apreensão.

## SEÇÃO XII – Da Suspensão ou Cancelamento de Licença

**Art. 184.** As licenças concedidas pelo município no exercício de atividade de seu poder de polícia, poderão ser suspensas:

I – Pela falta de pagamento da Taxa devida pela concessão;

II – Pela recusa em fornecer ao Fisco os esclarecimentos por ele solicitados, ou embaraço, ilusão, dificultamento ou impedimento à ação dos Agentes do Fisco.

## SEÇÃO XIII – Da Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização

**Art. 185.** Instaurado o Processo Administrativo Fiscal e comprovada a existência de sonegação fiscal, o Secretário de Finanças remeterá ao Ministério Público os elementos comprobatórios de infração com vista à instrução do competente procedimento criminal.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 186.** Será submetido a regime especial de fiscalização, o contribuinte que:

I – apresentar indício de omissão receita;

II – tiver praticado sonegação fiscal;

III – houver cometido crime contra a ordem tributária;

IV – reiteradamente viole a legislação tributária.

**Art. 187.** Constitui indício de omissão de receita:

I – qualquer entrada de numerário, de origem não comprovada por documento hábil;

II – a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, ou sem comprovação de disponibilidade financeira deste;

III – a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável;

IV – a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;

V – qualquer irregularidade verificada em máquina registradora utilizada pelo contribuinte, ressalvada a hipótese de defeito mecânico, devidamente comprovado por empresa credenciada.

**Art. 188.** Sonegação fiscal é a ação ou omissão dolosa, fraudulenta ou simulatória do contribuinte, com ou sem concurso de terceiro em benefício deste ou daquele:

I – tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;
b) das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

II – tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou deferir o seu pagamento.

**Art. 189.** Enquanto perdurar o regime especial, os blocos de notas fiscais, os livros e tudo mais o que for destinado ao registro de operações, tributáveis ou não, será visado pelas Autoridades Fiscais incumbidas da aplicação do regime especial, antes de serem utilizados pelos contribuintes.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 190.** O Secretário, responsável pela área fazendária, poderá baixar instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso, na aplicação do regime especial.

## Capítulo III

## DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

### SEÇÃO I - Do Fato Gerador e da Incidência

**Art. 191.** O Imposto Predial e Territorial Urbana, tem como fato gerador, a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana do Município.

**Art. 192.** Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observados requisitos mínimo da existência de melhoramentos indicados em, pelo menos, 02 (dois) itens seguintes constituídos e mantidos pelo poder público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**§1º.** A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos deste artigo.

**§2º.** O imposto recai, também, sobre o imóvel que, embora não localizado na zona urbana, seja utilizado como sitio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

**§3º.** A incidência do imposto independe:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, sem prejuízo das comunicações cabíveis;

II - da legitimidade do titulo de aquisição ou de posse do imóvel.

III – do resultado econômico da exploração do bem imóvel.

**§4º.** para efeitos deste imposto, será classificado como:

I – Terreno, o bem imóvel:

Sem edificação:

a) Em que houver construção paralisada ou em andamento;

b) Em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

c) Cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

II – Prédio, o bem imóvel no qual existe edificação que possa ser utilizada para habitação ou para o exrcício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que nao compreendida nas situações prevista no inciso I deste parágrafo.

**§5º.** para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador o primeiro dia de cada ano ressalvados os prédios construídos durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá, inicialmente, na data da concessão do “habite-se”, ou quando do cadastramento “ex-oficio”.

**Art. 193**. O imposto constitui ônus que acompanha o imóvel em todos os casos de transferências de propriedade de direitos reais a ele relativos.

## SEÇÃO II - Sujeito Passivo

**Art. 194.** O contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer titulo do bem imóvel.

**Parágrafo único** - Considera-se como possuidor, para os efeitos deste artigo:

a) o promitente comprador em caráter irretratável que se encontre imitido na posse;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

b) o promitente comprador em caráter irretratável cuja promessa de compra e venda tenha registro no Cartório de Registro de Imóveis;

c) o autor de ação de usucapião admitida em juízo;

d) o concessionário de uso especial para fins de moradia;

e) o concessionário de direito real de uso.

**Art. 195**. Quando o adquirente da posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel cujo imposto já tenha sido lançado for pessoa imune ou isenta, vencer-se-ão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao tributo, respondendo por elas o alienante.

## SEÇÃO III - Da Inscrição

**Art. 196**. Os imóveis localizados no Município, ainda que isentos do imposto ou a ele imunes, ficam sujeito à Inscrição no Cadastro Imobiliário.

**Art. 197.** A cada unidade imobiliária autônoma, corresponderá a uma inscrição.

**Art. 198.** No caso de condomínio, em que cada condômino possua parte ideal, somente poderá ser inscrito separadamente cada fração da propriedade mediante solicitação do interessado.

**Art. 199.** Os prédios não legalizados poderão, a critério da administração, serem inscritos a título precário, para efeitos fiscais.

**Art. 200.** Os proprietários dos imóveis, resultantes de desmembramento ou remembramento, devem promover sua inscrição dentro de 90 (noventa) dias, contados do respectivo Registro de Imóveis.

**Parágrafo único** - Na hipótese de áreas loteadas, em curso de venda, o desdobramento da inscrição só efetivará com a apresentação pelos proprietários, do comprovante de aceitação do projeto de urbanização pelo órgão competente.

**Art. 201** A inscrição será promovida pelo interessado mediante declaração acompanhada dos títulos de propriedade e informações quanto a localização e características geométricas e topográficas.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§1º.** No caso de imóveis próprios nacionais, estaduais ou municipais, a inscrição deverá ser feita pelas repartições incumbidas de sua guarda ou administração.

**§2º**. A repartição competente do Município, poderá efetivar a inscrição ex-ofício de imóveis, desde que apurados devidamente os elementos necessários para esse fim.

**Art. 202.** Os titulares de direitos sobre prédios construídos que foram objeto de acréscimos, reformas ou reconstruções, ficam obrigados a comunicar as citadas ocorrências, quando da sua conclusão, comunicação essa que será acompanhada de plantas e outros elementos elucidativos da obra realizada, inclusive documento comprobatório de habilitação para "habite-se".

**Parágrafo único** - Não será concedido "Habite-se", nem serão aceitas as obras pelo órgão competente, sem prova de ter sido feita a comunicação prevista neste artigo.

**Art. 203.** O contribuinte é obrigado a comunicar, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da ocorrência respectiva, a demolição, o desabamento, o incêndio ou a ruína do prédio.

**Art. 204**. As alterações e retificações havidas nas dimensões dos imóveis, deverão ser comunicadas ao Cadastro Imobiliário, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da averbação dos atos respectivos do Registro de Imóveis.

**Art. 205**. Os titulares de direitos relativos a imóveis, ao apresentarem seus títulos para inscrição no Cadastro Imobiliário, entregarão requerimento devidamente preenchido e assinado, cujo número de vias e modelo serão estabelecido pelo Poder Executivo, a fim de possibilitar a mudança de nome do titular da inscrição fiscal.

**Art. 206.** Até o dia 10 (dez) de cada mês, os serventuários da justiça enviarão ao Cadastro Imobiliário Fiscal, cópias, extratos ou comunicação de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de aforamento ou anfiteuse, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como os registros realizados no mês anterior.

**Seção IV - Da Alíquota e da Base de Cálculo**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 207.** O imposto será calculado, aplicando-se sobre o valor venal dos imóveis estabelecido como base de cálculo, as alíquotas da Tabela lI, anexa a esta lei.

**Art. 208.** O imóvel não construído, que esteja murado ou gradeado em sua fachada principal, pagará o imposto a que estiver sujeito com o desconto de 30%(trinta por cento).

**Art. 209.** A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel fixado na forma e fórmula constante no anexo desta lei.

**Parágrafo único** - Na determinação da base de cálculo não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, do imóvel para efeito de sua utilização, exploração, comodidade ou estética.

**Art. 210.** A avaliação dos imóveis, para efeito de apuração do valor venal, será fixada pela Planta Genéricas de Valores Imobiliários e pela Tabela de Preços de Construções, estabelecida periodicamente pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único** - A avaliação tomará por base os seguintes elementos:

01 - Quanto ao prédio:

a) o padrão ou tipo de construção

b) a área de construção

c) o valor unitário do metro quadrado

d) o estado de conservação

e) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente.

02 - Quanto ao terreno:

a) a área, a forma, as dimensões e a localização, os acidentes geográficos e outras características;

b) os serviços públicos ou de utilidade pública existentes na via ou logradouro;

c) índice de valorização do logradouro, quadra ou zona em que estiver situado o imóvel;

d) o preço do imóvel nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas segundo o mercado imobiliário local;

e) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 211.** A sistemática que será adotada para o cálculo de valor venal dos imóveis será fixada em Decreto.

**§1º** O Executivo poderá, através de estudos elaborados por órgãos técnicos, fixar nova Planta de Valores ou rever as existentes, na hipótese da comissão não ter sido constituída ou ter deixado de apresentar os seus trabalhos no prazo que for determinado.

**§2º** O Executivo poderá criar uma comissão de avaliação para revisar a Planta Genérica de Valores, a Tabela de Construção, a Fórmula de Cálculo e os demais critérios, condicionada à aprovação por ato do Poder Executivo.

**Art. 212**. O Executivo Municipal, atendendo a certas condições peculiares a zonas de localização de imóveis ou fatores supervenientes aos critérios da avaliação já fixados, poderá reduzir os valores contidos na Planta e na Tabela.

**Art. 213**. Aplicar-se-á o critério de arbitramento para apuração do valor venal na impossibilidade de obtenção de dado exatos sobre o imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto.

**§1º.** O valor venal do imóvel será arbitrado se forem omissas as declarações, os esclarecimentos e os documentos apresentados pelo sujeito passivo, ou se for impedida a ação fiscal, e se:

I - o contribuinte impedir o levantamento de elementos necessários à fixação do valor venal do imóvel;

II - o prédio se encontrar fechado por período superior a trinta dias, impossibilitando o levantamento dos elementos necessários à fixação do citado valor.

**§2º.** Para os efeitos deste artigo, entendem-se como elementos necessários à fixação do valor venal a localização, a área e a destinação da construção, bem como as características do imóvel assim definidas em regulamento.

**Art. 214.** O imóvel que não atender à sua função social, seja não edificado, subutilizado ou não utilizado, nos termos do Plano Diretor do Município ou legislação dele decorrente, ficará sujeito, durante 05 (cinco) exercícios consecutivos, a aplicação das seguintes alíquotas progressivas, até que se atendam as referidas exigências:



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**I** - 5,0% (cinco por cento) para o primeiro exercício;
**II** - 8,0% (oito por cento) para o segundo exercício;
**III** - 10,0% (dez por cento) para o terceiro exercício;
**IV** - 12,0% (doze por cento) para o quarto exercício;
**V** - 15,0% (quinze por cento) para o quinto exercício.

## Seção V - Do Lançamento

**Art. 215.** O lançamento do imposto é anual e será feito um para cada imóvel, com base nos elementos existentes no Cadastro Imobiliário.

**Parágrafo único** - Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro de cada exercício, sendo o lançamento efetuado de acordo com a situação do imóvel naquela data.

**Art. 216.** As alterações do lançamento na ocorrência do ato ou fato que as justifiquem, serão feitas no curso do exercício, mediante processo, e por despacho de autoridade competente.

**Parágrafo único.** Não sendo cadastrado o imóvel, por omissão de sua inscrição, o lançamento será feito em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância no termo da inscrição.

**Art. 217.** O lançamento será feito em nome do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel.

**Parágrafo único** - Também será feito o lançamento:

I - no caso de condomínio indiviso, em nome de todos, de alguns ou de um só dos condôminos, pelo valor total do tributo;

II - no caso de condomínio diviso, em nome de cada condômino, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo;

III - não sendo conhecido o proprietário, em nome de quem esteja no uso e gozo do imóvel;

**Art. 218.** Os contribuintes do imposto terão ciência do lançamento por meio de notificações, através de editais de lançamento ou divulgação através da imprensa local.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único** - não isenta ao contribuinte o pagamento do IPTU o não recebimento do DAM (Documento de Arrecadação Municipal), obrigando ao contrbuinte a dirigir-se ao deparatamento tributário competente para retirada de segunda via.

## Seção VI - Do Pagamento

**Art. 219.** O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é devido anualmente, podendo ser dividido em parcelas, de acordo com critérios estabelecidos pelo Poder Executivo.

**Art. 220.** Fica suspenso o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbana referente a prédios ou terrenos para os quais exista o decreto de desapropriação emanada do Município, a partir do momento em que se imitir na posse do imóvel.

**Art. 221.** Se caducar ou for revogado o decreto de desapropriação ficará o direito do Município á cobrança do imposto, a partir da data caducidade ou revogação do seu valor e sem acréscimos penais ou moratórios.

**Art. 222.** Imitido o Município na posse do imóvel, serão cancelados os créditos fiscais cuja exigibilidade tiver sido suspensa.

**Art. 223.** O Poder Executivo fixará, anualmente, o calendário para cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana, podendo conceder desconto para os contribuintes que efetuarem o pagamento do imposto, integralmente, até o vencimento da primeira parcela.

## Seção VII - Da Isenção

**Art. 224.** São isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - o proprietário do imóvel ou titular de direito real que ceder, gratuitamente, para funcionamento de quaisquer serviços do Município, relativamente aos imóveis cedidos e, enquanto estiverem ocupados pelos citados serviços;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

II - os imóveis pertencentes a servidores públicos efetivos do Município de Santana do São Francisco, que possua um único imóvel;

III - as pessoas jurídicas de direito público estrangeiras, relativamente aos imóveis de sua propriedade, destinados uso de sua missão diplomática ou consular;

IV - os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, assim considerados os que participaram de operações bélicas como integrantes do Exército, da Aeronáutica, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e no caso de óbito, as suas viúvas ou companheiras legalmente reconhecidas, em relação a imóveis de sua propriedade ou de que sejam promitente compradores ou concessionários, desde que nos mesmo residam, e que não possuam outro imóvel, construído ou não;

V - os imóveis pertencentes a sociedade desportiva, sem fins lucrativos, cuja finaliade principal consista em proporcionar meios de desenvolvimento da cultura física de seus associados, inclusive os imóveis da federação de sociedade referida nesta alínea;

VI - os imóveis de interesse histórico, cultural, urbanístico, ecológico ou de preservação paisagística ou ambiental, assim reconhecidos pelo Poder Executivo, nos termos e condições definidos em legislação específica;

VII - o imóvel pertencente a Entidade Religiosa para prédios de culto ou de escolas que dêem, no todo assistência gratuita e que esteja sendo utilizado para a sua atividade fim.

VIII - o imóvel pertencente a pessoa de renda mensal familiar igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo vigente, desde que utilizado para sua residência e que não possua outro imóvel construído ou não e que o imóvel não exceda a 70m² construído, com pavimento térreo e que seja de padrão baixo de acordo com o sindiscon.

IX - os imóveis de deficientes físicos que, a renda seja de até 01(um) salário mínimo, desde que possua um único imóvel, cadastrado na municipalidade com padrão construtivo popular baixo, e que sua área construida não exceda a 70m² (setenta metros quadrados) e que seja seu domicilio.

**Parágrafo único** - As isenções de que trata este artigo condicionam-se ao seu deferimento pelo orgão municipal competente e devem ser requeridas anualmente

até o último dia útil do mês de junho do exercício anterior ao lançamento, com a renovação anual, mediante documentos comprobatórios.

**Art. 225.** Os pedidos de isenção deverão ser instruídos com o requerimento do contibuinte acompanhado dos seguintes documentos:

I – Escritura do bem imóvel ou certidão de inteiro teior;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

II – Estatuto Social, RG e CPF nos casos dos incisos I, II, V, VI e VII do artigo 218;

III – Declaração do próprio contribuinte, sob pena da Lei de que possua um único imóvel;

IV – Documento original do IPTU;

V – Comprovante de renda familiar

## Seção VIII - Das Infrações e Penalidades

**Art. 226.** A não inscrição do imóvel, o não desdobramento da inscrição ou não comunicação de alterações de inscrição sujeitam ao infrator à multa correspondente a 20% (vinte por cento) do imposto devido no exercício em que ocorrer infração.

**Art. 227.** Os oficiais de registro de imóveis que não remeterem ao cadastro imobiliário o requerimento de mudança do nome do proprietário, preenchido com todos os elementos exigidos ficam sujeitos à multa correspondente 20% (vinte por cento) do imposto referente ao Imóvel objeto do documento registrado e não apresentado, e relativo ao exercício em que tiver lugar a infração.

**Art. 228**. Nos casos dos artigos anteriores, se o imóvel estiver isento do imposto ou protegido por imunidade fiscal, a multa será calculada com base no imposto que seria devido se não existisse a isenção ou imunidade.

## Seção IX – Da Fiscalização

**Art. 229.** A fiscalização do imposto compete à Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 230**. Sempre que necessário e dentro de sua área de competência, a administração fazendária poderá efetuar vistorias para atualizar o cadastro imobiliário.

**Art. 231.** Ato do Secretário Municipal de Fazenda fixará as regiões e as respectivas datas de início e fim dos projetos de recadastramento imobiliário.

**Art. 232**. As alterações de dados cadastrais de imóveis procedidas em consequência de projetos de recadastramento imobiliário desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Fazenda não serão consideradas nos lançamentos de



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

créditos tributários do imposto relativos a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores ao da implantação dos novos elementos no cadastro imobiliário.

**§1º.** O disposto neste artigo somente alcançará os contribuintes que não obstruírem a apuração desses novos elementos, nos termos descritos no art.196.

**§2º.** Enquanto estiverem em curso os projetos de recadastramento imobiliário em regiões da cidade, o disposto neste artigo será também aplicado às alterações cadastrais comunicadas espontaneamente à Secretaria Municipal de Fazenda pelos titulares dos imóveis localizados naquelas regiões.

## Capítulo IV

## DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" - ITBI

### Seção I - Do Fato Gerador e da Incidência

**Art. 233**. O imposto sobre transmissão Inter-vivos tem como fato gerador a transmissão a qualquer titulo por ato oneroso, de bens imóveis.

**Parágrafo único** - O imposto de que trata o caput deste artigo incidirá sobre:

I - a transmissão, a qualquer titulo, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, excetos de garantia;

III - a cessão de direitos relativos as transmissões referidas nos incisos anteriores.

**Art. 234.** Compreendem-se na definição do fato gerador do imposto as seguintes mutações patrimoniais envolvendo bens imóveis ou de direitos a eles relativos:

**I-** compra e venda, pura ou condicional, retrovenda, promessa de compra e venda e a transmissão, a qualquer título, de direitos reais e atos equivalentes;

**II-** dação em pagamento;

**III-** permuta;

**IV-** arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça, bem como as respectivas cessões de direitos;

**V-** transferência de bem ou direito do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou sucessores;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**VI-** tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal, ou morte, quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis; e,

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal.

**VII-** mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão ou promessa de bem imóvel ou de direito a ele relativo e seu substabelecimento;

**VIII-** instituição de fideicomisso;

**IX-** enfiteuse e subenfiteuse;

**X-** as rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

**XI-** instituição de uso;

**XII-** instituição de usufruto;

**XIII-** instituição de habitação;

**XIV-** cessão de direitos à usucapião;

**XV-** acessão física, quando houver pagamento de indenização;

**XVI-** cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

**XVII-** cessão dos direitos de opção de vendas, desde que o optante tenha direitos à diferença de preço e não simplesmente à comissão;

**XVIII-** cessão de direito à herança ou legado;

**XIX-** qualquer ato judicial ou extrajudicial *inter vivos* não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

**XX-** cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;

**XXI-** incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, na parte do valor do imóvel não utilizada na realização do capital;

**XXII-** transferência de bem ou direito do patrimônio de pessoa jurídica para pagamento de capital, na parte do valor do imóvel não utilizada na realização do capital;

**XXIII-** transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**XXIV-** cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa;

**XXV-** transferência de direito sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

**XXVI-** instituição, translação e extinção de qualquer direito real sobre imóvel, exceto os direitos reais de garantia e as servidões pessoais.

**§1º.** Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

a - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

b - a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;

c - o exercício do direito de preleção, na retrocessão e na retrovenda;

d - a promessa de compra e venda da qual resulte imediata imissão na posse do imóvel pelo promitente comprador;

e - a transação em que seja reconhecido, a qualquer título, direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos, inclusive promessa de compra e venda, ou, ainda, a imissão na posse do imóvel, em qualquer caso.

**§2º.** Constitui também transmissão tributável a rescisão ou o distrato de cessão de promessa de compra e venda, ou de promessa de cessão.

**§3º.** Não se considera existir transferência de direito na desistência ou na renúncia à herança ou legado, desde que qualquer delas se efetive cumulativamente:

a- sem ressalva, em benefício do monte;

b - sem que o desistente ou renunciante pratique qualquer ato que demonstre a intenção de aceitar a herança ou legado.

**Art. 235.** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento do registro ou averbação no cartório de registro de imóveis das mutações patrimoniais e transmissões tributáveis referidas no art. 228.

**Art. 236**. O fato gerador do imposto ocorrerá no território do Município de Santana do São Francisco se ali estiver situado o imóvel transmitido ou o imóvel sobre o qual versarem os direitos cedidos, ainda que o ato ou fato causador da mutação patrimonial tenha ocorrido em território de outro Município ou no estrangeiro.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Seção II - Da Não Incidência

**Art. 237.** O imposto não incidirá sobre a transmissão de bens ou direitos quando:

I - incorporados os bens e direitos da pessoa jurídica em realização de capital;

II – transmissão de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

III – transmissão de direitos reais de garantia;

IV – transmissão causa mortis;

V – transmisão decorrente de atos não onerosos.

**Art. 238**. O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente, tiver como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

**§1º.** Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subseqüentes à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

**§2º.** Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os três primeiros anos subseqüentes à data da aquisição.

**§3º.** Verificada a preponderância, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou do direito, devidamente atualizado, na forma da lei.

## Seção III - Das Isenções

**Art. 239.** São isentos do imposto:

I - a aquisição, por Estado estrangeiro, de imóvel exclusivamente destinado a uso de missão diplomática ou consular;

II - a aquisição decorrente de investidura determinada por pessoa jurídica de direito público;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

III - a transmissão dos bens dos cônjuges, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

IV - a consolidação da propriedade na pessoa do fiduciário;

V - a transmissão em que o alienante seja o Município de Santana do São Francisco;

VI - a indenização de benfeitorias necessárias pelo proprietário do imóvel ao locatário;

VII - a aquisição de imóvel para residência própria, por uma única vez, por ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, assim considerados os que participaram das operações bélicas, como integrantes do Exército, da Aeronáutica, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil;

VIII – a aquisição de bem ou de direito resultante da declaração de utilidade pública ou de necessidade social, para fins de desapropriação.

## Seção IV - Da Alíquota e Base de Cálculo

**Art. 240.** A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos relativos ao imóvel, no momento da transmissão.

**§1º.** O valor a que se refere o caput deste artigo é o valor corrente de mercado do bem ou direito objeto da alienação;

**§2º.** No caso de imóvel rural, os valores referidos no *caput* não poderão ser inferiores ao valor fundiário devidamente atualizado, aplicando-se, se for o caso, os índices de correção monetária à data do recolhimento do imposto.

**Art. 241**. Para efeitos de recolhimento do imposto, deverá ser utilizado o valor constante do instrumento de transmissão ou cessão.

**§1º.** Prevalecerá o valor venal do imóvel apurado no exercício, com base na Planta Genérica de Valores imobiliários, quando o valor referido no caput for inferior.

**§2º**. O valor alcançado na forma do parágrafo anterior deverá ser atualizado monetariamente, para efeito deste imposto, à data da ocorrência do fato gerador, aplicando-se o índice acolhido pela legislação local ou outro índice que venha a substituí-lo.

**§3º.** Em caso de imóvel rural, o valor será o de mercado, mediante avaliação da autoridade competente levando em consideração o valor da terra, as benfeitorias e as plantações existente, devidamente atualizado, aplicando-se o índice acolhido pela legislação local ou outro índice que venha a substituí-lo.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§4º.** Na arrematação, na adjudicação e na remição de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação ou o preço pago, se este for maior.

**§5º.** Nos casos de divisão do patrimônio comum, partilha ou extinção de condomínio, a base de cálculo será o valo da fração ideal superior à meação ou à parte ideal.

**§6º.** Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, usufruto, enfiteuse, subenfiteuse e na cessão de direitos e acessão física, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico.

**Art. 242.** O cálculo do imposto será feito com a aplicação da alíquota de 02% (dois por cento) sobre o valor fixado para a base de cálculo.

**Seção V – Da arrecadação**

**Art. 243.** O imposto será pago antes da data do ato de lavratura do instrumento de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos.

**Parágrafo único.** Recolhido o imposto, os atos ou contratos correspondentes deverão ser efetivados no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade do documento de arrecadação.

**Art. 244.** Na arrematação, adjudicação ou remição, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias daqueles atos, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que esta não seja extraída.

**Art. 245.** Nas transmissões decorrentes de termo e de sentença judicial, o imposto será recolhido 30 (trinta) dias após a data da assinatura do termo ou do trânsito em julgado da sentença.

**Art. 246.** O imposto será restituído quando indevidamente recolhido ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

**Art. 247.** O decreto regulamentar estabelecerá os prazos, os modelos de formulários e outros documentos necessários à fiscalização e ao pagamento do imposto.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 248.** Os serventuários de justiça não praticarão quaisquer atos atinentes a seu ofício, nos instrumentos públicos ou particulares relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto.

**Art. 249.** Os serventuários de justiça estão obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização municipal o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

**Art. 250.** Os tabeliães estão obrigados a, no prazo de 30 (trinta) dias dos atos praticados, comunicarem todos os atos transladativos de domínio imobiliário, identificando-se o objeto da transação, nome das partes e demais elementos necessários ao cadastro imobiliário municipal.

### Subseção I – Do Arbitramento

**Art. 251.** A autoridade fazendária poderá arbitrar a base de cálculo sempre quando constatar que o valor declarado pelo contribuinte é menor do que o valor corrente de mercado do bem ou direito objeto da alienação.

**§1º.** O valor da base de cálculo arbitrada será fixado com base nos seguintes elementos:

I - localização, área, características e destinação da construção;

II - valores correntes das alienações de imóveis no mercado imobiliário;

III - situação do imóvel em relação aos equipamentos urbanos existentes no logradouro;

IV - declaração do contribuinte, desde que ratificada pelo fisco, ressalvada a possibilidade de revisão, se comprovada a existência de erro;

V - outros dados tecnicamente reconhecidos para efetivação do lançamento do imposto.

**§2º.** Ato do Poder Executivo disporá sobre os procedimentos necessários para a apuração da base de cálculo fixada com base nos elementos previstos no § 1º deste artigo.

## Seção VI - Dos Contribuintes e Responsáveis

**Art. 252.** Contribuinte do imposto é o adquirente do bem ou direito sobre imóvel, assim entendida a pessoa em favor da qual se fará a transmissão inter vivos.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 253.** Nas cessões de direitos relativos a bens imóveis, por instrumento público, particular, ou mandato em causa própria, a pessoa em favor de quem for outorgada a escritura definitiva ou pronunciada a sentença de adjudicação é responsável pelo pagamento do imposto devido sobre anteriores atos de cessão ou de substabelecimento, com os acréscimos moratórios e a atualização monetária incidente.

**Art. 254.** A prova de pagamento do imposto deverá ser exigida pelos tabeliães, escrivães e oficiais de registros dc imóveis, a fim de serem lavrados, registrados averbados e inscritos os atos e termos a seu cargo.

**Seção VII - Do Lançamento e do Recolhimento**

**Art. 255.** O lançamento será feito através de documentos próprios, como dispuser o regulamento, com base na avaliação efetuada e nas declarações do sujeito passivo.

**§1º.** A notificação do lançamento será feita por meio do mesmo formulário utilizado para a declaração referida no caput, que será devolvido ao contribuinte contendo explicitamente os valores da base de cálculo e do imposto devido, e a alíquota aplicada.

**§2º.** Na hipótese de o imóvel ocupar área pertencente a mais de um Município, o lançamento far-se-á por arbitramento, considerando-se o valor da parte do imóvel localizada no Município de Santana do São Francisco.

**§3º**. Sempre que possível, o lançamento do imposto será feito em momento anterior ao da ocorrência do fato gerador determinado no art. 229.

**Art. 256.** Na hipótese prevista no art. 243, se o contribuinte discordar do valor arbitrado, poderá solicitar, através de processo administrativo, a revisão de lançamento do imposto dentro do prazo de trinta dias da ciência do lançamento anterior.

**§1º.** Considerar-se-á como aceito pelo contribuinte o valor do imposto que tenha sido pago, bem como o valor lançado que não tenha sido objeto de solicitação de revisão no prazo referido no caput; em ambos os casos, serão indeferidos a solicitação de revisão do lançamento do imposto.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§2º.** O procedimento de revisão de lançamento necessariamente incluirá vistoria da autoridade fazendária no local do imóvel alienado, onde serão avaliados fatores que possam contribuir para a diminuição do valor da base de cálculo do imposto, tais como o estado de conservação do imóvel alienado e dos equipamentos urbanos que a este atendem, e aspectos relacionados à segurança e ao bem-estar dos usuários do referido imóvel.

**Art. 257.** O recolhimento será efetuado;

I - antecipadamente, até a data da lavratura do instrumento que servir de base a transmissão;

II - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do trânsito em julgado da decisão, se o título de transmissão for sentença judicial.

**Art. 258.** Nas transações em que figurem como adquirente ou cessionário, pessoas imunes ou isentas, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão expedida pela autoridade fiscal, como dispuser o regulamento.

**Seção VIII - Das Infrações e Penalidades**

**Art. 259.** Nos casos de descumprimento de obrigação principal ou acessória, serão aplicadas multas cuja responsabilidade caberá ao sujeito passivo do imposto, nos seguintes valores:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato relativo à transmissão de bens ou de direitos sobre imóvel sem o pagamento do imposto no prazo legal;

II - 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor do imposto devido, nunca inferior a 200(duzentos) UFM, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que induzam a erro a Administração Fazendária objetivando a declaração de não incidência ou isenção do imposto.

III – na ocorrência de omissão ou inexatidão de declaração exceto na hipótese prevista no inciso II, a multa nunca será inferior a 100(cem) UFM;

**§1º.** Se o ato a que se refere o inciso I deste artigo estiver incluído nos casos de imunidade, não incidência e isenção do imposto, sem o prévio reconhecimento do benefício, aplicar-se-á ao infrator multa de 40(quarenta) UFM.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§2º.** Responderá solidariamente com o sujeito passivo do imposto pela multa prevista no inciso II deste artigo qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração e seja conivente ou auxiliar na inexatidão ou omissão praticada, inclusive o serventuário ou servidor público da repartição competente.

**Art. 260.** Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício responderão subsidiariamente pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles e perante eles em razão de seu ofício, quando for impossível exigir do contribuinte o cumprimento da obrigação principal.

**Art. 261.** O pagamento da multa respectiva não exime o infrator de cumprir a obrigação inobservada.

**Art. 262.** Os servidores da Justiça que deixarem de dar vista dos autos aos representantes fiscais do Município nos casos previstos em lei e os escrivães que deixarem de remeter processos para inscrição na repartição competente, ficarão sujeitos à multa correspondente a 100(cem) UFM's, por omissão.

**Art. 263.** A imposição de penalidades, acréscimos moratórios e atualização monetária serão feitos pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda.

**Parágrafo único.** Nos casos em que o lançamento do imposto se realizar mediante inscrição de cálculo judicial, essa imposição será feita no momento em que o débito for inscrito pela autoridade administrativa.

**Art. 264.** O infrator poderá, no prazo previsto para a impugnação, saldar o seu débito com abatimento de 50% (cinqüenta por cento) do valor da multa.

**Parágrafo Único** - O pagamento efetuado na forma do caput deste artigo importará na renúncia de defesa e no recolhimento integral do crédito lançado.

## TÍTULO III

## TAXA

## CAPÍTULO I – DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Seção I – Do fato gerador e do contribuinte**

**Art. 265.** As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

**Art. 266.** Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

**§1º.** Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

**§2º.** O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do município, dependentes, nos termos do Código, de prévia licença do Município;

**§3º.** A autoridade municipal poderá requisitar força policial para interdição ou fechamento de estabelecimentos com atividades não licenciadas.

**§4º.** Fica facultado à fiscalização exigir dos contribuintes, anualmente, a vistoria e/ou licença emitida por alguns órgãos externos, tais como Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, sob pena de interdição ou fechamento de acordo com §3º deste artigo.

**Art. 267.** As taxas de licença e de fiscalização são:

I – taxa de licença para Instalação e Funcionamento;

II – taxa de licença para funcionamento em horário especial;

III – taxa de autorização para exercício de atividades econômicas em caráter eventual ou ambulante;

IV – taxa de licença para execução de obras;

V – taxa de autorização para exibição de publicidade;

VI – taxa de autorização para ocupação do solo nos logradouros públicos;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

VII – taxa de licenciamento ambiental;

VIII – taxa de expediente;

IX – taxa de coleta de resíduos;

X – taxa de serviços diversos;

XI – taxa de serviços funerários;

XII – taxa de vistoria.

**Art. 268.** O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou a prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do município, nos termos do artigo 259.

**Seção II – Da base de cálculo e da alíquota.**

**Art. 269.** A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia.

**Art. 270.** O cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa será procedido com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.

**Seção III – Da inscrição**

**Art. 271.** Ao requerer a licença, o contribuinte fornecerá ao município os elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

**Seção IV – Do lançamento**

**Art. 272.** As Taxas podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

**§1º.** Haverá incidência da Taxa independente da licença.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§2º.** A licença abrange, quando do primeiro licenciamento a localização e o funcionamento e nos exercícios posteriores apenas o funcionamento;

**§3º.** A hipótese de incidência da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços, de crédito, seguro, capitalização e empresa de qualquer natureza decorrente do Poder de Polícia do Município, é o prévio exame e fiscalização, dentro do território do Município, das condições de localização, segurança, higiene, saúde, incolumidade, bem como de respeito à ordem, aos costumes, tranquilidade pública, a propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à Legislação Urbanística, consubstanciada no Código de Obras e no Código de Posturas do Município.

## Seção V – Da arrecadação

**Art. 273.** As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos neste Código, na conformidade do artigo 264.

## Seção VI – Das Penalidades

**Art. 274.** O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao poder de polícia do município e dependentes de prévia licença, sem a autorização do município, de que trata o artigo 260, parágrafo 2º, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, ficará sujeito à multa de 100(cem) UFM, sem prejuízo de:

I – atualização monetária do crédito devido, calculada mediante a aplicação do índice acolhido pela legislação local ou outro índice que venha a substituí-lo;
II – multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do crédito devido originalmente;
III – cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidentes sobre o valor originário do crédito devido.

**Parágrafo único.** Ao contribuinte reincidente, será imposta a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da taxa devida, com as demais cominações deste artigo.

## Seção VII – Da Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento

**Art. 275.** Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade, em caráter permanente ou temporário, só poderá instalar-se mediante prévia licença do município e pagamento da taxa de licença para localização.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§1º.** Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, mesas e similares, assim como em veículos.

**§2º**. A taxa de licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

**Art. 276.** A licença para localização será concedida desde que as condições de zoneamento, higiene e segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observada os requisitos da legislação urbanística do município.

**§1º.** Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

**§2º.** A licença poderá ser cassada e determinada o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão de licença, ou quando o contratante, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações do município para regularizar a situação do estabelecimento.

**§3º.** As penalidades cabíveis são aquelas a que se refere o artigo 268 deste Código, no que couber.

**§4º.** As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

**§5º.** A taxa de licença para funcionamento e fiscalização de funcionamento em horário normal é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do município, na seguinte conformidade:

I – total, se a atividade iniciar no primeiro dia útil do ano;

II – proporcional, se a atividade se iniciar a partir de fevereiro do ano em curso.

**§6º.** Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento e de fiscalização de funcionamento em horário normal será calculada e paga, levando-se em consideração a atividade sujeita a maior incidência.

**Art. 277.** A taxa de licença para localização é devida de acordo com a tabela III anexa a esta lei, que acompanha as disposições da taxa de licença para



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

funcionamento e de fiscalização de funcionamento em horário normal, devendo ser lançada e arrecadada, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições do artigo 259 e seguinte deste Código.

**Seção VIII – Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial**

**Art. 278.** Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença do Município e pagamento anual da taxa de licença para funcionamento em horário especial.

**§1º.** Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

**§2º.** A taxa de licença para funcionamento em horário especial também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

**Art. 279.** Às pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, no caso em que a lei permitir, sé poderão iniciar suas atividades mediante prévia licença do município e pagamento da taxa correspondente.

**Parágrafo único.** Considera-se horário especial o período correspondente aos domingos e feriados, em qualquer horário e, nos dias úteis, das 18h00min às 06h00min horas.

**Art. 280.** Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a taxa de licença para funcionamento e de fiscalização de funcionamento em horário especial será acrescida de 50% do valor da taxa devida do horário normal.

**Art. 281.** Os acréscimos constantes do artigo anterior não se aplicam às seguintes atividades:

I – impressão e distribuição de jornais;

II – serviços de transportes coletivos;

III – entidades de educação e de assistência social;

IV – hospitais, casas de saúde, laboratórios de análises e congêneres;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

V – empresa funerária;

VI – cinemas e jogos de diversões;

VII – radiodifusão e telecomunicações.

**Art. 282.** A licença para funcionamento e de fiscalização de funcionamento em horário especial será concedida, desde que observadas as condições constantes do poder de polícia administrativa do município.

**§1º.** Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou no exercício da atividade.

**§2º.** A licença poderá ser cassada e determinada o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações do município para regularizar a situação do estabelecimento.

**§3º.** As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

**§4º.** A taxa de licença para funcionamento e fiscalização de funcionamento em horário especial é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do município, na seguinte conformidade:

I – total, se a atividade iniciar no primeiro dia útil do ano;
II – proporcional, se a atividade se iniciar a partir de fevereiro do ano em curso.

**Art. 283.** Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento e de fiscalização de funcionamento em horário especial será calculada e paga, levando-se em consideração a atividade sujeita a maior incidência.

**Art. 284.** A taxa de licença para funcionamento e de fiscalização de funcionamento de horário especial é devida de acordo com a tabela IV anexa a esta lei, e nos períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada nos prazos e datas nela fixados, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições do artigo 259 e seguintes deste Código.

## Seção IX – Da Taxa de Autorização para Exercício de Atividades Econômicas em Caráter Eventual ou Ambulante



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 285.** A taxa tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, do poder de polícia através de ações de controle, vigilância e fiscalização com o objetivo de disciplinar o exercício das atividades econômicas em caráter eventual ou ambulante no território do Município.

**§1°.** Atividade econômica em caráter eventual é a exercida por empresário ou sociedade empresária:

I - em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pelo Município;

II - em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados;

III - através de máquinas, módulos e quaisquer equipamentos que se destinem, por meios automáticos ou semi-automáticos, a vender mercadorias ou prover serviços.

**§2°.** A atividade econômica em caráter ambulante é a exercida individualmente, sem estabelecimento ou instalações fixas.

**§3°.** A taxa incide sobre cada autorização ou fiscalização para o exercício da atividade econômica em caráter eventual ou ambulante.

**Art. 286.** É obrigatória a inscrição do responsável pela atividade econômica em caráter eventual ou ambulante na repartição competente.

**§1°.** A inscrição deverá ser atualizada por iniciativa do interessado ao término do período autorizado ou quando houver modificação nas características iniciais da atividade exercida.

**§2°.** Cada responsável por atividade econômica em caráter eventual ou ambulante receberá um cartão de alvará contendo as características essenciais de sua atividade e o período de validade da autorização concedida.

**Art. 287.** Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que exerça atividade econômica em caráter eventual ou ambulante.

**Art. 288.** Os valores da taxa estão estabelecidos na tabela V anexa a esta lei.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 289.** O pagamento da taxa deverá ser feito antes da expedição do cartão de alvará referido no §2º do art. 280 desta lei.

**Parágrafo único.** O valor da taxa deverá ser pago:

I - anual;

II – mensal;

III – diária.

**Seção X – Da Taxa de Licença para Execução de Obras**

**Art. 290.** A taxa tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de controle, vigilância e fiscalização da execução de obras em imóveis particulares ou em logradouros públicos, e de arruamento e loteamento.

**Art. 283.** São isentos da taxa, os serviços de:

I – pintura interna e externa do prédio e gradil;
II - execução de passeio público;
III – construção de barracões destinados a guarda de materiais para obra já licenciada pelo município;
IV – construção de muros com frente para o logradouro públicos providos de meio-fio;
V - muros laterais e de fundo, inclusive arrimo;
VI - obras em imóveis reconhecidos pelos órgãos municipais como de interesse histórico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística ou ambiental;
VII- escavação de terreno cujo volume não atinja 3,00m de altura e cuja soma das áreas escavadas não ultrapasse 15 m².

**Art. 291.** O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, do imóvel em que se executem os serviços mencionados na tabela VI em anexo.

**Art. 292.** Os valores da taxa são calculados de acordo com a tabela VI anexa a esta lei.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Seção XI – Da Taxa de Autorização para Exibição de Publicidade**

**Art. 293.** A taxa tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia pelo Poder Público Municipal através de atividades diretamente relacionadas à autorização, vigilância e fiscalização, objetivando disciplinar a exibição de mensagens publicitárias dentro do território do Município.

**Art. 294.** Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa no momento em que acontecer a veiculação da publicidade previamente autorizada em vias e logradouros públicos e em locais de acesso ao público ou que por este sejam visíveis.

**Art. 295.** São isentos da taxa:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, ou à divulgação da programação de cinemas, teatros, casas de espetáculos e cursos;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo e direção de vias e logradouros públicos;

III - os dísticos, denominações ou títulos de estabelecimentos empresariais;

IV - as indicações de endereços, telefones e atividades, afixadas no estabelecimento a que se referirem;

V - provisórios indicativos do tipo: precisa-se de empregados, vende-se, aluga-se, aulas particulares, matrículas abertas e similares, desde que exibidos no próprio local de exercício da atividade e não ultrapasse a área do anúncio de 25dm² (vinte e cinco decímetros quadrados);

VI - os logotipos ou logomarcas de postos de abastecimento e serviços, quando veiculados nos equipamentos próprios do mobiliário obrigatório, como bombas, densímetros e similares;

VII - as denominações de prédios e condomínios;

VIII - os que contenham referências que indiquem lotação, capacidade e os que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

IX - os que contenham mensagens obrigatórias por legislação federal, estadual ou municipal;

X - os que contenham mensagens indicativas de cooperação com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

XI - os que contenham mensagens indicativas de órgãos da Administração Direta;

XII - os que contenham indicação de monitoramento de empresas de segurança com área máxima de 4dm² (quatro decímetros quadrados);

XIII - aqueles instalados em áreas de proteção ambiental que contenham mensagens institucionais com patrocínio;

XIV - os que contenham as bandeiras dos cartões de crédito aceitos nos estabelecimentos comerciais, desde que não ultrapassem a área total de 9dm² (nove decímetros quadrados);

XV - os banners ou pôsteres indicativos dos eventos culturais que serão exibidos na própria edificação, para museu ou teatro, desde que não ultrapassem 10% (dez por cento) da área total de todas as fachadas;

XVI - os anúncios em vitrines e mostruários, excetuando-se aqueles aplicados diretamente no vidro e que não estejam elencados neste artigo;

XVII - painéis orientadores, tais como as placas de sinalização viária e de trânsito, turística e outras placas indicativas consideradas como de interesse público pela municipalidade;

XVIII - anúncios colocados no interior do estabelecimento, a partir de 1,00m (um metro) de qualquer abertura ou vedação transparente que se comunique diretamente com o exterior;

XIX - os painéis exigidos pela legislação própria e afixados nos locais das obras de construção civil no período de sua duração;

XX - as placas indicativas das atividades exercidas em salas comerciais, desde que expostas para o corredor interno da edificação comercial;.

XXI - as indicações de horário de atendimento dos estabelecimentos;

XXII - as indicações de preços de combustíveis e o quadro de aviso previstos na Portaria ANP n° 116, de 5 de julho de 2000, referentes aos postos de abastecimento e serviços.

**Art. 296.** Contribuinte da taxa é o requerente, o anunciante, o divulgador de anúncios de terceiros e todo aquele a quem o anúncio aproveite.

**Art. 297.** Os valores da taxa são:

**§1º.** Os valores de referência utilizados neste artigo estão dispostos na tabela VII anexa a esta lei.

**§2**°. Considera-se, para cálculo do valor da taxa apenas a área ocupada pela mensagem publicitária.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§3º.** Enquanto válida a autorização, não será exigida nova taxa se o anúncio for removido para outro local por imposição de autoridade competente.

**§4º.** O valor da taxa decorrente de autorização será proporcional ao número de meses ou fração em que seja efetivamente veiculada a publicidade dentro do exercício da autorização concedida.

**Art. 298.** O pagamento da taxa deve ser feito antes do momento da ocorrência do fato gerador determinado no art. 289.

**Art. 299.** O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características de meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

**Parágrafo único -** Quando o local em que se pretende colocar o anúncio não for de propriedade do requerente deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

## Seção XII – Da Taxa de Autorização para Ocupação do Solo nos Logradouros Públicos

**Art. 300.** A taxa tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, do poder de polícia, através de ações de controle, vigilância e fiscalização visando disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos para a prática de qualquer atividade.

**Parágrafo único -** Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa no momento em que acontecer a ocupação previamente autorizada em vias e logradouros públicos.

**Art. 301.** Contribuinte da taxa é o proprietário ou responsável pelas instalações, veículos ou mercadorias que ocupem os logradouros públicos.

**Parágrafo único -** A licença para a instalação prevista no artigo anterior poderá ser cassada e determinada a proibição do exercício da atividade, a qualquer tempo, desde que tenham deixado de existir as condições que legitimaram a concessão da licença ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

penalidades cabíveis, não tiver cumprido as determinações do Município para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

**Art. 302.** O pagamento da taxa deve ser feito antes do momento da ocorrência do fato gerador.

**Art. 303.** Os valores da taxa estão de acordo com a tabela VIII anexa a esta lei.

## Seção XIII – Da Taxa de Licenciamento Ambiental

**Art. 304.** Fato gerador da taxa é o exercício regular do poder de polícia através de ações de controle, vigilância e fiscalização das atividades que apresentem ou possam apresentar impacto ambiental local.

**Art. 305.** São contribuintes da taxa as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades econômicas potencialmente geradoras de impacto ambiental.

**Art. 306.** A taxa deverá ser recolhida previamente ao pedido das licenças ambientais, definidas em legislação própria, ou de suas fiscalizações, sendo o seu pagamento um pressuposto para a análise dos projetos objeto de licenciamento.

**Art. 307.** O valor da taxa será fixado de acordo com a tabela IX anexa a esta lei, dependendo do porte do empreendimento e do potencial poluidor da atividade.

**§1º.** A taxa incidente em função do licenciamento de atividades ou empreendimentos sujeitos à apresentação de EIA/RIMA será acrescida do adicional constante da tabela IX anexa a esta lei.

**§2º**. O porte do empreendimento e seu potencial poluidor serão definidos em ato do Poder Executivo.

**§3°.** O ato a que se refere o §2º também definirá as atividades de impacto local, constituindo apenas referência tributária.

**§4º.** Para as fiscalizações subsequentes das licenças não sujeitas a novos estudos, o valor da taxa corresponderá a cinqüenta por cento (50%) daquele estabelecido nas tabelas fixadas no caput deste artigo.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§5°.** Os valores de referência utilizados no § 1° deste artigo estão dispostos na tabela IX anexa a esta lei.

**Art. 308.** A receita da taxa será destinada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, ou na sua inexistência a receita será destinada para Secretária de Finanças.

## Seção XIV – Da Taxa de Expediente

**Art. 309.** A taxa tem como fato gerador a prestação dos seguintes serviços:

I - burocráticos, postos à disposição do contribuinte no seu exclusivo interesse;

II - tramitação de petição ou documento, que devam ser apreciados por autoridade municipal;

III - lavratura de termo ou contrato;

IV - expedição de alvará de localização.

**Art. 310.** Contribuinte da taxa definida é o solicitante dos serviços ou atos promovidos pelo Município descritos na tabela X anexa a esta lei.

**Art. 311.** São isentos da taxa de expediente os requerimentos:

I - de atos ligados à vida funcional dos servidores do Município;

II - referentes a ordens de pagamento, de restituição de tributos, depósitos ou caução;

III - de apresentação das declarações anuais exigidas para os contribuintes inscritos no cadastro de tributos mobiliários nos termos desta Lei;

IV - referente à regularização de imóveis no cadastro imobiliário do Município, inclusive no que tange à titularidade.

**Parágrafo único.** A isenção prevista no inciso IV deste artigo refere-se exclusivamente aos requerimentos que tenham como objetivo a retificação de dados cadastrais de imóveis que não impliquem alteração na tributação relativa aos mesmos.

**Art. 312.** Os valores da taxa estão na tabela X anexa a esta lei.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Seção XV – Da Taxa de Coleta de Resíduos

**Art. 313.** A TCR tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos relativos a imóvel, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**Parágrafo único.** A incidência independe:

**I** - da forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização do imóvel;
**II** - do atendimento a quaisquer exigências legais ou regulamentares relativas ao uso ou aproveitamento do imóvel, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**Art. 314.** Considera-se:

**I** – ocorrido o fato gerador da TCR no primeiro dia do exercício em que é efetivamente prestado, ou posto à disposição do contribuinte, o serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos;
**II** – devida a TCR ao Município de Santana do São Francisco quando o imóvel que se utilizou, efetiva ou potencialmente do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos estiver inserido:
a) dentro dos seus limites territoriais;
b) em outro Município, nos termos de Convênio;

### Subseção I – Da Não Incidência

**Art. 315.** A TCR não incide sobre os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos:

**I** – decorrentes de varrição;
**II** – depositados em urnas de captação, recolhidos por meio de polinguindastes;
**III** – classificados como hospitalares ou industriais, segundo ato normativo específico do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
**IV** – decorrentes de entulhos e metralhas;
**V** – realizado em horário especial por solicitação do interessado;
**VI** – considerados como excedentes, nos termos do Regulamento;
**VII** – relativos a terrenos, sujeitos à cobrança de Preço Público, quando:

a) não utilizados;
b) sem qualquer edificação.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§ 1º** O serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos descritos nos incisos III a VI será considerado especial e ficará igualmente sujeito à cobrança de preço público.

**§ 2º** O pagamento de preço público não exime o contribuinte da incidência da TCR sobre a utilização efetiva ou potencial do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos comuns, em relação ao mesmo imóvel.

### Subseção II – Do Contribuinte

**Art. 316.** São contribuintes da TCR o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel que se utilize, efetiva ou potencialmente, do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final dos resíduos.

### Subseção III – Da Solidariedade

**Art. 317.** São solidariamente responsáveis pela TCR:

**I** – o proprietário em relação:
**a)** aos demais co-proprietários;
**b)** ao titular do domínio útil;
**c)** ao possuidor a qualquer título;
**II** – o titular do domínio útil em relação:
**a)** aos demais co-titulares do domínio útil;
**b)** ao possuidor a qualquer título;
**III** – os co-possuidores a qualquer título.

### Subseção IV – Da Base de Cálculo

**Art. 318.** A base de cálculo da TCR é o custo do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final de resíduos relativo ao imóvel.

**§ 1º** A TCR será individualmente lançada conforme os critérios fixados nos Anexos XIV desta Lei.

**§ 2º** A TCR terá como valor mínimo o equivalente a 5(cinco) UFM.

**§ 3º** É facultado ao Poder Executivo recuperar valor inferior ao custo total do serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final.

**§ 4º** O Poder Executivo atualizará anualmente a TCR aplicável ao exercício subseqüente.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Subseção V – Do Lançamento**

**Art. 319.** O lançamento da TCR dar-se-á:

**I** - de ofício, através de procedimento interno, com base nas informações constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, ou mediante ação fiscal;

**II** – por declaração do sujeito passivo, para imóveis não inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal.

**Art. 320.** O lançamento da taxa será notificado ao contribuinte juntamente com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, discriminando-se os valores dos tributos em separado.

**Subseção VI – Do Recolhimento**

**Art. 321.** A TCR será recolhida de acordo com o Calendário Fiscal estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Subseção VII – Das Isenções**

**Art. 322.** É isento da TCR o imóvel:

**I –** edificado, quando localizado em comunidade carente, conforme delimitação e critérios fixados em regulamento;

**II –** enquadrado como habitação popular, e que comprove não auferir renda mensal familiar superior a um salário mínimo.

**III –** Os imóveis isentos do IPTU conforme artigo 218 desta lei.

**Seção XVI – Da Taxa de Serviços Diversos**

**Art. 323.** A taxa de serviços diversos tem por fato gerador a prestação dos seguintes serviços:

I - numeração e renumeração de prédios não cadastrados e não inscritos no Município;

II - apreensão e depósito de mercadorias e animais;

III – Abate de animais (por cabeça), bovino, suíno, caprino;

IV - apreensão e depósitos de veículos.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 324.** Contribuinte da taxa é:

I - o proprietário ou possuidor a qualquer título dos imóveis sujeitos à taxação, na hipótese prevista no inciso I do art.318 desta lei;

II - o proprietário ou possuidor, a qualquer título, de animais, veículos, bens ou mercadorias apreendidos, nas hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do art.318 desta lei.

**Art. 325.** Os valores da taxa estão contidos na tabela XI anexa a esta lei.

## Seção XVII – Da Taxa de Serviços Funerários

**Art. 326.** A taxa tem como fato gerador o sepultamento e o desempenho de quaisquer trabalhos correlatos, previstos na tabela XII anexa a esta lei, quando realizados pelo Poder Público Municipal, ressalvados os direitos adquiridos.

**Art. 327.** O Poder Executivo regulamentará o funcionamento dos serviços de cemitérios e classes de enterramento.

**Art. 328.** Os valores da taxa estão contidos na tabela XII anexa a esta lei.

**Art. 329.** Os cemitérios terão caráter secular e compete exclusivamente ao município a sua construção, e sua polícia administrativa.

## Seção XVIII – Da Taxa de Vistoria

**Art. 330.** A taxa tem como fato gerador os serviços de vistoria, exame, inspeção ou verificação técnica de bens móveis ou imóveis, ou de estabelecimentos comerciais promovidos pelos órgãos municipais para atender a interesse do solicitante.

**Art. 331.** A taxa incidente em função da ocorrência das hipóteses previstas na Tabela XIII anexa a esta lei, será destinada ao custeio da implantação e expansão dos programas e atividades do Departamento de Vigilância Sanitária, especialmente os relacionados à fiscalização dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 332.** Os valores da taxa de vistoria estão contidos na tabela XIII anexa a esta lei:

## Capitulo V

## TÍTULO IV – DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

### Seção I – Do fato gerador e do contribuinte

**Art. 333.** A contribuição de melhoria tem como fato gerador o benefício à propriedade imobiliária, decorrente de obra pública.

**Art. 334.** O contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado por obra pública.

### Seção II – Da base de cálculo e da alíquota

**Art. 335.** O limite total da contribuição de melhoria é o custa da obra.

**Parágrafo único.** O custo da obra será composto pelo valor de sua execução, acrescido das despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, financiamento ou empréstimo.

**Art. 336.** Considera-se como valor mínimo do benefício a importância, por metro linear, obtida pela divisão do custo da obra pela soma das testadas dos imóveis beneficiados.

**Art. 337.** Os proprietários lindeiros que receberem diretamente o benefício responderão, no mínimo, por 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

**Parágrafo único.** Os proprietários não lindeiros responderão pela porcentagem restante, em função do tipo, características, da irradiação dos efeitos e da localização da obra.

**Art. 338.** Antes do início da execução da obra, os contribuintes serão convocados por edital, para examinar o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo da obra, o plano de rateio e os valores correspondentes.

**§1º.** Fica facultada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, aos contribuintes, a impugnação de qualquer dos elementos do edital, cabendo-lhes o ônus da prova.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§2º**. A impugnação não suspenderá o início ou o prosseguimento da execução da obra, nem obstará o lançamento e a cobrança da contribuição de melhoria.

### Seção III – Do lançamento e da arrecadação

**Art. 339.** O pagamento da contribuição de melhoria será:

I – em uma única parcela, no vencimento e local indicados no aviso de lançamento;

II – em 10 (dez) prestações iguais, nos vencimentos e locais indicados nos avisos de lançamento, observando-se entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

**§1º.** Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do crédito tributário, abatido dele os juros e atualização monetária nele integrados.

**§2º.** Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição de melhoria, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

### Seção IV – Das penalidades

**Art. 340.** O contribuinte que deixar de pagar a contribuição de melhoria no prazo fixado ficará sujeito:

I – à atualização monetária do crédito devido, calculada mediante a aplicação do índice acolhido pela legislação local ou outro índice que venha a substituí-lo;

II – à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do crédito devido originariamente;

III – à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor originário do crédito devido.

## Capitulo VI
## TÍTULO V – DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

### Seção I – Do fato gerador e do contribuinte

**Art. 341.** Fica criada a “Contribuição de Iluminação Pública – CIP”, de que trata o art. 149-A da Constituição Federal, acrescentada por força da Emenda Constitucional nº



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

39 de 2002, destinada a atender exclusivamente as despesas de consumo de energia elétrica, administração, operação, manutenção, melhoramentos, ampliação dos serviços de Iluminação Pública prestados pela Prefeitura Municipal e que poderá incidir sobre cada unidade imobiliária.

**§1º** - A contribuição tem como fato gerador a prestação de serviço de iluminação pública em vias e logradouros públicos  demais bens públicos de livre acesso permanente, sob a responsabilidade da Prefeitura e também em condomínio servidos por iluminação pública

**§2º** - Para efeito de lançamento, considerar-se-á contribuinte toda pessoa física ou jurídica que tenha residência, domicílio, escritório, casa comercial, fábrica, qualquer atividade de exploração econômica ou similares em logradouros ou vias, cadastrado pela Prefeitura Municipal e/ou servido por rede de energia elétrica da concessionária local.

**§3º** - A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias localizadas:

a) Em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;

b) Em todo o perímetro das praças públicas, independentes de distribuição das luminárias;

c) Em todo o perímetro urbano e rural mesmo sem Iluminação Pública.

**§4º** - Será responsável pelo pagamento da “Contribuição de Iluminação Pública – CIP” o titular responsável pelo uso da unidade imobiliária ligado à rede energia elétrica da concessionária;

**§5º** - A arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública para contribuintes não consumidores de energia elétrica, mas situados em logradouros servidos por iluminação pública, será feita diretamente pelo Município.

**Art. 342.** - A contribuição criada pela presente Lei será devida pelos contribuintes usuários das unidades imobiliárias classificadas como residenciais, industriais, comerciais, poderes públicos estadual e federal, serviços públicos e unidades das classes “A” e “H”.

**§1º** - Ficam excluídos do pagamento da contribuição instituída nesta Lei, as unidades consumidoras de energia nas quais sejam mantidas as atividades classificadas como Poderes Públicos Municipais e unidades pertencentes à concessionária local.

**Art. 343.** Entende-se por Iluminação Pública, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição da CONCESSIONÁRIA responsável pela



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

distribuição de energia elétrica no Município e sirva exclusivamente a via pública ou qualquer logradouro público de livre acesso permanente.

## Seção II – Do valor da Contribuição

**Art. 344.** O valor da Contribuição de Iluminação Pública será cobrado em duodécimos, mensalmente, sempre baseado em percentuais do módulo da tarifa de Iluminação Pública, tarifa em MWh, vigente estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que seja reajustada proporcionalmente cada vez que houver variação na Tarifa de Fornecimento de energia elétrica para a classe de Iluminação Pública, nos limites da tabela abaixo:

| CLASSE | FAIXA DE CONSUMO (KWh) | PERCENTUAL DA TARIFA DE ILUM. PÚBLICA |
|---|---|---|
| RESIDENCIAL | Até 30 KWh | 0,0 |
| RESIDENCIAL | 31 a 50 KWh | 3,0 |
| RESIDENCIAL | 51 a 100 KWh | 4,0 |
| RESIDENCIAL | 101 a 150 KWh | 5,0 |
| RESIDENCIAL | 151 a 200 KWh | 6,0 |
| RESIDENCIAL | 201 a 250 KWh | 7,0 |
| RESIDENCIAL | 251 a 300 KWh | 8,0 |
| RESIDENCIAL | 301 a 350 KWh | 10,0 |
| RESIDENCIAL | 351 a 400 KWh | 12,0 |
| RESIDENCIAL | 401 a 450 KWh | 15,0 |
| RESIDENCIAL | 451 a 500 KWh | 20,0 |
| RESIDENCIAL | 501 a 600 KWh | 25,0 |
| RESIDENCIAL | 601 a 700 KWh | 30,0 |
| RESIDENCIAL | 701 a 800 KWh | 40,0 |
| RESIDENCIAL | 801 a 900 KWh | 50,0 |
| RESIDENCIAL | 901 a 1100 KWh | 60,0 |
| RESIDENCIAL | 1101 a 1500KWh | 70,0 |
| RESIDENCIAL | 1501 a 2000KWh | 80,0 |
| RESIDENCIAL | Acima de 2000 KWh | 100,0 |
| RURAL | Até 30 KWh | 0,0 |
| RURAL | 31 a 50 KWh | 3,0 |
| RURAL | 51 a 100 KWh | 4,0 |
| RURAL | 101 a 150 KWh | 5,0 |
| RURAL | 151 a 200 KWh | 6,0 |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| RURAL | 201 a 250 KWh | 7,0 |
| RURAL | 251 a 300 KWh | 8,0 |
| RURAL | 301 a 350 KWh | 10,0 |
| RURAL | 351 a 400 KWh | 12,0 |
| RURAL | 401 a 450 KWh | 15,0 |
| RURAL | 451 a 500 KWh | 20,0 |
| RURAL | 501 a 600 KWh | 25,0 |
| RURAL | 601 a 700 KWh | 30,0 |
| RURAL | 701 a 800 KWh | 40,0 |
| RURAL | 801 a 900 KWh | 50,0 |
| RURAL | 901 a 1100 KWh | 60,0 |
| RURAL | 1101 a 1500KWh | 70,0 |
| RURAL | 1501 a 2000KWh | 80,0 |
| RURAL | Acima de 2000 KWh | 100,0 |
| INDUSTRIAL | Até 50 KWh | 6,0 |
| INDUSTRIAL | 51 a 100 KWh | 8,0 |
| INDUSTRIAL | 101 a 150 KWh | 9,0 |
| INDUSTRIAL | 151 a 200 KWh | 10,0 |
| INDUSTRIAL | 201 a 250 KWh | 11,0 |
| INDUSTRIAL | 251 a 300 KWh | 12,0 |
| INDUSTRIAL | 301 a 350 KWh | 13,0 |
| INDUSTRIAL | 351 a 400 KWh | 14,0 |
| INDUSTRIAL | 401 a 450 KWh | 15,0 |
| INDUSTRIAL | 451 a 500 KWh | 18,0 |
| INDUSTRIAL | 501 a 600 KWh | 20,0 |
| INDUSTRIAL | 601 a 700 KWh | 25,0 |
| INDUSTRIAL | 701 a 800 KWh | 30,0 |
| INDUSTRIAL | 801 a 900 KWh | 40,0 |
| INDUSTRIAL | 901 a 1100 KWh | 50,0 |
| INDUSTRIAL | 1101 a 1500KWh | 60,0 |
| INDUSTRIAL | 1501 a 2000KWh | 80,0 |
| INDUSTRIAL | Acima de 2000 KWh | 100,0 |
| COMERCIAL | Até 50 KWh | 6,0 |
| COMERCIAL | 51 a 100KWh | 8,0 |
| COMERCIAL | 101 a 150 KWh | 9,0 |
| COMERCIAL | 151 a 200 KWh | 10,0 |
| COMERCIAL | 201 a 250 KWh | 11,0 |
| COMERCIAL | 251 a 300 KWh | 12,0 |
| COMERCIAL | 301 a 350 KWh | 13,0 |
| COMERCIAL | 351 a 400 KWh | 14,0 |
| COMERCIAL | 401 a 450 KWh | 15,0 |
| COMERCIAL | 451 a 500 KWh | 18,0 |
| COMERCIAL | 501 a 600 KWh | 20,0 |
| COMERCIAL | 601 a 700 KWh | 25,0 |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| COMERCIAL | 701 a 800 KWh | 30,0 |
| COMERCIAL | 801 a 900 KWh | 40,0 |
| COMERCIAL | 901 a 1100 KWh | 50,0 |
| COMERCIAL | 1101 a 1500KWh | 60,0 |
| COMERCIAL | 1501 a 2000KWh | 80,0 |
| COMERCIAL | Acima de 2000 KWh | 100,0 |
| GRUPO A / H | Até 1.000 KWh | 40,0 |
| GRUPO A / H | 1.001 a 5.000 KWh | 50,0 |
| GRUPO A / H | 5.001 a 10.000 KWh | 80,0 |
| GRUPO A / H | 10.001 a 20.000 KWh | 100,0 |
| GRUPO A / H | 20.001 a 30.000 KWh | 120,0 |
| GRUPO A / H | 30.001 a 40.000 KWh | 150,0 |
| GRUPO A / H | 40.001 a 50.000 KWh | 200,0 |
| GRUPO A / H | 50.001 a 60.000 KWh | 250,0 |
| GRUPO A / H | 60.001 a 70.000 KWh | 300,0 |
| GRUPO A / H | 70.001 a 80.000 KWh | 350,0 |
| GRUPO A / H | 80.001 a 90.000 KWh | 400,0 |
| GRUPO A / H | 90.001 a 100.000 KWh | 450,0 |
| GRUPO A / H | Acima de 100.000 KWh | 500,0 |
| SERVIÇO PÚBLICO | TODOS | 100,0 |
| PODER PÚBLICO FEDERAL | TODOS | 100,0 |
| PODER PÚBLICO ESTADUAL | TODOS | 100,0 |
| PODER PÚBLICO MUNICIPAL | TODOS | 0,0 |

**Art. 345** - O produto da “Contribuição de Iluminação Pública – CIP” ora criada, constituirá receita destinada ao pagamento prioritário das contas de consumo de energia elétrica da Iluminação Pública e das demais unidades do município, podendo os saldos porventura existentes serem aplicados na melhoria e ampliação do sistema da referida iluminação.

**§1º** - A utilização da receita da Contribuição de Iluminação Pública para pagamento dos consumos de energia elétrica de outras classes do Poder Público Municipal, será definida mediante celebração de Convênio.

**§2º** - Na hipótese da renda obtida pela arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública ser superior ao valor das faturas de fornecimento de energia elétrica do município, a diferença será empregada pela Municipalidade exclusivamente nos dispêndios decorrentes da ampliação, manutenção, operação, melhoramento do sistema de Iluminação Pública ou pagamento de débitos relativos



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

à Iluminação Pública.

**§3º** - Caso a renda obtida pela arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública seja inferior ao valor das faturas de fornecimento de energia elétrica do município, a Municipalidade pagará o complemento das faturas apresentadas pela concessionária, mediante a utilização de recursos próprios.

**Art. 346.** A cobrança da Contribuição de Iluminação Pública será feita pela Prefeitura Municipal por intermédio da concessionária através das faturas mensais de fornecimento de energia elétrica.

**§1º** - Para o disposto neste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com a empresa concessionária local dos serviços energia elétrica neste Município.

**§2º** - A concessionária fica eximida de qualquer responsabilidade, pelo não pagamento da Contribuição de Iluminação Pública por parte do contribuinte.

**Art. 347.** Uma vez firmado o convênio de que trata o artigo anterior, fica a concessionária autorizada a empregar a receita da arrecadação da contribuição de Iluminação Pública - CIP no pagamento das despesas previstas nesta Lei.

## LIVRO III
## DOS PREÇOS PÚBLICOS

### TÍTULO ÚNICO
### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 348.** O preço público remunerará:

**I** – os serviços públicos prestados pelo Município para os quais não foi instituída a respectiva taxa;
**II** – a utilização ou exploração de bens públicos municipais;
**III –** a coleta de resíduos, em hipóteses não custeadas por taxa.

**Art. 349.** Ato do Poder Executivo Municipal definirá os serviços, usos e fruições a serem remunerados mediante preço público e sua forma de cálculo.

**§ 1º** Os critérios para o cálculo dos preços públicos, considerarão:

**I** – o custo do serviço público municipal;


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**II** – a remuneração equivalente à utilização ou exploração de bens privados semelhantes aos bens públicos cujo uso ou fruição foi cedido.

**§ 2º** O custo do serviço compreenderá o custo de produção, manutenção corretiva, manutenção preventiva e administração do serviço, acrescido das reservas para recuperação de equipamentos e expansão do serviço.

**Art. 350.** A utilização de qualquer bem público municipal será remunerada.

**§ 1º** O disposto neste artigo abrange a utilização de prédios públicos, logradouros, obras de engenharia, vias públicas, passeios públicos, seja em solo ou subsolo, bem como a utilização da via aérea com ponto de apoio nos postes, ou na parte inferior da via ou leitos, com poços de visita ou não, inclusive nos casos de redes de infra-estrutura.

**§ 2º** Também será remunerada a utilização do mobiliário urbano, dos espaços utilizados pelas estações de radiobase de telefonia e similares.

**Art. 351.** Para possibilitar a utilização dos bens municipais por terceiros, o Município deve firmar concessão, permissão ou autorização de uso.

**Art. 352.** As redes aéreas e subterrâneas já existentes no Município devem atender às atuais regras, devendo regularizar a situação no prazo estabelecido pela Administração municipal, sob pena de serem instadas a retirar as respectivas infra-estruturas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

**Art. 353.** O não pagamento do preço público decorrente de uso ou fruição de bens públicos municipais ou, ainda, decorrente de serviço prestado acarretará a suspensão dos mesmos.

**Art. 354.** Aplicam-se aos preços públicos, no tocante a lançamento, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias, penalidades, inscrição em dívida ativa, cobrança, e modalidades de suspensão e extinção do crédito, as disposições concernentes às taxas.

## LIVRO IV
## DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 355.** O processo administrativo fiscal será regido pelas disposições desta lei e iniciado por petição da parte interessada, ou de ofício pela autoridade competente.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único -** Considera-se processo administrativo fiscal aquele que verse sobre interpretação e aplicação da legislação tributária.

## TÍTULO I
## DISPOSIÇÕES GERAIS

### Capítulo I
### DOS POSTULANTES

**Art 356.** O contribuinte poderá postular pessoalmente ou através de prepostos regulamente habilitados mediante mandato expresso.

### Capítulo II
### DOS PRAZOS

**Art. 357.** Os prazos são contínuos e peremptórios, excluindo-se em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o vencimento.

**Art. 358.** Os prazos se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra o processo ou em que deva ser praticado o ato.

**Art. 359.** Os prazos poderão ser prorrogados, por uma única vez, salvo aqueles fixados para recolhimento de tributos.

**Art. 360.** Não havendo prazo fixado em lei ou regulamento, será de 15 (quinze) dias o prazo para prática de ato a cargo do contribuinte.

**Art. 361.** Ao contribuinte que, no prazo de defesa, comparecer á repartição competente para recolher, total ou parcialmente, o valor do tributo constante de auto de infração, será concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa por Infração.

## TÍTULO II
## DO PROCESSO EM GERAL



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo I

## DO REQUERIMENTO

**Art. 362.** A petição deve conter as indicações seguintes:

I - nome completo do requerente;

II - inscrição fiscal;

III - endereço para recebimento das intimações;

IV - a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que for reputado devido quando a dívida ou litígio versar sobre o valor.

**§1º.** A petição será indeferida de plano quando manifestadamente inepta ou quando a parte for ilegítima, sendo entretanto, vedado a qualquer servidor recusar o seu recebimento.

**§2º.** É vedado reunir na mesma petição, matéria referente a tributos diversos, bem como defesa ou recurso relativo a mais de uma autuação, lançamento, decisão ou contribuinte com exceção de defesa apresentada de autos com a mesma infrigência e de exercícios distintos.

## Capítulo II

## DA INTIMAÇÃO

**Art. 363.** Os interessados deverão ter ciência do ato que determinar o início do processo administrativo fiscal, bem como de todos os demais de natureza decisória ou que imponham a prática de qualquer ato.

**Art. 364.** A intimação será feita pelo servidor competente, comprovada com a assinatura do intimado ou de seu preposto ou no caso de recusa, com declaração escrita de quem fizer a intimação.

**Parágrafo único** - Não havendo prazo fixado na intimação, será de 08 (oito) dias, o prazo para o cumprimento das exigências ao contribuinte.

**Art. 365.** A recusa da assinatura no ato do recebimento da intimação não prejudica e nem beneficia o contribuinte.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Parágrafo único -** Caso não conste data de entrega considerar-se-á feita a intimação 15 (quinze) dias após entrega da mesma à agência postal ou telegráfica, salvo prova em contrário.

**Art. 366.** Quando não encontrada a pessoa a ser intimada ou seu preposto, poderá ser a intimação feita por edital.

**Parágrafo único** – Considerar-se-á feita a intimação 03 (três) dias após a publicação do edital.

## Capítulo III
## DO PROCEDIMENTO DE PRÉVIO OFÍCIO

**Art. 367.** O procedimento de prévio ofício se inicia pela ciência dada ao contribuinte de qualquer ato praticado pelo servidor competente para este fim.

**§1º.** O inicio do procedimento exclui a espontaneidade da parte obrigada ao cumprimento das normas constante da legislação tributária.

**§2º.** O procedimento alcança todos os que estejam diretamente envolvidos e somente abrange os atos que precederem, salvo se a infração for de natureza permanente, caso em que se estenderá até o encerramento da ação fiscal.

**Art. 368.** O procedimento, com a finalidade de exame da situação do contribuinte, deverá estar concluído dentro de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo, por qualquer ato da autoridade que dará ciência ao interessado da prorrogação, antes do término do prazo anterior.

**Art. 369.** A apresentação de livros, documentos, mercadorias e outros objetos, para instruir o procediento, far-se-á sempre mediante termo circunstanciado, acumulados em um só documento ou não, com o auto de infração, observadas no que couberem, as normas relativas à lavratura do auto de infração.

## Capítulo IV
## O PROCESSO DE OFÍCIO


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 370.** O processo administrativo fiscal inicia-se mediante lavratura de auto de infração ou nota de lançamento, distinto para cada infração.

## SEÇÃO I – Auto de Infração

**Art. 371.** Constatada infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, será lavrado auto de infração pela Fazenda Pública.

**Parágrafo único.** Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para sua prática ou dela se beneficiem.

**Art. 372.** A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a lavratura de auto de infração, por agente fiscal da Fazenda Pública ou por fiscais de posturas municipais, vigilância sanitária, obras e serviços públicos, ou por qualquer outro funcionário com atribuições específicas no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária.

**Art. 373.** O auto de infração não deverá conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo nele constar, obrigatoriamente:

I - o local, a data e a hora da lavratura;

II - a qualificação do sujeito passivo autuado;

III - descrição minuciosa do fato que se alegue constituir infração e que motivou a lavratura do auto de infração;

IV - capitulação do fato, mediante menção expressa do dispositivo legal infringido e da penalidade aplicável estabelecida em Lei;

V - o valor do crédito tributário, quando devido, demonstrando em relação a cada mês:

a) base de cálculo;

b) quando for o caso, as deduções previstas em lei, que além de constar da demonstração da base de cálculo, deverão ser individualizadas em planilha apartada, que deverá constar como anexo do auto de infração;

c) alíquota aplicada;

d) o valor do tributo devido;

e) quando for o caso, o valor do tributo já pago;



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

f) os acréscimos legais.

g) o valor do tributo atualizado.

VI – sendo o caso, descrição das coisas apreendidas, com indicação do lugar onde tenham sido depositados;

VII - a autoridade competente para o processo de impugnação;

VIII - a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto;

IX - determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 15 (quinze) dias;

X - a assinatura do autuante e sua identificação funcional.

**§ 1º** As omissões, incorreções ou eventuais falhas do auto de infração não acarretarão nulidades, quando do processo constarem elementos suficientes a determinação do infrator (sujeito passivo) e da infração.

**§ 2º** A assinatura do sujeito passivo não importa em confissão, nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração, ou agravação da penalidade.

**§ 3º** Sendo o caso, o auto de infração e o de apreensão poderão ser reunidos em um só documento.

**§ 4º** A repartição fazendária manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais.

**Art. 374.** Se o sujeito passivo infrator, ou quem o represente, não puder ou recusar-se a assinar o auto de infração, o agente fiscal mencionará essa circunstância no corpo do auto de infração, em campo próprio.

## Capítulo V
## DAS NULIDADES

**Art. 375.** São nulos;

I - os atos praticados por autoridade ou servidor incompetente;
II - as decisões não fundamentadas;
III - os atos ou decisões que impliquem em preterição ou prejuízo do direito de defesa.

**Art. 376.** A nulidade de ato não alcança os atos posteriores salvo quando dele decorram ou dependam.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo VI

## DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

**Art. 377.** O ingresso do interessado em juízo não suspenderá o curso do processo administrativo fiscal, a menos que decisão judicial assim o determine.

**Art. 378.** O curso do processo administrativo fiscal poderá ser suspenso mediante requerimento do contribuinte, a critério do Secretário Municipal de Finanças, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias.

## Capítulo VII

## DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

**Art. 379.** Na organização do processo administrativo fiscal, observar-se-á, subsidiariamente as normas pertinentes ao processo administrativo comum.

**Art. 380.** É facultado ao contribuinte ou a quem o represente sempre que necessário, ter vista dos processos em que for parte.

**Art. 381.** Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para solução, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

**Art. 382.** Pode o contribuinte, em qualquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de processos reprográficos com autenticação por funcionário habilitado.

**§1º.** Da certidão constará expressamente se a decisão transitou em julgado na via administrativa.

**§2º.** Só será dada certidão de atos opinativos, quando nos mesmos forem indicados expressamente os atos decisórios, como seu fundamento.

**Art. 383.** Os interessados podem apresentar suas petições e os documentos que as instruírem, em duas vias, a fim de que a segunda lhes seja devolvida devidamente autenticada pela repartição, valendo como prova de entrega.

## TITULO III



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## DO PROCESSO CONTENCIOSO

### Capítulo I
### DO LITÍGIO

**Art. 384**. Considera-se instaurado o litígio tributário, para os efeitos legais, com apresentação, pelo contribuinte, de defesa ou impugnação:

I - do auto de infração ou nota de lançamento;

II - do indeferimento de pedidos de restituições de tributos, acréscimos ou penalidades;

III - da recusa de recebimento de tributo, acréscimos ou penalidades que o contribuinte procure espontaneamente recolher.

**Parágrafo único** - O pagamento do auto de infração ou o pedido de parcelamento importa em reconhecimento total da divida, pondo, assim, fim ao litígio tributário.

**Art. 385.** A defesa ou impugnação do contribuinte deverá ser apresentada, por escrito, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da intimação do ato respectivo e sustará a cobrança do crédito até decisão administrativa final.

**§1º.** Decorrido o prazo fixado no caput deste artigo, sem que o autuado apresente defesa, será considerado revel, lavrando-se o Termo de Revelia, expedindo-se a respectiva nota de débito, providenciando-se a inscrição na Divida Ativa.

**§2º**. Apresentada defesa ou impugnação será no prazo de até 15 (quinze) dias, ouvido o autuante ou servidor expressamente designado.

**Art. 386.** A defesa ou impugnação será apresentada á repartição por onde tramita o processo, já instruída com os documentos em que se fundamentar.

**Art. 387.** Todos os meios legais, ainda que não especificados nesta lei, são hábeis para provar fatos argüidos.

**Art. 388.** Na apreciação da prova, a autoridade julgadora, formará livremente sua convicção, podendo determinar produção das provas que entender necessárias, e inclusive, se for o caso, solicitar à instância superior, prova pericial.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 389.** A prova pericial, será realizada por servidor indicado pela autoridade competente, que fixará prazo para apresentação do laudo pericial atendendo ao grau da matéria a ser examinada.

**Art. 390.** Procedida a perícia, será aberta vista ao contribuinte e ao autuante para no prazo comum de até 15 (quinze) dias, pronunciar-se sobre os laudos.

## Capítulo II

## DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

**Art. 391.** O julgamento do litígio tributário em primeira instância administrativa compete ao Diretor do Departamento Tributário e/ou Chefe de Departamento Tributário.

**Art. 392.** As decisões devem ser fundamentadas, justificando-se:

I - recusa dos argumentos invocados pelo contribuinte;

II - a decisão propriamente dita, com a citação dos dispositivos legais que lhe dão apoio.

## Capítulo III

## DOS RECURSOS

**Art. 393.** Da decisão de primeira instância, caberá recursos;

I - de ofício;

II - voluntário.

**Art. 394.** O recursos de ofício serão interpostos, obrigatoriamente, no ato da decisão de primeira instância quando esta, total ou parcialmente cancelar, modificar ou reduzir créditos tributárlos e acréscimos de qualquer natureza, decorrentes de autos de infração ou nota de lançamento.

**Art. 395.** O recurso voluntário deve ser interposto no prazo de até 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão da primeira instância.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 396** - Os recursos de ofício poderão limitar-se à parte da decisão.

**Parágrafo único** - Na hipótese deste artigo poderá o crédito tributário, em sua parte não recorrida, ser imediatamente inscrito para prosseguimento da cobrança, formando, se necessário, outro processo com elementos indispensáveis para essa inscrição.

## Capítulo IV

## DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

**Art. 397.** O Conselho Municipal de Contribuintes é ógão integrante da Secretaria Municipal de Finanças, que terá competência para julgar em segunda e última instância administrativa, os recursos interpostos contra decisões proferidas em Processos Administrativos Fiscais.

**Parágrafo único.** Os recursos voluntários ou de ofício, serão julgados, em segunda instância pelo Conselho Municipal Contribuintes.

**Art. 398.** O Conselho Municipal de Contribuintes compor-se-á de 05 (cinco) membros, com a denominação de Conselheiros, todos com respectivos suplentes, sendo 01 (um) Presidente que será o Secretário Municipal de Finanças, e 04 (quatro) conselheiros, sendo (02) dois servidores do Fisco Municipal e (02) dois representantes de classes.

**§1º.** São membros:

I – 01 (um)O Presidente que é o Secretário Municipal de Finanças e um vice-presidente escolhido pelo Presidente entre os demais conselheiros que compõem o Conselho de Contribuintes na solenidade da posse.

II – 02 (Dois) servidores do Fisco Municipal;

III - 01 (um) representante da classe dos contabilistas;

IV - 01 (um) representante da associação comercial do Município.

**§2º.** Os representantes do Município serão designados pelo Prefeito Municipal dentre servidores públicos de reconhecida experiência em legislação tributária, em exercício na Secretaria Municipal de Finanças, que preferencialmente tenha provimento efetivo.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**§3º.** Os representantes dos contribuintes serão designados pelo Prefeito Municipal dentre os relacionados, em lista tríplice, pelas associações de classes definidas no Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes.

**§4º**. Cada Conselheiro terá um suplente escolhido na forma do disposto nos parágrafos anteriores.

**§5º.** O mandato de cada conselheiro ou de seu suplente, será de 02 (dois) anos, permitida a recondução dos mesmos.

**§6º.** O Presidente do Conselho terá direito a voto comum e voto de desempate;

**Art. 399.** São impedidos de participar do Conselho:

I – O julgador de 1ª. Instancia;

II – Os parentes entre si, consanguineos ou afins até terceiro grau;

III – Os servores do fisco que lavraram os Autos de Infração;

IV – Os sócios da mesma empresa, seus representantes legais ou seus contadores.

**Parágrafo único** – Nas seções, os conselheiros impedidos serão substiuídos por seus respectivos suplentes e no caso do Presidente do Conselho, pelo seu Vice-Presidente.

**Art. 400.** O Procurador Geral do Município, terá assento no Conselho sem direito a voto, com funções definidas no Regimento Interno e no caso do seu impedimento ou de seu representante, a Fazenda Municipal será representada por servidor especialmente designado pelo Secretário Municipal de Finanças.

**Parágrafo Único -** O não comparecimento do representante da Procuradoria Geral do Município não impede que o conselho se reúna e delibere.

**Art. 401.** No caso de impedimento do representante da Fazenda Municipal será este representado por servidor designado pelo Secretário Municipal de Finanças.

**Art. 402.** O Regimento Interno a ser baixado pelo Secretário Municipal de Finanças consolidará as disposições legais e regulamentares quanto à composição, competência e funcionamento do Conselho Municipal de Contribuintes e disporá



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

sobre a ordem e a organização de seus trabalhos, a tramitação interna dos processos e ao exercício de suas atribuições.

**Art. 403.** A decisão referente a processo julgado pelo Conselho Municipal de Contribuintes receberá a forma de Acórdão cujas conclusões serão publicadas no Órgão Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado ou no Atrio da Prefeitura Municipal, com ementa sumariando a decisão.

**§1º.** As sessões de julgamento serão públicas e realizar-se-ão em dias e horários previamente fixados e divulgados pela secretaria do Conselho.

**§2º.** Sempre que necessário poderão ser convocadas sessões extraordinárias, observadas as disposições do parágrafo anterior.

**Art. 404.** O Conselho Municipal de Contribuintes não pode decidir sem a presença mínima da metade mais um do total de seus membros, deliberando por maioria dos presentes.

**Art. 405.** Os membros do Conselho perceberão, por sessão realizada, até o máximo de 06 (seis) por mês, jetons de presença que o seu valor será de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente no País sendo o pagamento até o 05 dia útil do mês subsequente à realização das sessões.

**Parágrafo Único**: A secretária do Conselho será indicada pelo Secretário de Finanças e terá uma remuneração mensal de 01 (um) salário mínimo.

## Capítulo V

## DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES CONDENATÓRIAS

**Art. 406.** Transitada em julgado a decisão condenatória, o processo será enviado á repartição de origem para que sejam adotadas as seguintes providências sucessivamente:

I - intimação ao contribuinte, responsável e/ou fiador, se houver, para que recolha o débito e seus acréscimos legais em até 15 (quinze) dias;

II – em não havendo o recolhimento no prazo acima, far-se-á o lancamento do crédito tributário constituído, com inscrição do crédito na dívida ativa do Município e expedição da respectiva certidão da dívida ativa para os fins de direito.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## TÍTULO IV

## DO PROCESSO NORMATIVO

### Capítulo I

### DA CONSULTA

**Art. 407.** A consulta sobre a matéria tributaria é facultada ao sujeito passivo da obrigação e a outras pessoas, nas condições a serem determinadas pelo Poder Executivo.

**Art. 408.** A petição deverá ser apresentada ao órgão incumbido de administrar o tributo sobre o que versa.

**Art. 409.** A consulta deverá focalizar somente dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do consulente e ser formulada objetiva e claramente, de modo preciso, a matéria cuja elucidação se fizer necessária e indicará:

I - o fato, objeto da consulta;
II - se versa sobre hipótese em relação á qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e em caso positivo, sua data.

**Art. 410**. As decisões dos processos de consulta serão proferidas por ato de órgão diretivo da Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 411**. A consulta não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano quando:
I - for efetuada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consulente;
II- manifestamente protelatória.

**Art. 412.** Enquanto não solucionada a consulta, nenhum procedimento fiscal será iniciado contra o contribuinte com relação a matéria consultada.

**Art. 413.** Após a decisão da consulta, o contribuinte deverá adotar o procedimento por ele determinado, no prazo de até 15 (quinze) dias contados de sua intimação.

**Parágrafo único** - Findo o prazo previsto neste artigo, sujeitar-se-á o contribuinte a todas as sanções previstas na legislação competente, inclusive as de natureza penal.

**Art. 414.** Ao processo que versar sobre reconhecimento de isenção ou imunidade, aplica-se, no que couber, o disposto neste capitulo.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## Capítulo II

## DO PROCEDIMENTO NORMATIVO

**Art. 415.** As interpretações e aplicações da Legislação Tributária, serão sempre que possível, definidas em instrução normativa a ser baixada pela Secretária Municipal de Finanças.

**Art. 416.** Os órgãos da administração fazendária, em caso de dúvida quanto á interpretação da legislação tributária, deverão solicitar a instrução normativa a que alude o artigo anterior.

**Art. 417.** As decisões de primeira instância observarão a jurisprudência do Conselho Municipal de Contribuintes fixada em Acórdãos, publicados e divulgados no Órgão Oficial do Município ou no Atrio da Prefeitura Municipal.

# LIVRO V
# DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

## TÍTULO ÚNICO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 418.** Os contribuintes que estiverem em débito para com a Fazenda Municipal e que não sejam inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC, são proibidos de transacionar a qualquer título, com as repartições públicas municipais.

**Parágrafo único** – A proibição de transacionar compreende:

I – O recebimento de quisquer quantias ou créditos que os devedores tiverem com o município;

II – A participação em processo licitatório seja qual for a modalidade;

III – A celebração de contratos de qualquer natureza e quaisquer outros atos que importe em transação.

**Art. 419.** O Chefe do Executivo Municipal fica autorizado a:

I - estabelecer preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja natureza não compete a cobrança de taxas;

II - instituir sistema de gratificação de produtividade, visando o incremento da receita tributária e a remuneração proporcional aos servidores do Fisco Municipal e dos servidores diretatamente ligados a arrecadação de tributos.

**Art. 420.** As Tabelas anexas, de n° I a XIV fazem parte integrante desta Lei.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Art. 421**. Fica revogada:

I – Lei Complementar n° xx de xx de setembro de 20xx;

**Art. 422.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 423.** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

Câmara Municipal de Santana do São Francisco dos Bois, 09 de dezembro de 2020.

_____

**Jaldo Camilo**
**Vereador**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## ANEXOS

## TABELA I

## IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA ISSQN

| Itens | Especificação | % sobre preço dos serviços | Valor do Imposto em UFM |
|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de Serviços de Qualquer Natureza constando na lista de serviços. | **5,0** | |
| 2 | Profissional Autônomo de Nível Universitário | | **200** |
| 3 | Profissional Autônomo de Nível Médio e Representante Comercial de qualquer natureza | | **100** |
| 4 | Outros profissionais Autônomos | | **50** |

## TABELA II

## IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA IPTU

| Itens | Especificação | % sobre Base de Cálculo sobre o Valor Venal do Imóvel |
|---|---|---|
| 1-IMÓVEL CONSTRUÍDO | Exclusivamente Residencial | **0,5** |
| | Residencial/Comercial e/ou Serviço | **1,0** |
| | Comércio/Serviço | **1,0** |
| | Industrial | **1,5** |
| 2-IMÓVEL NÃO CONSTRUIDO | Murado | **1,5** |
| | Cercado | **1,7** |
| | Baldio | **2,0** |

**1) FÓRMULA DE CÁLCULO DO IPTU**

**1.1-) Imóveis Não edificados:**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**Areter x ZT x pedol x topog x sitquadra = VALTER**

**ONDE :**

**ARETER = área do terreno;**
**ZT = zona do terreno do código de logradouros;**
**PEDOL = pedologia;**
**TOPOG = topografia;**
**SITQUDRA = situação na quadra;**
**VALTER = valor do terreno.**

| Pedologia | - | Topografia | - | Situação na Quadra |
|---|---|---|---|---|
| Inundável ..... 0,90 | | Plano ao nível ..... 1,00 | | Meio de quadra .....1,00 |
| Firme ..... 1,00 | | Acima do nível ..... 0,90 | | Esquina .....1,10 |
| Alagado ..... 0,60 | | Abaixo do nível ..... 0,80 | | Vila .....0,80 |
| Rochoso ..... 0,80 | | Reduz. Capacitação .....0,70 | | Encravada ..... 0,60 |
| Arenoso ..... 0,70 | | Área imp. Const. ..... 0,40 | | Quadra .....0,90 |
| Comb.demais.. 0,80 | | Irregular ..... 0,60 | | Gleba .....0,80 |
| Mangue/duna 0,60 | | | | Mais de uma frente..... 1,20 |
| Área de risco 0,40 | | | | Condominio Fechado..1,15 |

**Interno.....1,10**
**Tabela de ZT – Zona do Terreno ( R$ ) :**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1- 5,94 | 5 – 16,96 | 9 – 34,93 | 13- 51,12 | 17 – 97,99 | 21- 186,26 |
| 2- 7,72 | 6 – 20,35 | 10 – 38,42 | 14- 56,24 | 18 – 117,59 | 22- 204,88 |
| 3- 10,03 | 7 – 24,42 | 11 – 42,26 | 15- 68,05 | 19 – 141,11 | 23- 225,37 |
| 4- 13,05 | 8 – 31,75 | 12 – 46,48 | 16- 81,66 | 20- 169,33 | 24- 247,91 |

**Ocorrendo área total construída ( ARETOT ) , maior q área construída da unidade ( AREUNI) , calcular fração ideal do terreno ( FRAIDE):**

**ARETER x AREUNI / ARETOT = FRAIDE**

**1.2-) Imóveis Edificados:**
**Areuni x VL genérico do M2 X PADCON X ESTCON X SITRUA = VALPRE**

**ONDE :**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**- AREUNI = Área Construída da Unidade;**

**Vl genérico do M2 = valor em reais (R$), extraído da tabela SINAPI - IBGE, apurado para o estado de Sergipe no mês de outubro de 2013 em R$ 807,88 ( oitocentos e sete reais e oitenta e oito centavos). Desse valor expurgada a Mão de Obra ( - 47,12 % ) , e faixa de segurança ( - 30 % ) , fixamos o valor genérico em R$ 299,04 ( duzentos e noventa e nove reais e quatro centavos ).**

**- Padrão Construtivo ( PADCON ) :**
**ALTO ---------- 1,10**
**MÉDIO -------- 1,00**
**POPULAR --- 0,80**
**BAIXO --------- 0,60**

**Estado de Conservação ( ESTCON) :**
**ÓTIMO..... 1,10**
**BOM ..... 1,00**
**REGULAR..... 0,80**
**RUIM..... 0,60**

**Situação Relativa à Rua ( SITRUA) :**
**Frente ..... 1,00**
**Fundos ..... 0,70**
**Vila ..... 0,80**
**Galeria ..... 1,00**
**Sub-Solo ..... 0,90**
- **VALPRE** = Valor da Edificação .

**TABELA III**
**TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | Padrão | Qtd de Funcionários | Valor em UFM |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Agentes ou representantes de entidades vinculadas ao sistema financeiro, casas lotéricas e vendas de bilhetes de loterias, postos bancários para pagamento ou recebimento inclusive caixas automáticos, corretores de títulos em geral, administradores de cartões de crédito, planos de saúde em geral, indústrias, comércio atacadista, rádio, jornal e televisão, consórcios ou fundos mútuos em geral, concessionárias de vendas de veículos e/ou máquinas, lojas de departamentos, empresas de transporte de cargas e Congêneres. | **A** | **0 a 10** | **80** |
| | | | **11 a 20** | **80** |
| | | | **21 a 50** | **150** |
| | | | **Mais de 50** | **250** |
| | | **B** | **0 a 10** | **40** |
| | | | **11 a 20** | **60** |
| | | | **21 a 50** | **120** |
| | | | **Mais de 50** | **180** |
| | | **C** | **0 a 10** | **30** |
| | | | **11 a 20** | **50** |
| | | | **21 a 50** | **70** |
| | | | **Mais de 50** | **100** |
| 2 | Vigilância e transporte de valores, limpeza e/ou conservação, | **A** | **0 a 10** | **50** |
| | | | **11 a 20** | **70** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | colocação de mão-de-obra, empresa de transporte de passageiros, locação de veículos, máquinas e equipamentos, instalação e montagem de máquinas e equipamentos, montagem industrial, laboratórios de análises clínicas em geral, biópsia, eletricidade médica, clínicas em geral, florestamento e reflorestamento, clínicas veterinárias, assessoria e projetos técnicos em geral, propaganda e publicidade, hotéis, motéis e apart-hotel, pousadas e pensões, informática e processamento de dados, instituições de ensino superior e Congêneres. | | **21 a 50** | **100** |
| | | | **Mais de 50** | **200** |
| | | **B** | **0 a 10** | **40** |
| | | | **11 a 20** | **60** |
| | | | **21 a 50** | **80** |
| | | | **Mais de 50** | **120** |
| | | **C** | **0 a 10** | **40** |
| | | | **11 a 20** | **60** |
| | | | **21 a 50** | **80** |
| | | | **Mais de 50** | **120** |
| 3 | Agencia de automóvel, postos de lavagem e lubrificação e troca de óleo, serviços de higiene pessoal (salões de beleza, cabeleireiros, barbearia etc.), academia de ginástica e estética, estúdios fotográficos, fonográficos, cinematográficos, outros estabelecimento de ensino (colégios, cursos preparatórios, etc.), diversões públicas (clubes, cinemas e boates, etc.), conserto e reparação de aparelhos, equipamentos, veículos e peças, sucatas em geral, locação de bens móveis (fitas de vídeo, cartucho vídeo game CD´s etc.), agenciamento e corretagem em geral, administradora de bens, comércio varejista, outras prestações de serviços e Congêneres. | **A** | **0 a 10** | **60** |
| | | | **11 a 20** | **80** |
| | | | **21 a 50** | **120** |
| | | | **Mais de 50** | **200** |
| | | **B** | **0 a 10** | **50** |
| | | | **11 a 20** | **70** |
| | | | **21 a 50** | **100** |
| | | | **Mais de 50** | **150** |
| | | **C** | **0 a 10** | **40** |
| | | | **11 a 20** | **60** |
| | | | **21 a 50** | **80** |
| | | | **Mais de 50** | **120** |
| 4 | Escritórios ou consultórios de profissional liberal de nível superior | **NÍVEL SUPERIOR** | **0 a 10** | **80** |
| | | | **11 a 20** | **120** |
| | | | **21 a 50** | **150** |
| | | | **Mais de 50** | **200** |
| | Estabelecimento de profissional liberal de nível médio ou técnico | **NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO** | **0 a 10** | **60** |
| | | | **11 a 20** | **80** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Outros não Especificados Anteriormente | | **21 a 50** | **100** |
| | | | **Mais de 50** | **180** |
| | | **Outros** | **0 a 10** | **40** |
| | | | **11 a 20** | **60** |
| | | | **21 a 50** | **80** |
| | | | **Mais de 50** | **120** |
| 5 | Estabelecimentos hospitalares (hospitais, casas de saúde, de repouso) e Congêneres | **A** | **0 a 10** | **120** |
| | | | **11 a 20** | **180** |
| | | | **21 a 50** | **220** |
| | | | **Mais de 50** | **300** |
| | | **B** | **0 a 10** | **100** |
| | | | **11 a 20** | **130** |
| | | | **21 a 50** | **180** |
| | | | **Mais de 50** | **220** |
| | | **C** | **0 a 10** | **90** |
| | | | **11 a 20** | **120** |
| | | | **21 a 50** | **150** |
| | | | **Mais de 50** | **180** |
| 6 | Indústrias de artefatos de cimento, marmoraria e granitos, indústrias em Geral e Congêneres, Cerâmicas, Olarias e Congêneres, construção civil e atividades afins | **A** | **0 a 10** | **150** |
| | | | **11 a 20** | **230** |
| | | | **21 a 50** | **320** |
| | | | **Mais de 50** | **400** |
| | | **B** | **0 a 10** | **100** |
| | | | **11 a 20** | **150** |
| | | | **21 a 50** | **240** |
| | | | **Mais de 50** | **320** |
| | | **C** | **0 a 10** | **60** |
| | | | **11 a 20** | **100** |
| | | | **21 a 50** | **180** |
| | | | **Mais de 50** | **250** |
| 7 | Outras Atividades não Especificadas anteriormente | **A** | **0 a 10** | **150** |
| | | | **11 a 20** | **230** |
| | | | **21 a 50** | **320** |
| | | | **Mais de 50** | **400** |
| | | **B** | **0 a 10** | **100** |
| | | | **11 a 20** | **150** |
| | | | **21 a 50** | **240** |
| | | | **Mais de 50** | **320** |
| | | **C** | **0 a 10** | **60** |
| | | | **11 a 20** | **100** |
| | | | **21 a 50** | **180** |
| | | | **Mais de 50** | **250** |
| 8 | Comércio atacadista e varejista (inclusive hipermercados, | A | **0 a 10** | **200** |
| | | | **11 a 20** | **300** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | supermercados, mercadinhos e mercearias) | | **21 a 50** | **500** |
| | | | **Mais de 50** | **1000** |
| | | B | **0 a 10** | **100** |
| | | | **11 a 20** | **200** |
| | | | **21 a 50** | **300** |
| | | | **Mais de 50** | **500** |
| | | C | **0 a 10** | **50** |
| | | | **11 a 20** | **70** |
| | | | **21 a 50** | **100** |
| | | | **Mais de 50** | **150** |
| 9 | Atividades provisórias exercidas em período de até 90 dias | A | | **300** |
| | | B | | **200** |
| | | C | | **100** |
| 10 | Instituições Financeiras credenciadas e autorizadas pelo Banco Central, | A | | **1000** |
| | | | | |
| | | | | |
| 11 | Depósitos e postos de combustíveis e congêneres para venda a consumidor final do estabelecimento e Congêneres | A | | **500** |
| | | B | | **200** |
| | | C | | **60** |
| 12 | Concessionária ou permissionária de serviços públicos (água, energia telecomunicações), depósitos em geral. | A | | **600** |
| | | B | | **400** |
| 13 | Usina de Asfalto e Congêneres | A | | **800** |
| | | B | | **600** |
| | | C | | **400** |
| 14 | Usina Termoelétrica / Usina em geral | A | | **1000** |
| | | B | | **700** |
| | | C | | **100** |

## TABELA IV

## DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

| **Descrição** |
|---|



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

A taxa será cobrada anualmente, juntamente com a taxa de licença para instalação e funcionamento, com acréscimo de 50% do valor da taxa de licença para instalação e funcionamento, lançada para todas as atividades constantes na tabela III. Considera-se horário especial o período correspondente aos domingos e feriados, em qualquer horário e, nos dias úteis, das 18 às 06 horas.



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## TABELA V

## DA TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM CARÁTER EVENTUAL OU AMBULANTE

| Natureza da atividade | Valores em UFM<br>POR EVENTO/M2 |
|---|---|
| **1 – COMÉRCIO AMBULANTE** | |
| a)Alimentos preparados, líquidos, inclusive refrigerantes, aves, ovos, doces, frutas, peixes, queijos, sorvetes, gêneros e produtos alimentícios e semelhantes | **100** |
| b)Brinquedos, vassouras, escovas, espanadores, louças, ferragens, artefatos de barro, artefatos de plástico, palha de aço, produtos de limpeza e semelhantes | **30** |
| c)Tecidos, roupas feitas, calçados, cintos, malhas, meias, gravatas, lenços, peles, pelicas, plumas e confecções em geral | **40** |
| d)Aparelhos elétricos domésticos, artigos para fumantes, bijuterias, jóias, relógios, pesca, calçados, materiais esportivos de qualquer natureza e semelhantes | **40** |
| e) Barraca de bebidas destiladas (CAPETAS). | **380** |
| f) Artigos não especificados | **50** |
| g) Tabela especial para o Dia de Finados e outras festas religiosas:<br>1 – Artigos religiosos em geral com bancas e mesas<br>2 – Artigos religiosos em geral, veículos motorizados, barracas e outros<br>h) Tabela especial para os dias de carnaval:<br>1 – Artigos carnavalescos | **20**<br>**40**<br>**60** |
| **2 – PARA OS COMERCIANTES RESIDENTES E DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO, SERÁ CONCEDIDO UM DESCONTO DE 50%(CINQUENTA POR CENTO) POR EVENTO.** | |
| Nota 1 – No caso de o contribuinte negociar com mais de 01 artigo específico, a taxa será devida levando-se em consideração o artigo sujeito ao maior ônus fiscal.<br>Nota 2 – A cobrança da taxa para o exercício do comércio eventual ou ambulante não dispensa a | |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | |
|---|---|
| cobrança de Taxa de Licença e Fiscalização de Ocupação do Solo nas vias e logradouros públicos. | |

**TABELA VI**
**TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

| ITEM | CLASSIFICAÇÃO | Área Construída até 70m² | | | De 70,01 a 250m² | | | Acima de 250,01m² | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Padrão do Projeto | | | Padrão do Projeto | | | Padrão do Projeto | | |
| | | Baixo | Médio | Alto | Baixo | Médio | Alto | Baixo | Médio | Alto |
| **1** | **Alvará de Construção, Reconstrução e Ampliação** | | | | | | | | | |
| 1.1 | Residencial, Unifamiliar e Multifamiliar Horizontal por M² | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,2 |
| 1.2 | Residencial Multifamiliar vertical até 4 pavimentos por M² | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,1 | 1,2 | 1,3 |
| 1.3 | Resid Multifamiliar vertical acima de 4 pavimentos por M² | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,3 | 1,2 | 1,3 | 1,4 |
| 1.4 | Comércio/Serviço | 0,9 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,3 | 1,5 | 1,6 |
| 1.5 | Misto (Residencial com comércio e/ou serviço por M2) | 0,9 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,3 | 1,5 | 1,6 |
| | | Área até 250m² | | de 251,01 a 1000m² | | 1000,01 a 5000m² | | Acima de 5000,01m² | | |
| 1.6 | Industrial por M² | 1,9 | | 1,7 | | 1,5 | | 1,4 | | |
| 1.7 | Institucional (Urbano e Regional) por M² | | | | | | | 1,3 | | |
| 1.8 | Alvará de Obra Contratada | | | | | | | 0,5% do Valor do Contrato | | |
| **2** | **Alvará para obras iniciadas** | | | | | | | | | |
| | Em acordo com a Legislação Municipal | Será fornecido um Alvará de Construção ou Ampliação e será cobrada a taxa referente ao Alvará de Construção acrescido de | | | | | | | | |


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| 2.1 | | 25%(vinte e cinco por cento), além da taxa de expediente. |
| 2.2 | Em desacordo com a legislação Municipal | Será fornecido um Alvará de Construção ou Ampliação e será cobrada a taxa referente ao Alvará de Construção, acrescido de 50%(cinquenta por cento), além da taxa de expediente. |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **3** | **Alvará de Demolição por M²** | | | | | | | 0,5 | | |
| **4** | **Alvará de Reforma e/ou Reparos** | | | | | | | | | |
| | | **Área Construída até 70m²** | | | **De 70,01 a 250,00m²** | | | **Acima de 250,01m²** | | |
| | | **Padrão do Projeto** | | | **Padrão do Projeto** | | | **Padrão do Projeto** | | |
| **ITEM** | **CLASSIFICAÇÃO** | **Baixo** | **Médio** | **Alto** | **Baixo** | **Médio** | **Alto** | **Baixo** | **Médio** | **Alto** |
| 4.1 | Residencial, Unifamiliar e Multifamiliar Horizontal por M2 | 0,3 | 0,35 | 0,4 | 0,4 | 0,45 | 0,5 | 0,5 | 0,55 | 0,60 |
| 4.2 | Residencial Multifamiliar vertical até 4 pavimentos por M2 | 0,4 | 0,45 | 0,5 | 0,5 | 0,55 | 0,60 | 0,55 | 0,60 | 0,65 |
| 4.3 | Residencial Multifamiliar vertical acima de 4 pavimentos por M2 | 0,6 | 0,65 | 0,7 | 0,55 | 0,60 | 0,65 | 0,60 | 0,65 | 0,70 |
| 4.4 | Comércio/Serviço | 0,40 | 0,50 | 0,55 | 0,60 | 0,65 | 0,70 | 0,70 | 0,75 | 0,80 |
| 4.5 | Misto (Residencial com comércio e/ou serviço por M2) | 0,40 | 0,50 | 0,55 | 0,60 | 0,65 | 0,70 | 0,65 | 0,75 | 0,80 |
| | | Área até 250m² | | de 251 a 1000m² | | 1001 a 5000m² | | Acima de 5001m² | | |
| 4.6 | Industrial por M2 | 2,0 | | 1,8 | | 1,6 | | 1,4 | | |
| 4.7 | Institucional (Urbano e Regional) por M² | | | | | | | 1,4 | | |
| **5** | **Renovação de Alvará** | | | | | | | | | |
| | **CLASSIFICAÇÃO** | **Área Const. até 70m²** | | | **de 70,01 a 250m²** | | | **acima de 250,01m²** | | |
| 5.1 | Residencial, Unifamiliar e Multifamiliar | ISENTO | | | 0,25 | | | 0,30 | | |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Horizontal | | | |
| 5.2 | Residencial Multifamiliar vertical | ISENTO | 0,30 | 0,35 |
| 5.3 | Demais usos | 0,28 | 0,40 | 0,45 |
| **6** | **Consulta Prévia** | | | |
| 6.1 | Construção de edificação | | | 50 |
| **7** | **Análise Prévia** | | | |
| 7.1 | Parcelamento para Glebas de até 10.000m² | | | 50 |
| 7.2 | Parcelamento para Glebas maiores de 10.000m² | | | 75 |
| **8** | **Alvará de parcelamento por m²** | | | |
| | **CLASSIFICAÇÃO** | Glebas de até 5.000m² | Glebas de 5000 a 15000m² | Glebas acima de 15000m² |
| 8.1 | Desdobro, Desmembramento | 0,07 | 0,05 | 0,03 |
| **9** | **Alvará de Desmembramento** | | | |
| 9.1 | Por Terreno Desmembrado por m² | | | 0,15 |
| **10** | **Alvará de Remembramento** | | | |
| 10.1 | Por Terreno Remembrado por m² | | | 0,15 |
| **11** | **Alvará de Loteamento/Condomínio por m²** | | | |
| | **CLASSIFICAÇÃO** | Glebas de até 5.000m² | Glebas de 5001 a 15000m² | Glebas acima de 15000m² |
| 11.1 | Loteamento situado na área urbana por m² | 0,10 | 0,07 | 0,05 |
| 11.2 | Loteamento situado na zona de expansão por m² | 0,06 | 0,04 | 0,02 |
| **12** | **Regularização de Imóveis** | | | |
| 12.1 | Em acordo com a Legislação Municipal Obs: Para regularização acima de 20 anos, cobrará | Será fornecido um Habite-se Especial de Regularização, e serão cobra das as taxas referentes ao Alvará de Construção, acrescido de 50% do seu valor, além da taxa referente ao Habite-se | | |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| | apenas a taxa de expediente | |
| 12.2 | Em desacordo com a legislação Municipal | Será fornecido um Habite-se Especial de Regularização, onde constarão as observações referentes às condições do imóvel, e serão cobradas as taxas referentes ao Alvará de Construção e acrescido 100% do seu valor, alem da taxa referente ao Habite-se |
| **13** | **Vistorias** | |
| 13.1 | Vistorias para expedição de Termo de verificação de Obras de Loteamento, desmembramento e assemelhados (por unidade vistoriada) | 2,5 |
| 13.2 | **Vistorias para expedição do HABITE-SE Por Unidade**<br>a) Habite-se em Condomínio horizontal e Conjunto habitacional<br>b) Habite-se em Condomínio vertical<br>c) Habite-se de Construção até 70m2<br>d) Habite-se de Construção de 70,01 a 200m2<br>e) Habite-se de Construção de 200,01 a 1000m2<br>f) Habite-se de Construção acima de 1000,01m2<br>g ) Edificações comerciais, industriais ou mistas | <br><br><br><br>30<br>40<br><br>ISENTO<br><br>50<br><br>100<br><br>200<br><br>250 |
| **14** | **Instalação/implantação/montagem de tubulação por empresas do ramo de petróleo, por metro linear, para tubos com diâmetro** | |
| 14.1 | Até 02(duas) polegadas | 1,5 |
| 14.2 | De 02(duas) a | 2,5 |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| | 04(quatro) polegadas | |
| 14.3 | Acima de 04(quatro) polegadas | 4 |
| 14.4 | Perfuração de poços de água, gás e óleo por metro linear de perfuração | 20 |
| **15** | **Construção de Muro** | |
| 15.1 | Por metro linear | 1 |
| **16** | **Certidões** | |
| 16.1 | Certidão de Uso e Ocupação do Solo | 25 |
| 16.2 | Retificação de Área | 25 |
| **17** | **Autorizações Diversas** | |
| 17.1 | Construção de canteiros em cemitérios municipais | 10 |
| 17.2 | Coleta de Entulho por carrada | 35 |
| 17.3 | Instalação de Outdoor por unidade | 50 |
| 17.4 | Instalação de faixas por unidade | 2 |
| 17.5 | Instalação de gambiarras | 15 |
| 17.6 | Ligação de água/esgoto para ruas pavimentadas a paralelepípedo | 15 |
| 17.7 | Ligação de água/esgoto para ruas pavimentadas a asfalto | 25 |
| 17.8 | Transferência de restos mortais | 10 |

## TABELA VII

## TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA EXIBIÇÃO DE PUBLICIDADE

| **ESPÉCIE DE PUBLICIDADE** | **QUANTIDADE EM UFM** | | |
|---|---|---|---|
| | **Dia** | **Mês** | **Ano** |
| 1. Publicidade relativa à atividade exercida no local, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. Qualquer espécie ou quantidade. | **0** | **0** | **0** |
| 2. Na parte interna ou externa de veículos de uso público não destinado à publicidade com o ramo de negócio. Qualquer espécie por quantidade, por veículo. | **0** | **0** | **0** |


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2.1 Em veículos destinados à publicidade sonora. Qualquer espécie ou quantidade de veículos. | **0** | **0** | **0** |
| 2.2 Em veículos destinados à publicidade escrita. Qualquer espécie ou quantidade até 05 (cinco) veículos. | **0** | **0** | **0** |
| 2.3 Em vias ou logradouros públicos, cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos. Qualquer espécie ou quantidade por anunciante. | **0** | **0** | **0** |
| 2.4 Em virtude, estandes, vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para a divulgação de produtos e serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte. Qualquer espécie por anunciante. | **0** | **0** | **0** |
| 3. Publicidade em placas, painéis, letreiros, tabuleiros, faixas e similares colocados em terrenos, tapumes, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de qualquer via e logradouro públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais, por metro quadrado ou fração. POR M² | **0** | **0** | **0** |
| 4. Publicidade em folhetos, cartazes ou encartes, por milheiro ou fração. Por anunciante. | **0** | **0** | **0** |

## TABELA VIII

## DA TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

| ITEM | Natureza da autorização | Unidade | Período | Valor em UFM |
|---|---|---|---|---|
| I | Barraca em feira livre: | M² | Dia | **3** |
| II | Bancas dentro dos Mercados:<br>Bovino<br>Caprino, Suíno, Aves, Víscera | M² | Dia | **3** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Outras Atividades não especificadas | | | |
| III | Eventos em logradouros públicos, circos e parques de diversões. | evento | Mês | **300** |
| IV | Banca de jornais | M² | Mês | **0** |
| V | Quiosque | M² | ano | **10** |
| VI | Estande de vendas | M² | Dia | **4** |
| VII | Mesas e cadeiras | M² | Dia | **2** |
| VIII | Veículo, motorizado ou não, de comércio eventual ou de ambulante. | Veículo | Dia | **10** |
| IX | Barraca em feira artesanal | M² | Dia | **1** |
| X | Barraca de ambulantes | M² | Dia | **1** |
| XI | Poste, torre e demais instalações em equipamento destinado à distribuição de energia elétrica ou a serviços de comunicações telefônicas e Telecomunicações. | Metro Linear | Mês | **2** |
| XII | Mobiliário urbano | unidade | Mês | **2** |
| XIII | Caixas eletrônicos bancários | unidade | Mês | **150** |

## TABELA IX
## DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

| NATUREZA | Valor UFM |
|---|---|
| I – vias estruturais, inclusive túneis, viadutos e pontes a elas afetas, referentes à rede estrutural de transportes de passageiros, em suas diferentes modalidades – ferroviária, metroviária e rodoviária; | **200** |
| II – aeroportos; | **200** |
| III – oleodutos, gasodutos e minerodutos; | **200** |
| IV – aterros sanitários e usinas de tratamento de lixo, referente ao sistema de destino final de resíduos sólidos; | **200** |
| V – processamento e destino final de resíduos tóxicos e perigosos; | **150** |
| VI – captação, reservação e aduçãotronco, referentes ao sistema de abastecimento de água; | **100** |
| VII – emissários submarinos, referentes ao sistema de esgotamento sanitário ou industrial; | **200** |
| VIII – usinas de geração de energia elétrica, qualquer que seja a fonte de energia primária com capacidade igual ou superior a dez megawatts e linhas de transmissão de energia elétrica com capacidade acima de duzentos e trinta quilowatts; | **200** |
| IX – usinas de produção e beneficiamento de gás; | **200** |


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | |
|---|---|
| X – usinas que utilizam carvão vegetal, produtos derivados ou similares, acima de dez toneladas por dia; | **150** |
| XI – exploração econômica de madeira ou lenha, oriunda de plantio, em áreas acima de dez hectares, quando for para corte raso; e em áreas acima de cinquenta hectares quando for para desbaste seletivo; ou menores quando lindeiras às UCAs ou APP; | Porte Excepcional<br>**200**<br>Grande Porte<br>**150**<br>Médio Porte<br>**100**<br>Demais Portes<br>**50** |
| XII – abertura e drenagem de canais de navegação, drenagem, irrigação e retificação de cursos de água com bacia de contribuição superior a 200 ha ou menor quando se tratar de unidades de conservação ambiental – UCAs ou em áreas de especial interesse ambiental; | **200** |
| XIII – projetos de desenvolvimento urbano em áreas acima de 50 ha ou qualquer atividade a ser implantada que acarrete em eliminação de áreas que desempenham função de “bacia de acumulação”, em regiões sujeitas a inundações; | Porte Excepcional<br>**200**<br>Grande Porte<br>**150**<br>Médio Porte<br>**100**<br>Demais Portes<br>**50** |
| XIV – abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias e construção de diques; | **200** |
| XV – distritos industriais e zonas estritamente industriais; | Porte Excepcional<br>**200**<br>Grande Porte<br>**150**<br>Médio Porte<br>**100**<br>Demais Portes<br>**50** |
| XVI – as que forem lesivas ao patrimônio espeleológico e arqueológico. | **200** |


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | |
|---|---|
| XVII – Fiscalização e licenciamento de atividades e Empreendimentos classificados como de micro ou pequeno porte:<br>1. Comercio Varejista de Alimentos – Açougue, Churrascaria, Padaria, Pizzaria Polpas de frutas, Conservas e correlatos.<br>2. Serviços de Reparação e Manutenção – Serralheria, retificação de veículos, oficina mecânica e correlatos.<br>3. Postos de Serviços – Lavagem, lubrificação de veículos e correlatos.<br>4. Depósitos – Materiais recicláveis, sucatas, materiais de construção.<br>5. Turismo – Hotéis, casas noturnas, pousadas e restaurantes. | **50**<br>**60**<br>**60**<br>**70**<br>**80** |
| XVIII - Obras Civis:<br>**1. Tanques**<br>**2. Abertura de vias urbanas**<br>3. **Loteamentos**: a) até 50 lotes<br>b) de 51 a 100 lotes<br>c) de 101 a 200 lotes<br>d) acima de 200 lotes<br>**Obs.** Lotes com até 120m². | **60**<br>**100**<br>**150**<br>**200**<br>**250**<br>**300** |
| XVIII - Fornecimento de Certidões de uso e ocupação de solo como subsidio para licenciamento junto a órgãos ambientais ou qualquer instituições | **30** |
| XIX - Multa por cada ato e ou ação que cause agressão ao ecossistema no município –<br>**Desmatamentos:** até 1 hectare<br>Acima de 1 até 10hectares<br>Acima de 10 até 50 hectares<br>Acima de 50 hectares<br>**Caça**:<br>Cada animal silvestre<br>Animais Classificados na lista de extinção<br>**Pesca:** Por cada volume de 10 kgs. apreendidos | <br>**100**<br>**200**<br>**250**<br>**300**<br><br>**50**<br>**100**<br>**20** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | |
|---|---|
| **Poluição**: | |
| Sonora | **30** |
| Do Ar (queimadas e agrotóxicos) | **50** |
| Da Água (descarte de resíduos) | **80** |
| Do Solo por hectare (descarte de resíduos) | **50** |

## TABELA X

## DA TAXA DE EXPEDIENTE

| Item | Especificação | Referência | Valores em UFM |
|---|---|---|---|
| 1 | concessão de alvará, certidões e atestados | Unidade | **5** |
| 2 | análise de projetos de obras de construção civil e ambientais | cópia de plantas | **15** |
| 3 | Visto em plantas arquitetônicas | Unidade | **20** |
| 4 | Inscrição, alteração e baixa no cadastro mobiliário/imobiliário | Unidade | **5** |
| 4 | visto em livros, em alteração contratual, emissão de segundas vias, baixa de inscrição e assunção de responsável técnico | Unidade | **10** |
| 5 | medições sonoras | Relatório | **50** |
| 6 | emissão de laudo pericial, parecer técnico, vistorias e registros | Unidade | **50** |
| 7 | inscrição no cadastro de fornecedores | Unidade | **200** |
| 8 | vistoria de edificações e respectiva instalações | Unidade | **30** |
| 9 | Emissão de nota fiscal de prestação de serviço avulsa | Unidade | **15** |
| 10 | Exemplar do CTM | Unidade | **50** |

## TABELA XI

## DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | VALOR EM UFM |
|---|---|---|
| **1** | NUMERAÇÃO OU REMUNERAÇÃO DE PRÉDIO E SUA INSTALAÇÃO, POR UNIDADE | **2** |
| **2** | DEMARCAÇÃO, ALINHAMENTO, OU NIVELAMENTO DE LOTES, | **5** |


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| | POR METRO LINEAR DE TESTADA. | |
| **3** | APREENSÃO-ARMAZENAMENTO E LIBERAÇÃO EM DEPÓSITO MUNICIPAL, POR DIA<br>A – Veículo, por unidade<br>B – Animal Cavalar, bovino ou muar, caprino, ovino, suíno ou canino, por cabeça<br>C – Mercadoria ou objeto de qualquer espécie | **15**<br>**10**<br>**10**<br>**10** |
| **4** | ABATE DE GADO<br><br>A – Em Matadouro:<br>1 – De Gado bovino, por cabeça<br>2 – De Gado suíno, ovino ou caprino, por cabeça<br><br>PENADIDADES: Fora do Matadouro:<br>1 – De Gado bovino, por cabeça<br>2 – De Gado suíno, ovino ou caprino, por cabeça | <br><br><br>**5**<br>**2,5**<br><br><br>**50**<br>**25** |

**TABELA XII**

**DA TAXA DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | VALOR EM UFM |
|---|---|---|
| **1** | CEMITÉRIOS<br><br>A – Inumação em cova rasa:<br>1 – Adulto<br>2 – Criança<br><br>B – Inumação em carneira:<br>1 – Adulto<br>2 – Criança | <br><br><br>**00**<br>**00**<br><br><br>**00**<br>**00** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | |
|---|---|---|
| | C – Perpetuidade:<br>1 – Adulto<br>2 – Criança<br><br>D – Exumação:<br>1 – Antes de vencido o prazo de decomposição<br>2 – Após vencido o prazo de decomposição | <br>**50**<br>**30**<br><br><br>**100**<br>**50** |

**TABELA XIII**

**DA TAXA DE VISTORIA**

| Inciso | Alínea | Diligência | Padrão | Qtd de Funcionários | Valor em UFM |
|---|---|---|---|---|---|
| I | A | Vistoria sanitária Farmácias, drogarias, Farmácia com Manipulação de Fórmulas, estabelecimento de transporte de medicamentos com armazenamento e congêneres; estabelecimentos atacadistas de materiais e equipamentos óticos e de aparelhos e produtos usados em medicina, ortopedia, odontologia, enfermagem, educação física, embelezamento e correção estética, laboratório de analises clínicas, pesquisa e anatomia patológica, estabelecimentos de raios-X, radioterapia, radioisótopo e congêneres; distribuidores, representantes e depósitos de produtos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes, saneantes domissanitários e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **120** |
| | | | | 4 a 10 | **130** |
| | | | | >10 | **160** |
| | | | **B** | 0 a 3 | **106** |
| | | | | 4 a 10 | **110** |
| | | | | >10 | **120** |
| | | | **C** | 0 a 3 | **90** |
| | | | | 4 a 10 | **95** |
| | | | | >10 | **100** |
| | B | Serviços médicos, clinicas, policlínicas e ambulatórios sem internação, serviços ou clínicas odontológicas, estabelecimentos médico-veterinários (clinicas, hospitais, serviços), petshops e comercio de rações e produtos agropecuários, ervanárias, óticas, estabelecimentos de fisioterapia e radioterapia, estabelecimentos de aplicação de domissanitários (desinsetizadores), serviços de acupuntura e congêneres; | **A** | 0 a 3 | **300** |
| | | | | 4 a 10 | **310** |
| | | | | >10 | **350** |
| | | | **B** | 0 a 3 | **190** |
| | | | | 4 a 10 | **200** |
| | | | | >10 | **230** |
| | | | **C** | 0 a 3 | **120** |
| | | | | 4 a 10 | **130** |
| | | | | >10 | **160** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | estabelecimentos de prótese dentária e serviços de radiodiagnóstico odontológico e congêneres. | | | |
| C | Estabelecimentos de ginástica, esteticismo, de beleza e congêneres; estabelecimentos hidroterápicos e saunas, hotéis e motéis e congêneres; asilos, clubes, lavanderias, posto de coleta de análise clínica, cinemas, teatros, casas de diversões, de festas e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **72** |
| | | | 4 a 10 | **82** |
| | | | >10 | **95** |
| | | **B** | 0 a 3 | **58** |
| | | | 4 a 10 | **68** |
| | | | >10 | **85** |
| | | **C** | 0 a 3 | **47** |
| | | | 4 a 10 | **57** |
| | | | >10 | **70** |
| D | Consultório e gabinete psicólogo, médico, fisioterapeuta, veterinário, odontólogo, nutricionista, massagista, fonoaudiólogo, e congêneres; manicure, pedicure e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **400** |
| | | | 4 a 10 | **450** |
| | | | >10 | **500** |
| | | **B** | 0 a 3 | **300** |
| | | | 4 a 10 | **350** |
| | | | >10 | **400** |
| | | **C** | 0 a 3 | **200** |
| | | | 4 a 10 | **250** |
| | | | >10 | **300** |
| E | Sorveterias, pastelarias, lanchonetes, cafés, bares e congêneres, doces, bombonières, peixarias, açougues, distribuidoras de bebidas, de gelo e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **73** |
| | | | 4 a 10 | **85** |
| | | | >10 | **100** |
| | | **B** | 0 a 3 | **58** |
| | | | 4 a 10 | **70** |
| | | | >10 | **85** |
| | | **C** | 0 a 3 | **46** |
| | | | 4 a 10 | **60** |
| | | | >10 | **75** |
| F | Restaurantes, mercados, mercearias, pizzarias, padarias, cantinas, buffets, pensões, sacolões, hortifrútis, e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **96** |
| | | | 4 a 10 | **106** |
| | | | >10 | **120** |
| | | **B** | 0 a 3 | **72** |
| | | | 4 a 10 | **85** |
| | | | >10 | **100** |
| | | **C** | 0 a 3 | **62** |
| | | | 4 a 10 | **75** |
| | | | >10 | **90** |
| G | Supermercados, indústrias de alimentos, cozinhas industriais, frigoríficos, fábricas de gelo e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **290** |
| | | | 4 a 10 | **310** |
| | | | >10 | **350** |



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | **B** | 0 a 3 | **145** |
| | | | | 4 a 10 | **160** |
| | | | | >10 | **190** |
| | | | **C** | 0 a 3 | **100** |
| | | | | 4 a 10 | **120** |
| | | | | >10 | **150** |
| | H | Creches, escolas; estabelecimentos de aplicação de piercing, tatuagem, cabeleireiro, barbeiros e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **100** |
| | | | | 4 a 10 | **120** |
| | | | | >10 | **150** |
| | | | **B** | 0 a 3 | **70** |
| | | | | 4 a 10 | **80** |
| | | | | >10 | **95** |
| | | | **C** | 0 a 3 | **52** |
| | | | | 4 a 10 | **62** |
| | | | | >10 | **75** |
| | I | Veículos de transporte de medicamentos saneantes, domissanitários, correlatos, alimentos, bebidas e equipamentos médicos, e congêneres. | **A** | 0 a 3 | **96** |
| | | | | 4 a 10 | **106** |
| | | | | >10 | **120** |
| | | | **B** | 0 a 3 | **77** |
| | | | | 4 a 10 | **87** |
| | | | | >10 | **100** |
| | | | **C** | 0 a 3 | **62** |
| | | | | 4 a 10 | **72** |
| | | | | >10 | **85** |


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## TABELA XIV

**TCR = {( F p x U i) x F e } x 1 2 ,**

**Onde:**
"Fp" - Fator de Periodicidade da Coleta;
"Ui" - Fator de Utilização do Imóvel;
"Fe" - Fator de Enquadramento do Imóvel, em razão da sua produção de lixo;
"12" - Número de meses do exercício.

**1º Como Fator de Periodicidade serão aplicadas as seguintes constantes:**

I - para coletas alternadas de resíduos R$ 0,50;
II - para coletas diárias de resíduos R$ 1,00.

**2º Como Fator de Utilização serão aplicados os seguintes índices:**

| **IMÓVEL** | **UI** |
|---|---|
| Residencial | 0,5000 |
| residencial com coleta seletiva | 0,6000 |
| Indústria | 3,2500 |
| indústria com coleta seletiva | 3,0000 |
| demais atividades sem produção de lixo orgânico | 3,5000 |
| demais atividades sem produção de lixo orgânico com coleta seletiva | 3,4000 |
| demais atividades com produção de lixo orgânico | 5,2000 |
| demais atividades com produção de lixo orgânico com coleta seletiva | 5,0000 |

**3º Como Fator de Enquadramento do Imóvel edificado em $m^2$:**

| | **Área em $M^2$** | **FE** |
|---|---|---|
| De | 0,01 a 25,00 | 0,1000 |
| De | 26,00 a 50,00 | 0,1500 |
| De | 51,00 a 75,00 | 0,4000 |
| De | 76,00 a 100,00 | 0,5500 |
| De | 101,00 a 150,00 | 0,8000 |
| De | 151,00 a 200,00 | 1,0000 |
| De | 201,00 a 250,00 | 1,8000 |
| De | 251,00 a 300,00 | 2,0000 |
| De | 301,00 a 350,00 | 2,5000 |
| De | 351,00 a 400,00 | 3,5000 |
| De | 401,00 a 450,00 | 4,2000 |
| De | 451,00 a 500,00 | 5,000 |

Acima de 500$m^2$ e para cada 100$m^2$ que exceder este limite, será acrescido em 0,62 o índice acima.


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

# CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

## ÍNDICE GERAL

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES** (arts. 1º e 2º)

**LIVRO I**
**DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

**TÍTULO I - DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Capítulo I - Das disposições gerais
Seção I - Das disposições preliminares (art.3º)
Seção II - Das Leis, Decretos e Normas Complementares (art. 4º)
Capítulo II - Do Campo de Aplicação da Legislação Tributária (art. 5º)

**TÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Capítulo I - Das disposições gerais (art. 6º)
Capítulo II - Do fato gerador (arts. 7º, 8º, 9º, 10, 11)
Capítulo III - Do Sujeito Ativo (art. 12)
Capítulo IV - Do Sujeito Passivo
Seção I – Das Disposições Gerais (arts. 13, 14 e 15)
Seção II – Da Solidariedade (arts. 16, 17)
Seção III – Da Capacidade Tributária (art. 18)
Seção IV – Do Domicílio Tributário (art. 19)
Capítulo V – Da Responsabilidade Tributária
Seção I – Das Disposições Gerais (art. 20)
Seção II – Da Responsabilidade dos Sucessores (art. 21, 22, 23, 24)
Seção III – Da Responsabilidade de terceiros (art. 25,26)
Seção IV – Da Responsabilidade por Infrações (arts. 27, 28, 29)



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**TÍTULO III - DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Capítulo I - Das disposições Gerais (arts. 30, 31, 32)
Capítulo II - Da constituição do crédito tributário
Seção I – Do lançamento (arts. 33, 34, 35)
Seção II - Das modalidades de lançamento (arts. 36, 37,38, 39)
Seção III - Da notificação (arts. 40, 41, 42)

Capítulo III- Da suspensão do crédito tributário
Seção I - Das disposições gerais (arts. 43, 44)
Seção II - Da moratória (arts. 45, 46, 47, 48)

Capítulo IV – Da extinção do crédito tributário
Seção I – Das Modalidades (art. 49)
Seção II – Do Pagamento (arts. 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57)
Seção III – Do Pagamento Indevido (arts. 58, 59, 60, 61, 62)
Seção IV – Da Compensação (art. 63)
Seção V – Da Transação (art. 64)
Seção VI – Da Remissão (art. 65)
Seção VII – Da Prescrição e Decadência (arts. 66, 67)

Capítulo V - Da exclusão do Crédito Tributário
Seção I - Das disposições gerais (art. 68)
Seção II- Da Isenção (arts.69, 70, 71, 72, 73)
Seção III- Da Anistia (art. 74)
Seção IV – Da imunidade (arts. 75, 76)

**TÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Capítulo I - Da Inscrição no Cadastro Fiscal (arts. 77, 78, 79)
Capítulo II - Da Fiscalização (arts. 80, 81, 82, 83, 84, 85)
Capítulo III - Da Unidade Fiscal (arts. 86, 87, 88)


ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

Capítulo IV - Das infrações e Penalidades

Seção I – Das disposições gerais (arts. 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96)

Seção II - Das multas (arts. 97, 98)

Seção III - Das Proibições (art. 99)

Capítulo V – Da Dívida Ativa (arts. 100, 101,102 103, 104,105, 106, 107)

Capítulo VI – Das Certidões Negativas (arts.108, 109,110, 111, 112, 113)

## LIVRO II

## DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

**TÍTULO I - DOS TRIBUTOS**

Capitulo I – Das disposições Gerais (arts. 114, 115, 116)

Capitulo II – Da Competência Tributária (arts. 117, 118)

Capitulo III – Das Limitações da Competência tributária (arts. 119, 120, 121)

**TÍTULO II - DOS IMPOSTOS**

Capítulo I – Das disposições Gerais (art. 122)

Capítulo II - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

Seção I – Do fato Gerador e da incidência (arts. 123, 124, 125)

Seção II – Da não incidência (art. 126)

Seção III – Do local da Prestação (arts. 127, 128, 129)

Seção IV – Dos Contribuintes e Responsáveis (arts. 130, 131, 132)

Seção V – Da Alíquota e Base de Cálculo (arts. 133, 134, 135, 136, 137, 138)

Seção VI – Do arbitramento (arts. 139 e 140)

Seção VII – Da estimativa (arts. 141, 142 e 143)

Seção VIII – Do Lançamento e do Recolhimento (arts. 144, 145 e 146)

Seção IX – Da Escrita e Documento Fiscal (arts. 147, 148, 149, 150)

Subseção I – Dos Livros Fiscais (arts. 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158 e 159)

Subseção II – Do Livro de Registro de Prestação de Serviço (arts. 160)

Subseção III – Das Disposições Finais (arts. 161 e 162)

Subseção IV – Das Notas Fiscais (art. 163)



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

Subseção V – Dos Tipos de Notas Fiscais (art. 164)

Subseção VI – Da Autorização para emissão de Notas Fiscais (arts. 165)

Subseção VII – Da Emissão de Notas Fiscais (art. 166)

Subseção VIII – Da Nota Fiscal de Prestação de Serviço (art. 167)

Subseção IX – Do Extravio e Inutilização de Notas Fiscais (art. 168)

Subseção X – Das Disposições Finais (arts. 169, 170 171, 172)

Seção X – Das isenções (arts. 173 174)

Seção XI – Das infrações e Penalidades (art. 175)

Seção XII – Da Suspensão ou Cancelamento de Licença (art. 176)

Seção XIII – Da Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização (arts. 177, 179, 180, 181, 182)

Capítulo III - Do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência (arts. 183, 184, 185)

Seção II – Do sujeito passivo (art. 186, 187)

Seção III - Da inscrição (arts. 1808, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198)

Seção IV – Da Alíquota e da Base de Cálculo (arts.199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206)

Seção V – Do Lançamento (arts.207, 208, 209, 210)

Seção VI – Do Pagamento (arts. 211, 212, 213, 214, 215)

Seção VII – Da Isenção (arts. 216, 217)

Seção VIII – Das Infrações e Penalidades (arts.218, 219, 220)

Seção IX – Da Fiscalização (arts.221, 222, 223, 224)

Capítulo IV- Do Imposto sobre Transmissão “INTER-VIVOS” – ITBI

Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência (arts.225, 226, 227, 228)

Seção II – Da Não Incidência (arts.229, 230)

Seção III – Das Isenções (art.231)

Seção IV – Da Alíquota e Base de Cálculo (art. 232,233, 234)

Seção V – Da arrecadação (art. 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242)

Subseção I – Do Arbitramento (art. 243)

Seção VI – Dos Contribuintes e Responsáveis (arts. 244, 245,246)

Seção VII – Do Lançamento e do Recolhimento (arts. 247, 248,249, 250)

Seção VIII – Das Infrações e Penalidades (arts.251, 25 253, 254, 255, 256)



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

## TÍTULO III - DAS TAXAS

Capítulo I - Das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício de Poder de Polícia Administrativa

Seção I – Do Fato Gerador e do Contribuinte (arts. 257, 258, 259, 260)

Seção II – Da Base de Cálculo e da Alíquota (art. 261, 262)

Seção III – Da Inscrição (art. 263)

Seção IV – Do Lançamento (art.264)

Seção V – Da Arrecadação (art.265)

Seção VI – Das Penalidades (art. 266)

Seção VII – Da Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento (arts. 267, 268,269)

Seção VIII – Da Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento em Horário Especial (arts. 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276)

Seção IX – Da Taxa de Autorização para Exercício de Atividades Econômicas em Caráter Eventual ou Ambulante (arts. 277, 278.279, 280, 281)

Seção X – Da Taxa de Licença para Execução de Obras (arts.282, 283, 284, 285)

Seção XI – Da Taxa de Autorização para Exibição de Publicidade (arts. 286, 287, 288, 289, 290, 292, 292)

Seção XII – Da Taxa de Autorização para Ocupação do Solo nos Logradouros Públicos (arts. 293,294, 295, 296).

Seção XIII – Da Taxa de Licenciamento Ambiental (arts.297, 298, 299, 300, 301)

Seção XIV – Da Taxa de Expediente (arts.302, 303, 304, 305)

Seção XV – Da Taxa de Coleta de Resíduos (arts. 306, 307)

Subseção I – Da Não Incidência (art. 308)

Subseção II – Do Contribuinte (art. 309)

Subseção III – Da Solidariedade (art. 310)

Subseção IV – Da Base de Cálculo (art. 311)

Subseção V – Do Lançamento (art. 312 e 313)

Subseção VI – Do Recolhimento (art. 314)

Subseção VII – Das Isenções (art. 315)



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

Seção XVI – Da Taxa de Serviços Diversos (arts. 316, 317, 318)
Seção XVII – Da Taxa de Serviços Funerários (arts. 319, 320, 321, 322)
Seção XVIII – Da Taxa de Vistoria (arts. 323, 324, 325)

**TÍTULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Seção I – Do Fato Gerador e do Contribuinte (arts.326, 327)
Seção II – Da Base de Cálculo e da Alíquota (arts.328, 329 330, 331)
Seção III – Do Lançamento e da Arrecadação (art. 332)
Seção IV – Das Penalidades (art. 333)

**TÍTULO V - DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP**

Seção I – Do fato gerador e do contribuinte (arts. 334, 335, 336)
Seção II – Do valor da Contribuição (art. 337)
Seção III – Do Produto criado (arts. 338, 339, 340)

**LIVRO III**
**DOS PREÇOS PÚBLICOS**

**TÍTULO ÚNICO**

Das Disposições Gerais (arts. 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347)

**LIVRO IV**
**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Disposições preliminares (art. 348)

**TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Capítulo I – Dos Postulantes (art. 349)
Capítulo II – Dos Prazos (arts.359, 351, 352, 353, 354)



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

**TÍTULO II - DO PROCESSO EM GERAL**

Capítulo I – Do Requerimento (art. 355)

Capítulo II – Da Intimação (arts. 356, 357,358, 359)

Capítulo III – Do Procedimento de Prévio Ofício (arts. 360, 361, 362)

Capítulo IV – Do Processo de Ofício (art. 363)

Seção I – Do Auto de Infração (arts. 364, 365, 366, 367)

Capítulo V – Das Nulidades (arts. 368, 369

Capítulo VI – Da Suspensão do Processo (arts. 370, 371)

Capítulo VII – Das Disposições Diversas (arts. 372, 373, 374, 375, 376)

**TÍTULO III – DO PROCESSO CONTENCIOSO**

Capítulo I – Do Litígio (arts. 377, 378, 379, 389, 380, 381, 382, 383)

Capítulo II – Do Julgamento de Primeira Instância (arts. 384, 385)

Capítulo III – Dos Recursos (arts. 386, 387, 398, 389)

Capítulo IV – Do Julgamento em Segunda Instância (arts. 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398)

Capítulo V – Da Execução das Decisões Condenatórias (art. 399)

**TÍTULO IV - DO PROCESSO NORMATIVO**

Capítulo I – Da Consulta (arts.400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407)

Capítulo II – Do Procedimento Normativo (art. 408, 409 410)

**LIVRO V**

**TÍTULO ÚNICO - DAS DISPOSIÇÔES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Capítulo Único: Das Disposições Finais e Transitórias (arts. 411, 412, 413, 414, 415, 416, 414, 415, 416)

**Ricardo José Roriz Silva da Cruz**
**Prefeito Municipal**



ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10

ENDEREÇO: RUA DAS FLORES, S/N, CENTRO, SANTANA DO SÃO FRANCISCO/SE
CEP: 49.985-000 – CNPJ: 32.849.093/0001-10